

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

GUSTTAVO CESAR OLIVEIRA LIMA

MEMÓRIAS DA GESTÃO

O PERCURSO DA IDENTIDADE ADMINISTRATIVA

DE TROPEIROS EM MINAS GERAIS

**Belo Horizonte
2009**

Gusttavo Cesar Oliveira Lima

MEMÓRIAS DA GESTÃO
O PERCURSO DA IDENTIDADE ADMINISTRATIVA
DE TROPEIROS EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Organização e Gestão de Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Belo Horizonte
2009

Dedico este trabalho a pessoas especiais:

A meu pai, que não está mais aqui desde o início deste mestrado, mas que se sentiu orgulhoso ao ver seu filho mestrando e que, como sempre, me apoiaria, intensamente, como sempre fez até 2007.

À minha mãe, que está aqui, e sempre muito presente;

À minha irmã, alguém que completa este estimado grupo de companheiros nesta vida;

A Deus, onipresente neste aprendizado.

AGRADECIMENTOS

No caminho percorrido até a confecção das próximas páginas, preciso e desejo agradecer a algumas pessoas.

Primeiramente, àquelas que permitiram a confecção deste trabalho: os tropeiros e suas histórias. Ao Sr. Renato e à Dona Marilac, pela agradabilíssima estadia, um encontro muito rico para este trabalho. Às esposas, familiares e amigos dos tropeiros, que me receberam tão bem em suas casas, com deliciosos cafés, almoços e bons bate-papos. Às pessoas do Museu do Tropeiro: a diretora, Sr.^a Eleni Cássia Vieira, pela disponibilidade no acesso à indicação de tropeiros, e à Josiane e outros funcionários do Museu. Aos protagonistas desta pesquisa: Sr. Aníbal, Sr. Ladico, Sr. Ildeu, Sr. Ivan, Sr. Gentil, Sr. Antoninho e muitos outros que despertaram em mim uma profunda admiração e satisfação por suas histórias e jeito de ser.

Ao meu orientador, Alexandre de Pádua Carrieri, pelo empenho e dedicação na minha orientação nesta e em outras pesquisas; mostrando-me o interessante caminho para o pesquisar. Posso dizer que neste percurso do pesquisar este professor em muito contribuiu ao longo caminho para a minha formação acadêmica, o que resultou em um profundo sentimento de agradecimento e admiração deveras estimada a esse professor.

Aos professores do Cepead, especialmente Dra. Janete Lara de Oliveira Bertucci, pela participação na banca desta dissertação e pelas contribuições ao projeto e andamento desta pesquisa.

À professora Dra. Ana Paula Paes de Paula e ao Professor PhD. Ivan Beck Ckagnazaroff pelas importantes contribuições teóricas ao longo deste curso do Mestrado.

Às professoras Dra. Denise de Castro Pereira, pela dupla contribuição à reflexão, a partir de seus comentários e observações sobre este trabalho na banca de qualificação do projeto e na banca de defesa desta dissertação. Também, à professora Dra. Lilian de Cássia Lisboa Miranda, pelas relevantes contribuições na banca da defesa desta dissertação.

Aos colegas do Neos, à Ivana, Pablo, aos antigos e aos novos integrantes do grupo, pelos momentos gostosos, descontraídos e diferentes ao ato de pesquisar.

Aos colegas e amigos do Mestrado, especialmente Wesceley, Marcelo, Rafaela e Amon, bem como a muitos outros, por proporcionarem-me uma agradabilíssima passagem por caminhos muitas vezes difíceis.

Aos professores do Cepead, pelos ensinamentos.

Aos funcionários da Face, pelo apoio indireto a esta caminhada.

Aos amigos Denise, Karen e muitos outros que estiveram na minha vida ao longo desses dois anos. Espero que tenham compreendido minhas ausências, mesmo enquanto estava presente.

Aos meus familiares, aqui representados por Guilherme, Edeli, Cristiane, Fábio e Pollyanna, pela valiosa participação neste trabalho.

A Alcione, Nuno e Laís, meus queridos, pelo apoio e incentivo durante este mestrado.

Àquelas pessoas, enfim, a quem dedico este trabalho: meu pai, minha mãe e Lidianne, a quem dedico tudo na minha vida. Obrigado, imensamente, pelo carinho e pela atenção durante esses momentos de aprendizados. É muito bom saber que tenho pessoas tão especiais me apoiando na Terra e, agora, em outros lugares também.

Por fim, ao CNPq, que me proporcionou a possibilidade da realização deste trabalho. Espero e desejo retornar o investimento feito nesta pesquisa, a partir de contribuições teóricas no futuro.

*A cidade é moderna
Dizia o cego a seu filho
Os olhos cheios de terra
O bonde fora dos trilhos
A aventura começa no coração dos navios
Pensava o filho calado
Pensava o filho ouvindo
Que a cidade é moderna
Pensava o filho sorrindo
E era surdo e era mudo
Mas que falava e ouvia*

Trastevere, Milton Nascimento

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a apresentar e discutir a prática administrativa de tropeiros do século XX em Minas Gerais a partir do estudo sobre a identidade desta ocupação. Tropeiros são aqui definidos como profissionais que exerciam o transporte de mercadorias, materiais e animais por meio de muares (burros e mulas). Nesse sentido, promoviam a interligação de cidades com seus produtos e animais comercializados (bois ou muares). Neste estudo, buscou-se explicitar como ocorriam os fatos do cotidiano associados à gestão desses transportes, a partir das histórias de vida e profissionais dos indivíduos pesquisados. Nos relatos coletados, procurou-se delinear a identidade dos negócios a partir do entendimento sobre as principais estratégias e táticas inerentes às práticas tropeiras. Foram analisadas, também, as questões referentes às identidades social e profissional envolvendo os aspectos da socialização com o trabalho e os da identificação com a prática profissional. Na pesquisa das histórias de tropeiros ainda vivos em distintas localidades de Minas Gerais, observaram-se diferentes concepções que se confluem na definição do que seja ser tropeiro. Tais concepções estão voltadas para o tipo de negócio executado, sendo encontrados tropeiros identificados como comerciantes de bois, comerciantes de mulas, transportadores de materiais como lenha e comerciantes de mercadorias oriundas da produção agrícola. Para o exercício dessas atividades, exerciam importantes papéis para as economias das localidades, uma vez que transportavam e abasteciam os comércios, auxiliando os produtores rurais no escoamento da produção e ou da criação. Em torno desses papéis, a identidade do negócio do tropeirismo era constituída a partir de práticas de gestão relacionadas às atividades de comprar, vender, negociar e relacionar-se, dentre outros aspectos por onde se perpassou a análise sobre a identidade dessa profissão. Um importante aspecto caracterizador da identidade deste negócio refere-se à intensa prática de relações pautadas na confiança, com repercussão em aspectos sociais, como as relações familiares e de amizade que se interpõem em meio à gestão. O estudo da identidade administrativa do tropeirismo faz parte da proposta de explicitar as práticas de gestão do passado, constituindo-se em uma importante contribuição para os estudos organizacionais. A partir da história coletada, buscou-se mostrar um pouco além dos fatos narrados pelas análises sobre os discursos tropeiros. Procurou-se, adicionalmente, reconstituir os relatos memoriais associados ao fim dessas atividades, permitindo demonstrar como o advento das tecnologias passou a exigir do tropeirismo novas formas de trabalhar, que ao longo do desenvolvimento dos transportes, culminou na impossibilidade de se continuar a atividade tropeira.

Palavras chave: Tropeirismo. Identidade. Memória. Cotidiano.

ABSTRACT

This research paper presents and discusses the “tropeiros” administrative practice in the 20th century in Minas Gerais based on the study of the identity with this occupation. “Tropeiros” are, here, defined, as professionals who transported the merchandise and materials with “muars” (donkeys and mules); in this manner, they used to promote the connection between villages with the commerce of their products and animals (cows or “muars”). Through the life and professional history of the individuals in this research, this study explains how the everyday activities, linked to the transportation management, took place. With the collected data, it attempts to describe the identity of the commerce with the understanding of the main strategies and tactics connected to the “tropeiros” practice. The questions related to the social and professional identities involving the socialization aspect with work and the identification with the professional practice were also analyzed. In this research, in the history of the “tropeiros”, who are still alive living in different towns in Minas Gerais, it was observed different concepts which coincide with the definition of what is meant to be a “tropeiro”. These concepts are based on the type of business performed; some “tropeiros” identified with the cattle commerce, mule commerce, material transport (such as firewood) and commerce of agriculture production merchandise. These types of activities provided important roles in the economies of the villages since they transported and supplied businesses, providing aid to the rural producers in the creation and the disposal of production. The identity of the “tropeirismo” business was made up based on the practice of management related to the activities of buying, selling, negotiating and interacting among other aspects where the analysis of the identity of this profession was brought forward. An important aspect distinct in this business refers to the intense practice of relationships based on trust which can be seen in the social aspects, such as family relationships and friendships that are positioned in this activity. The study of the administrative identity of “tropeirismo” is part of the proposal to make it explicit the managerial practice of the past, making an important contribution in the organizational studies. From the history collected, it’s presented more than facts narrated from the analysis about the “tropeiros” discourses; it attempts to reconstitute narrative memories pertaining to the end of these activities allowing to demonstrate how the beginning of technology required from the “tropeirismo” new means of work that the development of the transportation system gave rise to the impossibility to continue the “tropeiro’s” activity.

Key words: “Tropeirismo”. Identity. Memory. Habitual.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Mapa - localização dos tropeiros.....	48
Figura 2: Protagonista da pesquisa.....	49
Figura 3: Protagonista da pesquisa.....	49
Figura 4: Protagonista da pesquisa.....	50
Figura 5: Protagonista da pesquisa.....	50
Figura 6: Protagonista da pesquisa.....	51
Figura 7: Protagonista da pesquisa.....	51
Figura 8: Protagonista da pesquisa.....	52
Figura 9 : Protagonista da pesquisa.....	52
Figura 10: Artefatos e textos no Museu do tropeiro em Ipoema (MG).....	55
Figura 11 - Artefatos do Museu do Tropeiro em Ipoema (MG).....	56
Figura 12 – Trempe de tropeiros (fogão).....	57
Figura 13- Texto no Museu do Tropeiro.....	58
Figura 14 - Um ex-tropeiro demonstrando a prática de estalar chicote.....	58
Figura 15- Cincerro guardado na fazenda de um dos tropeiros pesquisados.....	59
Figura 16- Mapa com as principais rotas dos tropeiros pesquisados	107

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
1- INTRODUÇÃO.....	13
2- IDENTIDADE, HISTÓRIA, COTIDIANO E MEMÓRIA: REFERÊNCIAS PARA ESSE ESTUDO.....	21
2.1 - Estudar a Identidade.....	21
2.2 - Abordagens para os estudos de identidade.....	24
2.3 - História, Cotidiano e Memória: Caminhos para o fazer.....	33
2.3.1 - História.....	33
2.3.2 - Cotidiano.....	36
2.3.3- O acesso ao fazer tropeiro: memórias.....	41
3- CAMINHOS PARA A OBJETIVAÇÃO DA MEMÓRIA DOS TROPEIROS MINEIROS	47
4- O TROPEIRISMO NO BRASIL:.....	66
4.1 Origens e conceitos: condutores de tropas e donos de animais.....	66
5 - A IDENTIDADE DA PROFISSÃO TROPEIRA: SOCIALIZAÇÃO/IDENTIDADE.....	72
5.1- O ser tropeiro: diversas imagens e uma identificação?.....	83
5.2 - A organização do trabalho.....	93
5.2.1 - O capataz.....	97
5.2.2 - O arrieiro.....	99
5.2.3 - O tocador.....	100
5.2.4 - O ponteiro.....	100
5.2.5 - O culateiro.....	101
5.2.6 - O cozinheiro.....	102
5.2.7 - O condutor no trem.....	104
6 - OS CAMINHOS COTIDIANOS: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DO FAZER PROFISSIONAL.....	106
6.1 - As Estratégias de comprar.....	113
6.2 - As Estratégias de vender.....	121

6.3 - Gestão da Confiança.....	130
7- MEMÓRIAS DO FIM.....	136
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
10- APÊNDICES.....	172
A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.	

1-INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como proposta estudar a identidade profissional do tropeiro em Minas Gerais. Para tanto, adotou-se como objetivo de pesquisa (re) construir a trajetória identitária de tropeiros mineiros no século XX. Para a concretização deste objetivo, coletaram-se histórias de vidas, assim como histórias profissionais de ex-tropeiros. Resgataram-se, pela memória, as trajetórias de vida que possibilitaram reconstituir os caminhos (e descaminhos) da construção da identidade profissional desses personagens. Nesse sentido, a dissertação buscou evidenciar as narrativas coletadas que retratam as formas de gerir os negócios de tropeiros.

Outrossim, a pesquisa busca contribuir para o entendimento da Administração em suas diferentes maneiras de ser exercida, uma vez que permite observar como indivíduos, neste caso, os tropeiros, buscam organizar a vida em torno de seu trabalho e atividades econômico-sociais. Isto é, trata-se de peculiares histórias de vidas que são substantivadas em torno do ato de administrar, trabalhar e sobreviver. Analisar tais práticas é uma importante proposição de reflexão dos estudos organizacionais, sendo uma das propostas de estudo do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), na qual se inclui esta pesquisa, mais precisamente ligada ao grupo temático Estudos Organizacionais, História, Memória e Identidade Cultural. Esta dissertação contribuiu para a perspectiva do grupo de entender as experiências do passado construído em situações organizadas no presente. Constitui uma das pesquisas advindas do projeto “O Mascate, o Caixeiro-Viajante e o Tropeiro: Identidades e Estratégias no resgate da História das Práticas Comerciais Mineiras”, financiado pelo CNPq, Edital universal MCT/CNPq 15/2007.

A atual pesquisa concentrou-se no século XX, um período de tempo caracterizado por intensas transformações nas sociedades (HOBSBAWM, 1995), que possibilita identificar os sujeitos dessa história. A prática profissional do tropeirismo nesse período pode ser identificada a partir de objetivos que delineiam e sustentam o desenvolvimento da pesquisa. Tais objetivos podem ainda ser considerados secundários, sendo eles: entender as táticas e estratégias desenvolvidas pelos tropeiros; identificar o que era ser tropeiro no século XX em Minas Gerais; observar formas de identificação com a profissão; e aprender como as tropas se organizavam.

Os tropeiros caracterizam-se como sujeitos que desenvolveram atividades essenciais de apoio à mineração, à agricultura e ao abastecimento, entre outras, contribuindo para a formação do Brasil desde o período colonial (GOULART, 1961). Apesar da visão predominante na historiografia tradicional de reconhecer que o tropeirismo entra em declínio com o fim da Feira de Sorocaba, em 1897, onde se comercializavam muares vindos da região Sul (CHIOVITTI, 2003), essa profissão persistiu ao longo da primeira metade do século XX, principalmente em alguns estados brasileiros como Minas Gerais (TRINDADE, 1992).

Essa atividade continuou exercendo seu importante papel social e econômico nas Minas Gerais durante o século XX, convivendo algum tempo com o advento da utilização intensiva de máquinas agrícolas na lavoura e o uso caminhões para o transporte no meio rural. Contudo, a tecnologia foi o principal motivo para a descontinuidade do tropeirismo (TRINDADE, 1992) como fomentadores de negócios rurais em Minas Gerais. Neste Estado, a atividade existiu ao longo do século XX sob distintas formas de fazer negócios, que (re) caracterizavam o tropeiro conforme as localidades em que atuavam. Por exemplo, como os transportadores de gado regionais, que prestavam serviços às fazendas de determinadas localidades;

revendedores de mercadorias para armazéns; vendedores de muares; prestadores de serviços; e carregadores de lenha. Essa diversidade conceitual foi também observada por Castro (2008) na pesquisa conduzida a partir de pesquisas historiográficas e documentais em inventários e listas nominativas sobre a realidade dos tropeiros do século XIX na região de Mariana.

Esta pesquisa teve como um dos pontos de partida o Museu do Tropeiro¹, em Ipoema. Por ele, iniciou-se o entendimento de que o tropeiro, precisando transportar animais e produtos, organizavam comitivas de peões, planejavam a divisão do trabalho, estruturavam o transporte, enfim, controlavam a execução de suas atividades conforme saberes experimentados; Tais aspectos são relevantes à proposta deste estudo na esfera dos estudos organizacionais.

Buscou-se entrevistar tropeiros dos mais variados negócios. Isto é, tropeiros que transportavam bens de consumo, como feijão, milho, carvão e água, que comercializavam mulas (também conhecidos por muladeiros) e que transportavam e comercializavam gado, denominados “boiadeiros”. Estes últimos, nesta pesquisa, foram os predominantes. Isso é decorrente do tamanho desses negócios, por empregar um maior número de pessoas, movimentarem mais dinheiro e permitir um melhor enxergar das práticas administrativas. Em meio às ações dos tropeiros de gado, negócios menores se interpõem nas análises, contribuindo para a observação das práticas que compõem a identidade da profissão.

Buscando analisar o trabalho tropeiro, utilizou-se a perspectiva teórica da identidade, adotada por pesquisadores no campo dos estudos organizacionais para esclarecer os fenômenos sociais contemporâneos. O interesse se justifica pela amplitude das abordagens inerentes ao tema da identidade, que possibilitam contribuições importantes ao entendimento de realidades sociais

¹ O Museu do Tropeiro localizado em Ipoema, foi uma importante referência por onde a partir do método de bola de neve (GIL, 1999) obteve-se às indicações de tropeiros residentes em cidades e localidades próximas, tais como Senhora do Porto, Santo Antônio do Amparo, Cachoeira Alta.

(MACHADO; KOPITKE, 2002). Existem distintas possibilidades de análise das ações humanas quando se estuda a identidade, as quais envolvem os âmbitos individual, social, grupal e, até, metaforicamente o organizacional. No campo do trabalho, há a alternativa de se entender as esferas individual e social a partir da perspectiva de análise de uma possível identidade profissional. Essa visão busca analisar as práticas dos indivíduos com base nas realidades que perpassam o contexto dos respectivos trabalhos.

Nesse sentido, a identidade profissional é uma das múltiplas dimensões que envolvem o estudo da identidade e assume uma importância particular para esta pesquisa, uma vez que possui como objeto de análise as atividades profissionais de indivíduos que são perpassadas por fatos sociais, econômicos e históricos, condicionando a construção da identidade social (DUBAR, 2005). Nesse processo de construção das identidades individuais e sociais, podem-se observar acontecimentos sociais que se refletem na dinâmica profissional. Estudar a identidade tendo como referência uma profissão ou atividade profissional é um caminho para se desvelar não apenas trajetórias individuais dentro de uma profissão, mas também uma construção complexa de relações presentes no âmbito social.

Para analisar a perspectiva histórica da construção da identidade profissional, buscou-se resgatar a memória dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, com o tropeirismo, relacionada às práticas sociais no que concerne ao exercício da profissão e à gestão dos empreendimentos. Assim, com base na memória desses indivíduos foi possível (re) constituir narrativas nas quais ficaram evidenciadas as formas de gestão, de venda e de fazer os negócios tropeiros. Essas práticas situavam-se em memórias que poderiam estar se perdendo ou, mesmo, sendo parcialmente reconstituídas em torno de eventos “grandiosos” ou “interessantes”, conforme a perspectiva de Bosi (2004). Esses fatos “grandiosos”, quando

recontados na história, excluirmos do seu foco de análise os aspectos do cotidiano de vários agentes sociais, como os tropeiros. Dessa forma, subjugamos a um plano de menor importância em relação às memórias institucionais e seus mediadores, tais como o advento da tecnologia dos transportes e as histórias formalizadas e constituídas pelas instituições (a escola, a Igreja, o partido político, o museu) que intermedeiam o acesso à memória (dos velhos) por mecanismos trabalhados anteriormente (BOSI, 2004).

Sob a égide da dominação pautada na maneira excludente de se reconstituir a história, a memória de tropeiros poderia ser confinada ou perdida ao longo do tempo, escondendo jazidas de saberes que não podem ser deixados de lado, visto que também são histórias (BOSI, 2004). No caso desta pesquisa, esse saber incrustado nas memórias é o substrato pelo qual se revelará as trajetórias das práticas que foram (re) construídas na gestão e na profissão de tropeiros, imbricadas em aspectos culturais e históricos. Essa relação é um instigante fomento para a discussão sobre a necessidade de se deitar o olhar sobre as práticas delineadas em contextos de outrora e que influenciam as realidades vivenciadas na contemporaneidade. Deflagrar-se-iam então, práticas sociais que também são profissionais, as quais podem (re) existir ainda hoje nos locais estudados, a partir de tradições e costumes culturais.² Nesta pesquisa, buscou-se observar as práticas cotidianas da atividade que também são administrativas e podem ter sido omitidas na “história do tropeirismo”, expressa por meio de publicações, recontadas em meio a eventos históricos, nos museus, dentre outras memórias “institucionais”.

No que se refere às análises sobre o cotidiano, esta dissertação seguiu uma perspectiva teórica pouco estudada nos últimos anos no âmbito dos estudos organizacionais. Esse fato pode ser

² O Tropeirismo é recontado no jornal Estado de Minas (21 de setembro de 2008) a partir de homens que trabalham na região de Conceição de Mato dentro transportando, ainda hoje, mercadorias por meio de burros; O difícil acesso à localidade, limitou o acesso a esses tropeiros.

observado a partir de uma pesquisa feita nos anais publicados, entre 1997 e 2007, no mais representativo encontro acadêmico nacional sobre os estudos organizacionais: o ENANPAD, em que raras foram às vezes em que foram citados Heller, Lefebvre e Certeau. Ressalta-se que esses são autores apontados por Chizzotti (2004) como os mais utilizados para se estudar o cotidiano no Brasil. Pode-se afirmar que os referidos autores são aqueles nos quais esta pesquisa se pautou a fim de analisar o cotidiano dos tropeiros.

Pela ausência da temática sobre a análise do cotidiano na concepção dos autores acima citados nos estudos organizacionais, pode-se inferir que, de forma geral, analisar o fazer cotidiano praticado socialmente seria pouco importante, ou, talvez, desnecessário para os estudos sobre gestão. Assim, poder-se-ia pensar que a proposição do imbricamento de diversas práticas dentro do fazer a gestão não é seguida ou pensada nos estudos organizacionais. Em certo sentido, estudar as práticas cotidianas de pessoas em meio à gestão pode clarear a dificuldade existente no ato de tentar controlar as pessoas por meio de práticas organizadas. Consequentemente, o suposto controle existente na gestão pode ser visto como fragilizado quando se estuda o cotidiano dos controlados. Adverte-se que essa perspectiva de enxergar a realidade é incoerente com relação às abordagens funcionalistas e hegemônicas nos estudos organizacionais (CALDAS; FACHIN, 2005). São caminhos para se entender o que há por trás do que se pode dizer que é uma gestão. Por essa perspectiva de ver a Administração, as pessoas e suas relações profissionais e sociais estão em foco tanto como as práticas administrativas.

Esta dissertação apresenta-se como uma pesquisa empírica de orientação qualitativa. Foi construída a partir da história oral e da pesquisa documental, utilizando também fotografias e artefatos que compõem o cotidiano dos tropeiros, dentre outras possibilidades, para a coleta

dos dados. Buscaram-se opções que não restringissem o conhecer das realidades que se deseja estudar. Assim, utilizaram-se metodologias que não tornarão apáticas as vivências narradas a partir das memórias.

Partiu-se de um método de coletas de dados que se pauta especificamente na história oral (MEIHY, 1996). Além da história oral, recorreu-se a álbuns de fotografias, músicas ou qualquer objeto que tivesse significados particulares aos narradores, a fim de auxiliar na reconstituição das narrativas orais. Como técnica de análise sobre o material recolhido utilizou-se a Análise do Discurso (AD), por permitir a reflexão sobre o escrito e sobre aquilo que se encontra por detrás do que está posto. Ou seja, a análise se baseia nas condições de produção do discurso, e não unicamente naquilo que se estrutura enquanto linguagem (FIORIN, 2003). Nesse sentido, justifica-se utilizar a vertente de AD francesa (FARIA; LINHARES, 1993; FIORIN, 2003), que permite a análise contextual da linguagem, bem como de seu conteúdo. Por essa técnica evidenciou-se os discursos dos tropeiros e seus posicionamentos, ou seja, de onde falam e a partir dos fatos que vieram ocorrendo ao longo de suas respectivas trajetórias.

Pela técnica da Análise do Discurso, observou-se a construção de um discurso que se faz próprio dos tropeiros, favorecendo a compreensão das visões de mundo dos indivíduos pesquisados. A interdiscursividade, ou seja, a composição de um discurso pela oposição a outros discursos foi analisada pela confrontação presente na reconstituição das memórias. Por exemplo, por meio da citação de eventos da história, quando possível, e do respectivo posicionamento em relação a eles ou, ainda, do silenciamento em relação a acontecimentos da época e da contraposição entre fatos que ocorrem no presente e que se diferenciam quanto aos ocorridos no passado, por exemplo, a gestão da confiança. Assim, observaram-se os temas

utilizados nas narrativas pelas quais os discursos dos sujeitos (de pesquisa) se posicionaram diante dos fatos ocorridos.

Assim, os temas da gestão selecionados se relacionam a assuntos como: a confiança, forma de vender, compras, identificação, divisão do trabalho e fim da atividade, entre outros que comporam percursos de sentido que orientaram a análise da existência da identidade tropeira. Esses são temas relevantes a esta pesquisa, selecionados entre muitos outros. Os temas não explicitados nesta dissertação são relativos a algumas questões familiares, histórias de assombração e religiosidade, dentre outros. Essa escolha foi feita porque a utilização deles estenderia por demais a análise, não sendo interessante à formalização da dissertação e nem relevante ao objetivo proposto.

Esta dissertação se dividiu em dez partes, incluindo esta Introdução. No segundo capítulo, procede-se à explicitação das referências teóricas da identidade, perpassando por aspectos teóricos da história, do Cotidiano e da Memória. No terceiro capítulo explicita-se como a pesquisa foi confeccionada, estruturada e analisada. No quarto capítulo, descreve-se o tropeirismo e sua história. No quinto capítulo abordam-se as origens, socialização, identificação e organização do trabalho. No sexto capítulo as gestões e suas estratégias e táticas. No sétimo capítulo as memórias do fim da atividade. No oitavo capítulo, apresentam-se as considerações finais. Na nona e na última parte são apresentados, respectivamente, as referências bibliográficas e os apêndices.

2- IDENTIDADE, HISTÓRIA, COTIDIANO E MEMÓRIA: REFERÊNCIAS PARA ESTE ESTUDO

2.1 Estudar a identidade

“Identidade” é um tema pesquisado por autores vinculados a múltiplos campos de conhecimento, compreendendo diferentes níveis de análise. Machado e Kopittke (2002) identificam neste estudo um importante caminho para esclarecer fenômenos sociais recentes e transformações institucionais, na medida em que mostram como ocorrem as relações dos homens enquanto componentes de uma comunidade, delineando as dinâmicas históricas, sociais e materiais que são parte da confecção das identidades que assumem.

Por se fazer relacional, histórica, subjetiva e imbricada nos acontecimentos, a identidade pode ser analisada a partir de diversos objetos focais³, compreendendo desde as pessoas, meios sociais e profissões até as organizações. Essa amplitude de observações utilizada na construção das identidades enriquece as possibilidades de conhecimento do mundo, pois oferece às ciências sociais aplicadas possibilidades para se revelar contextos muito específicos. Isso porque nos estudos sobre os processos de construção de identidades pesquisadores deverão analisar as interações sociais particulares a um contexto. Esse fato pode ser observado tanto nos estudos sobre a identidade de uma feira e de mercados da região Sudeste (CARRIERI, 2005, 2008) como na pesquisa feita com catadores de lixo no Rio de Janeiro (CARMO *et al*, 2004), entre outras. Nessas pesquisas, a identidade é analisada mediante a observação das interações cotidianas de feirantes, mercadores e catadores de papel, bem como de suas histórias e interações com seu meio sócio-histórico. Nesse sentido,

³ Dimensão objeto focal: uma das duas dimensões básicas do conceito de identidade, definida por Caldas e Wood Jr. (1997), é aquela pela qual a análise da identidade seguirá por caracterizações sociais do objeto escolhido, seja ele o indivíduo, a profissão, o grupo ou a organização. A outra dimensão é a observação. Esta se compõe pela observação de aspectos internos e externos pelos quais se comporiam uma identidade.

os pesquisadores podem desvelar fenômenos sociais que, muitas vezes, são de difícil leitura no âmbito de pesquisas científicas.

As possibilidades de explicitar o mundo a partir da identidade apresentam-se, em certa medida, menos restritivas. A análise de um objeto compreende desde suas particularidades sociais até a influência de fatos externos. Por envolver ações e acontecimento que transitam sobre a história de pessoas, da profissão, do espaço, da cidade e do país, as percepções subjetivas se misturam em meio às condições objetivas. Assim, estudar a identidade e seu processo formativo contribui para revelar um substrato diversificado de relações entre as pessoas, e dessas com o meio externo e com as transformações das condições materiais no cotidiano.

No que se refere à história, a amplitude de análise das identidades abre caminho para o entendimento de sucessivos eventos pessoais, familiares e institucionais. Diferentes subjetivações sobre determinado fenômeno social se tornam presentes ao se constituir as histórias, que, portanto, seriam conhecidas, no momento da pesquisa, a partir de singulares formas de se contar os fatos. Assim, os indivíduos se conformariam a uma identidade que não se pautaria somente por eventos definidos em um percurso pré-selecionado ou permitidos a uma “história oficial” (BOSI, 2004). Abrir-se-iam, então, muitas possibilidades de enxergar a realidade a partir de subjetivações que também expressam as identidades.

A partir das relações sociais, erigem-se as visões de mundo, os posicionamentos, as diferenças, os poderes, que são também parte da complexidade dos fenômenos sociais, que não se restringem a uma única ideologia dominante. São diferenças que podem ser explicitadas pelos relacionamentos nos quais se identificam grupos, comportamentos e

oposições que acontecem e conformam as realidades. A relação com o meio material é também observada e enriquece a percepção do pesquisador. Isso porque as pessoas enquanto atores sociais escolhem caminhos materiais, simbólicos e culturais que legitimariam as relações diárias (RODRIGUES, 1991).

O percurso para se entender as identidades não se restringe à estruturação social, que pode ser imposta simbolicamente. Se assim fosse, perder-se-ia a dinâmica da construção das identidades, que edifica uma constante manutenção, mudança e perpetuação de algo que não se cristaliza no desenrolar dos acontecimentos. É como aponta o filósofo Heráclito (1980) ao se referir à fluidez dos acontecimentos do mundo, explicando que, um homem nunca poderia atravessar o mesmo rio duas vezes, pois um e outro estariam mudados na segunda vez em que se encontrassem.

Os caminhos pelos quais a análise identitária sobre um objeto deverá passar, além de variados, se inserem em um contexto também ramificado no saber científico. Assim, as perspectivas de pesquisas acadêmicas sobre identidade se encontram na Filosofia, na Antropologia, na Sociologia, na Psicologia e na Psicologia Social (COUTINHO, 2000), dentre outros campos de conhecimento científicos. A identidade, nesse sentido, é estudada a partir de várias teorias e pesquisas que influenciam o entendimento atual sobre o tema.

Para Wood Jr. e Caldas (2006) e Machado e Crubellate (2006), pesquisar a identidade nos estudos organizacionais pode ser bastante complexo, diante da amplitude de sentidos inerentes ao tema. Os autores ressaltam que existem múltiplas possibilidades de estudar as identidades em diversos campos científicos, escolas ou perspectivas intelectuais, cujos conceitos são, muitas vezes, utilizados de forma particular, conforme os interesses e os

objetivos da pesquisa, tornando o entendimento sobre a identidade algo muito complexo e restritivo.

2.2 Abordagens para os estudos de identidade

Um dos campos de estudo que tratam da identidade é a Psicologia, que abarca a visão psicanalítica da identidade individual, a qual, segundo Wood Jr. e Caldas (2006), pode ter iniciado os estudos sobre o conceito dentro das ciências sociais. Essa primeira visão sobre o tema consideraria que o indivíduo possui uma perspectiva de si mesmo construída pela influência de sua cultura e do meio no qual se insere (WOOD Jr.; CALDAS, 2006). Assim, a cultura e o contexto social são duas importantes fontes de influência para os processos de definição das identidades (BORZEIX; LINHART, 1996; NKOMO; COX JUNIOR, 1996; MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2000; VASCONCELOS; VASCONCELOS, 2000). Segundo essa abordagem, o indivíduo se autoreconheceria como único, visto que se diferencia dos demais. Porém, também se apresentaria semelhante a outros, pois se iguala aos de seu grupo. Caldas e Wood Jr. (1997) apontam que essa concepção de identidade individual, além de ser muito difundida, passou, ao longo do tempo, a ser uma das orientações para explicar as dinâmicas de fenômenos sociais e as caracterizações de grupos sociais diversos.

Ainda no âmbito individual, identidade pessoal pode ser discutida também no campo da Sociologia, sendo marcada pelas características que as tornam únicas. Seria a caracterização ou o apoio a uma identidade. É a combinação peculiar de um indivíduo em sua história de vida, que traz implícita a unicidade em meio à identidade social.

A identidade pessoal, para Goffman (1975), seria caracterizada pela pressuposição de que o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros. Em torno desses meios de diferenciação, pode-se apegar e entrelaçar como “açúcar cristalizado”, criando uma história contínua e única de fatos sociais, que se torna, então, a “substância pegajosa” à qual vem agregar-se aos outros fatos biográficos. A identidade pessoal poderia se mostrar percebida em um meio social desde que o outro não se restrinja a entender a biografia de alguém apenas pelo que é comum em um meio social, obtido por meio da percepção que se traduz em uma identidade social. Esta é que facilitaria ou definiria alguém a partir do que é conhecido àquele que define. Goffman (1975) considera que no processo de interação entre as pessoas, essas, ao tomarem contato com o anonimato das identidades sociais, tentarão dar uma biografia a alguém, procurando elementos comuns, que formariam, assim, uma identidade pessoal. Desse modo, a identidade pessoal poderia ser uma prerrogativa para aqueles que tomam contato com os indivíduos e tentam identificá-los a fim de tornar conhecido o diferente.

A partir de análise da relação entre a esfera pessoal e a esfera social, um campo fértil de estudo sobre a identidade se erigiu no contexto dessa temática: a abordagem da Psicologia Social (WOOD JR.; CALDAS 2006), em que uma das formas de estudar o tema pode ser por meio da identidade social, definida como uma “teoria cognitiva que assume que os indivíduos tendem a classificar a si próprios e aos outros em categorias sociais, e que essas classificações tem efeito significativo sobre as interações humanas” (NKOMO; COX JR., 1999). Nessa perspectiva, o grupo tornar-se-ia um fator de referência para as pessoas na formação da identidade social. Entretanto, essa teoria não permite definir o grau de influência que o grupo pode exercer sobre a formação da identidade de alguém. Outra dificuldade apontada por Nkomo e Cox (1999) se refere à percepção do pesquisador sobre a capacidade que um grupo teria para dar forma a uma identidade social. Ou seja, tornar-se-ia difícil observar se as

pessoas que se relacionam com determinado grupo compartilhariam o entendimento sobre as características desse grupo, que, por sua vez, conformariam uma nova identidade no meio de interação.

Como solução para esse impasse, Nkomo e Cox Jr. (1999) utilizam o conceito de identificação social, que parte para a análise do “processo de alguém se localizar ou localizar outra pessoa dentro de um sistema de categorizações sociais”. Nessa perspectiva, a identidade social poderia ser a somatória de todas as identificações sociais dada a uma pessoa, a partir das quais o indivíduo partiria para se definir a si próprio. Os autores consideram que as influências externas, em algum grau, interferem nas interações sociais, visto que são bases para a autoidentificação. Conseqüentemente, a identidade social orientaria as relações de indivíduos em ambientes onde exista a interação entre diferentes grupos, como pode ser o caso do ambiente de trabalho. Neste espaço, a identificação também será mediada pelo acesso a recursos atribuídos a determinado grupo. Pode, por exemplo, indicar privilégios sociais àquele que se encontra nos limiares de uma relação mais próxima com pessoas desse grupo. Dessa forma, a identidade social de uma pessoa estaria mediada pela própria percepção sobre o olhar do outro. Por motivos materiais, emocionais, afetivos e simbólicos, decorrentes do pertencimento a um grupo e da percepção do meio social que caracterizaria esse grupo, subjetivar-se-ia quão interessante podem ser a afiliação e a manutenção da identidade atrelada àquele grupo.

Goffman (1975) considera que nos processos de formação da identidade social o cotidiano é tido como o visível dentro das relações onde se encontra o substrato para a ação. Na visão desse autor, signos de privilégios e signos de estigma⁴ são formas de informação social por

⁴ Simbolização que associa um indivíduo a uma imagem que é depreciada socialmente.

onde a identidade social pode ser formada, remodelada ou destituída por aquele que é classificado dentro desses parâmetros. Contudo, o autor ressalva que a ação de um indivíduo que deseja modificar a maneira como é percebido dependerá não exclusivamente dele, pois tais ações dever-se-iam se tornar passíveis de serem decodificadas por seus interlocutores sociais.

A teoria sobre identidade social é pensada a partir da esfera individual. Contudo, Nkomo e Cox Jr. (1999) destacam que, pela sua definição atrelada a contextos sociais, é fonte importante de reconhecimento sobre a relevância dos grupos nos estudos de Administração. A teoria da identidade social (TIS) mostra que as organizações são um “grupo” importante na construção da identidade das pessoas. Essa teoria contribui para a compreensão das diversas interações sociais referentes à história e aos espaços específicos. Nesses espaços e tempos, o sujeito se encontra imerso em meio às relações intergrupais que o posicionarão também como indivíduo. É importante frisar que essa teoria, quando utilizada pelos estudos organizacionais, buscará explicitar a identidade social no ambiente organizacional, podendo ser usada instrumentalmente por gestores com a finalidade de influenciar ou privilegiar grupos, controlando de forma simbólica e material os indivíduos que se afiliam a esses grupos.

Considerando também os grupos e suas identidades, a visão sociológica caracterizaria a identidade como um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e sociedade. A perspectiva sociológica para o estudo da identidade se baseia em autores como Berger e Luckman (2004) e Dubar (2005), dentre tantos outros, voltando-se para a relação com as estruturas sociais. A identidade, por essa visão, “é conceituada como o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que conjuntamente, constroem os indivíduos e definem

as instituições” (DUBAR, 2005, p. 136). Para Berger e Luckman (2004), em sociedades com uma divisão muito simples de trabalho e mínima distribuição de conhecimento a socialização produz identidades bem definidas, e estas seriam socialmente prédefinidas e delineadas em alto grau, o que nos tempos atuais seria uma construção mais trabalhosa.

Em meio à Sociologia, a identidade pode ser observada quanto a sua construção a partir das interações decorrentes dos meios sociais e dos respectivos reconhecimentos que surgem dessas relações. Diante da estruturação social de reconhecimento, a formação das identidades pode parecer estanque diante de tais estruturas de reconhecimentos que se impõem sobre as identidades individuais e pessoais. Contudo, Berger e Luckman (2004) apontam que esse tema não se subjugue às estruturas, visto que é resultante de um processo de construção que se renova em meio aos impositivos sociais. Assim, na visão dos autores, os indivíduos que quisessem mudar sua identidade deveriam travar uma dura luta subjetiva e atitudinal para se destituírem da identidade delineada a eles. As pessoas partiriam para a individualização ou para a associação a novos grupos como uma tentativa para (re) constituir sua identidade.

A individualização ocorreria como uma forma de afastamento dos grupos aos quais conformavam a identidade anteriormente. A aproximação a novos grupos seria outra maneira de (re) constituir novas identidades a partir da identificação com esses grupos. Esse processo de reconstituição da identidade, segundo Berger e Luckman (2004), acometeria o indivíduo ao longo de sua vida como uma constante autoconstrução dialética entre as socializações primária⁵ e secundária.⁶ Nesse sentido, Berger e Luckman (2004) compartilham a idéia de que a identidade pode ser cristalizada por uma estrutura social, mas, em contrapartida, sofre

⁵ Socialização primária é a forma pela qual os indivíduos têm contato com as primeiras visões de mundo com as quais começam a aprender papéis e a formar sua identidade.

⁶ Socialização secundária é a forma pela qual o indivíduo tem contato com diferentes instâncias de reconhecimento ao longo de sua vida e que permite o diálogo, a partir da autopercepção, com a identidade delineada pela socialização primária.

modificações pelas relações sociais advindas da interação da identidade com organismos, com a consciência individual e com a estruturação social.

Na perspectiva sociológica sobre a identidade, Dubar (2005) ressalta, assim como Berger e Luckman, a relevância da socialização para a identidade. Para o autor, a formação da identidade para si e para o outro caminha em um processo comum entre essas duas instâncias de reconhecimento: a socialização. Esta última juntamente com as tipificações⁷ conformam à constituição de identidades por onde os tipos de identidades são formadas e reconhecidas como parte do processo de interação social. O autor considera que as tipificações existem independentemente de classificações teóricas, uma vez que são parte dos processos diários de interação social, sendo formadas em estágios pré-teóricos e pré-científicos. Assim, Dubar (2005) considera que a identidade não é inteligível simplesmente por ser reconhecida intelectualmente. Nesse sentido, alerta para a influência da ciência sobre as tipificações, a partir do contato das pessoas com teorias como as da visão psicológica sobre a identidade. Por conseguinte, nos meios sociais as tipificações podem tomar as formas advindas da ciência, interferindo em sua autodefinição e passando a fazer parte do processo identitário. O autor mostra que teorias como a da identidade social podem classificar erroneamente as pessoas como pertencentes a determinados grupos sociais, o que não corresponderia à realidade. Dessa forma, rotular-se-iam indivíduos por pressupostos científicos por meio de tipificações que passariam a existir a partir da influência de uma estruturação científica sobre a cognição das pessoas, que, então, se definiriam a partir das tipificações de estruturas científicas.

⁷Tipificações, para Berger e Luckman (2004), são esquemas de aprendizado a partir dos quais o outro é apreendido pelo eu, categorizando-o em uma tipificação, um entendimento, uma rotulação sobre seu papel social, pela qual o indivíduo poderá se relacionar ou se posicionará na interação com o tipificado. Berger e Luckman (2004) exemplificam as tipificações como: o vendedor, o americano, o europeu, o tipo jovial.

Com base na proposição de Dubar (2005) sobre a influência do cotidiano na construção da identidade, poder-se-ia refletir acerca do próprio ato de pesquisar o tema. Nesse sentido, essas pesquisas precisariam ser precedidas de cuidados metodológicos que não induzissem à construção de uma identidade no momento da coleta. Ao se tomar este e outros cuidados metodológicos, poder-se-ia chegar às identificações mais bem associadas às percepções dos sujeitos de pesquisa, de onde se buscaria extrair as maneiras como os indivíduos utilizam, pervertem, aceitam ou recusam as categorias oficiais que mediam as construções identitárias. Formar-se-iam, nesse processo, posicionamentos subjetivos, a partir da negociação diária com as instituições, categorizações oficiais e seus agentes significativos. Assim, ao se considerar a subjetivação de si mesmo e suas decorrentes identificações em meio às instituições sociais, a identidade na visão sociológica se constituiria.

Partindo da perspectiva social da identidade, Dubar (2005) considera-a como um processo guiado por dois mecanismos de identificação: o sincrônico e o diacrônico. O primeiro é ligado a um contexto de ação e a uma definição da situação em um espaço dado, culturalmente marcado. Em outro sentido, o eixo diacrônico está ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal socialmente construída.

Outra possibilidade de estudar a identidade enquanto um processo inerente ao âmbito social seria pela autodefinição da profissão dos indivíduos. Esta, quando atrelada às interações macrossociais e microssociais, traz possibilidades importantes para o estudo de fenômenos sociais. A identidade profissional pode, partindo da visão sociológica, ser parte das estratégias identitárias diante das socializações presentes na esfera profissional. Por esse sentido, a confrontação da identidade apreendida ou tomada para si em processos de sucessivas socializações cotidianas em outros convívios, como o familiar, o social e o profissional

(BERGER; LUCKMAN, 2004) toma a forma de um constante processo de (re) construção identitária. Essa seria decorrente da socialização em uma nova situação profissional ou frente a fatos socioeconômicos, como desemprego e implementação de tecnologias, que pressionam a situação daqueles que se encontram empregados ou trabalhando.

Nesta pesquisa, a abordagem profissional da identidade foi escolhida, uma vez que, ao delinear-se pode-se entender as condições do trabalho tropeiro e suas modificações decorrentes de situações pessoais, sociais e econômicas. Esses aspectos serão observados a partir do cotidiano dos indivíduos pesquisados, conformando identidades em meio ao trabalho. Consequentemente permitem analisar a gestão deste trabalho, cumprindo o objetivo da dissertação.

Nesses processos de (re) constituição das identidades, como na identidade profissional, o trabalho possui fundamental importância. Este trabalho, contudo, vem sendo modificado ao longo do advento e consolidação do capitalismo (BRAVERMAN, 1987) e, hoje, exige, além de competências e habilidades físicas e mentais, a conformação de uma identidade no espaço profissional, como a orientação para a autoidentificação e a identificação do outro. Em decorrência das constantes modificações contemporâneas no mundo do trabalho, os indivíduos são frequentemente confrontados com suas antecedentes construções identitárias. Assim, precisariam (re) constituir a sua identidade em um intrincado campo de tipificações, reconhecimento e legitimação na (re) construção social das realidades (BERGER; LUCKMAN, 2004) profissionais. Para Dubar (2005), todas as identidades serão construídas a partir de uma época histórica, em um contexto social que também se compõe da linguagem e de alguma forma de racionalização e reinterpretação oriunda da interação com eventos

ocorridos na história. De forma dialética, a identidade do indivíduo profissional e social se adaptaria às mudanças desse contexto.

Nesse sentido, as estratégias identitárias⁸ serão partes do arcabouço de ações pelas quais os indivíduos tentaram reafirmar sua identidade construída historicamente ao se confrontar com as pressões sociais na profissão exercida. Assim, o trabalhador optará por arraigar-se a sua profissão, procurando se reconstituir na esfera laboral, formando sua identidade profissional (DUBAR, 2005). Para esse autor, as identidades profissionais são constantemente confrontadas pelas mudanças tecnológicas, pelas alterações na estruturação de emprego e pelas políticas públicas. Nesses casos, a ação aconteceria como forma de interação nas relações de trabalho e por meio de participação nas atividades coletivas das organizações, intervindo nas representações, a fim de se buscar estratégias identitárias que também serão de sobrevivência.

A partir do exposto, para os objetivos desta pesquisa, a identidade profissional é aquela que se baseia em um processo relacional, que é composto pelo reconhecimento e pela legitimação das identidades associadas a saberes, competência e imagens de si, propostos num sistema de ação. Ou seja, representações coletivas que induzem a atitudes e comportamentos em que as relações sociais e de poder mediarão a formação das identidades no meio profissional. Para entender a gestão do tropeiro, partiu-se da abordagem da identidade profissional desses indivíduos. Isso possibilitou a (re) constituição dessa identidade pela análise das socializações, das práticas sociais e das formas de agir edificadas pelos sujeitos de pesquisa

⁸ Estratégias identitárias, segundo Dubar (2005) são decorrentes de desacordos entre a identidade atribuída a uma pessoa (virtual) e a identidade social percebida como real por tal pessoa. O indivíduo nessa situação buscaria, pela via da “transação externa”, acomodar a identidade para si e equilibrá-la à percepção alheia por meio de práticas objetivas, como a execução do trabalho conforme as tradições que o identificam. Ou, pela via da “transação interna”, tentaria salvaguardar para si as identificações anteriores – a identidade herdada (como guardar objetos, afirmar-se em narrativas, repetir rituais) – ou, mesmo, visar uma identidade futura, buscando a assimilação antecipada dessa identidade pelo outro.

que viveu suas experiências no século XX. Explicitaram-se, então, as relações sociais, os eventos históricos, os fatos do público e do privado que compõem a construção social da gestão e que também são partes do processo identitário em torno do contexto de atuação daqueles profissionais em Minas Gerais.

2.3 História, cotidiano e memória: trajetórias teóricas para a análise

2.3.1 História

Vizeu (2007) afirma que os estudos organizacionais, sob uma perspectiva histórica, partem de múltiplas orientações epistemológicas, fragmentando a adoção dessa forma de analisar as organizações. No conjunto, das diferentes possibilidades históricas, este autor aponta que a história no campo do conhecimento organizacional pode ser fortemente voltada para perspectivas objetivistas, orientadas para a reconstrução de trajetórias de organizações, negócios e estratégias. Cita como exemplo desta perspectiva os estudos de Chandler (1962). É importante ressaltar que existiram ainda estudos no campo organizacional, elaborados por autores mais voltados para os discursos e poder, em que a história seria um pressuposto teórico e analítico para análise, como no caso dos estudos de Foucault. Nessa perspectiva, Vizeu (2007) cita os estudos de Carter, Mckinlay e Rowlinson (2002).

Há, ainda, pesquisas inerentes aos estudos organizacionais, como o de Cavedon (2005), que perpassam a história a partir de uma perspectiva mais subjetivista, em que a visão de indivíduos e dos grupos dos quais participam seria importante para a construção de realidades sobre o objeto de estudo a partir de aspectos sociais nas organizações ou de formas organizadas de trabalho. Esses seriam caminhos que, associados às narrativas, permitiriam enxergar as organizações partindo das percepções de diferentes grupos e de suas interações

sociais advindas das respectivas visões constituídas no espaço e no tempo vivido. Nessas lacunas do tempo de uma organização, fatos comuns vivenciados balizaram a prática dos discursos por onde poderiam ser observadas as relações no interior dessa organização. Nessa perspectiva estariam autores como Mumby e Clair (1997), que consideram os sujeitos e suas narrativas como um caminho importante para o conhecimento da organização e da gestão. Pela perspectiva subjetivista sobre a história, por meio dos discursos e de sua forma de ser construído nas memórias de indivíduos, reconstituíram-se as identidades que remetem à noção de todos os tropeiros mineiros no século XX em Minas Gerais.

A perspectiva analítica desta pesquisa é construída a partir de uma forma de ver a História como uma disciplina não excludente de muitos acontecimentos, uma das orientações do pensamento de Bosi (2004). Esta forma de pensar a História é resultado dos debates no seu campo acadêmico que geraram uma crise na contemporaneidade em relação à mudança de paradigma na forma de produção do conhecimento (SOUZA, 2006). A partir da Escola de Annales, novas possibilidades se manifestaram dentro de uma “nova história” (LE GOFF, 1989). Segundo Neves (2000), Febvre pauta-se na Psicologia, procurando uma maior abrangência para a História ao considerar que o homem, em sua complexidade do sentir, não se restringe a ser unicamente o reflexo de jogos de poder ou de modos de perceber o mundo e o modo de agir e pensar daqueles que detêm o poder. Matos (2002) considera que surge, nesse sentido, o desvelamento de fartas vivências de sujeitos sociais e que os estudos do cotidiano na história ganham força, permitindo enxergar as “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) de anônimos que “nunca foram apreciados em sua relevância na formação e funcionamento das sociedades”.

Para Certeau (1994), a vida cotidiana, na qual seriam praticadas, distantes ou não tão próximas, as “topografias interna da cultura”, não seria regularmente traduzida para outras linguagens culturais, como a histórica. Estas se apresentaram como culturas dos objetos, regimes pluviométricos, formas de lidar com a natureza as quais, ao serem expostas, retiram o foco do recorrente eixo do poder na historiografia (CERTEAU, 2000). Um poder sutil, porém poderoso como forma de dominação e legitimação (FENELON *et al.*, 1996, p. 6). Souza (2006) ressalta que nessa nova História o olhar sobre o cotidiano se torna uma alternativa à perspectiva tradicional, que se concentra nos fatos centrais da História em detrimento dos fatos periféricos. Nesse percurso, poder-se-iam reconstituir experiências excluídas de indivíduos, os quais tiveram seus percursos identitários frequentemente ignorados ou eventualmente mencionados. Para Certeau (2000), em sociedades cultuadoras de generalizações as racionalizações adquiridas seriam o mirante para o olhar de pesquisas que observam zonas silenciosas, como feitiçaria, loucura, festas, literatura popular e mundo rural, entre outros fragmentos do mundo centralizador, a partir de seus meios culturais. O acesso a essas histórias não contadas ou descontadas do seu lugar de origem por meio da memória que ainda pode ser resgatada para se conhecer tempos mais recentes pode ser, muitas vezes, o único caminho para se ter acesso às minúcias dos objetos estudados.

O cotidiano e sua história podem ser um caminho para se entender a sobrevivência que está nas entrelinhas do que se torna público. Ou seja, é permitido adentrar nas especificidades das sobrevivências, que, muitas vezes, são vistas de longe como estatísticas, notícias ou outra forma de explicitação. Assim, a originalidade dos acontecimentos é trazida pelas inúmeras estratégias e táticas de sobrevivência do “homem simples” MARTINS (2008) e de outros protagonistas do cotidiano que não são ouvidos ou interpretados. Quando muito, são descritos. Matos (2002) tece considerações sobre a relação entre o cotidiano e a história,

afirmando que o cotidiano, quando analisado em seu interior isoladamente como uma descrição de comportamentos, pareceria estar descolado da historicidade dos fatos, constituindo-se um desafio associá-lo à história. Para isso, faz-se necessário abordá-lo de modo mais analítico, e não apenas descritivo, relacionando-o aos acontecimentos mais conjunturais. Procurar-se-ia estabelecer relações mais amplas, inserindo a análise do cotidiano na dinâmica das transformações sociais e culturais, o que “propiciaria a reinvenção da totalidade histórica dentro do limite do objeto pesquisado” (MATOS, 2002, p. 9). É o que Le Goff (1994) considera como a validade científica do cotidiano, uma vez que estaria no contexto da análise do sistema históricos, auxiliando a decifrar o funcionamento da realidade.

2.3.2 O cotidiano

Estudar o cotidiano pressupõe considerar as realidades de todos os dias e a ação em torno daquilo que se pode pensar dos grandes eventos, negociações formais, reuniões e contratos. Nas tramas do cotidiano, esses eventos aparecem e fazem-se grandes ao olhar de “outros”, mesmo sendo apenas mais um lugar de ação que os indivíduos criam (CERTEAU, 1994). Então, esses grandes eventos, que podem parecer maiores para aqueles que querem ver assim, em verdade são parte das malhas do cotidiano. E é neste sentido que as práticas sociais se fazem importantes: de trabalho e de gestão, dentre outras. Todas elas estão inculcadas no cotidiano social.

Martins (2008, p. 10) considera que a interpretação da realidade social, muitas vezes, se afasta da realidade vivida, partindo de um “conceitualismo descabido, transplante de interpretações de realidades sociais que são outras, distantes e diferentes, que nos torna estrangeiros em face do que realmente vivemos e somos”. Indo na direção contrária ao observado pelo autor, o

conhecimento científico se volta para explicitar o cotidiano a partir da interpretação de seus verdadeiros atores sociais. Para este autor, há nessa prerrogativa o olhar em direção às questões cotidianas configurando-se como uma justificativa. É como uma alternativa para se pensar os problemas das sociedades tornando-se, assim, um problema epistemológico na contemporaneidade.

Martins (2008) ressalta que nos *locus* dos estudos analisados o cotidiano é conceituado frequentemente como algo sem qualidade própria, que não é parte de um todo, e assim é definido como amorfo, único e diferente. São estudos que, com certa constância, apresentam-se como a descrição de atos do cotidiano como os usos e costumes, sem, contudo, localizá-lo em seus sentidos de existir, seja nas interações acontecida ao longo da história ou em decorrência de motivos plausíveis que justificariam tal ato.

Lefebvre (1991) não conceitua o cotidiano, pois entende que esse não poderia ser enquadrado em um conceito no sentido de servir à análise historiográfica tradicional. Nessa perspectiva, acredita que o cotidiano se desvincula da história quando analisado em seus pormenores, como no caso da vida privada. Nesse sentido, estaria no tempo do privado, do quarto, da cama, da cozinha, daquilo que se reduz à rotina, ao uso e ao costume, que é repetitivo. Na concepção do Lefebvre (1991), estudar o cotidiano não significa só realizar descrições pormenorizadas do fazer. Isso porque esses fazeres repetitivos não estão em relação direta com a história; eles estão alheios a ela, visto que se apresentam no espaço do restrito, que não influiria diretamente no mundo existente. Para este autor, o estudo do cotidiano deveria considerar que é preciso levar em conta que este somente existiria e se formaria quando atrelado a um contexto de uma história. Nesse sentido, a mera descrição do privado não o torna cotidiano, pois este deve se localizar em um contexto maior da produção das relações

sociais. Seguindo essa forma de pensar o cotidiano, esta pesquisa não se prestou a uma mera descrição das rotinas dos tropeiros descoladas das interações com as cidades, com o tempo e com os eventos, pois se assim fosse não faria sentido a análise sobre o objeto de estudo: a identidade tropeira.

As racionalizações cotidianas vindas de uma disforme subjetividade, aquela que poderia ser afastada das instrumentalizações da racionalidade, podem se transformar em conhecimento repassado, conceituado como senso comum. Para Martins (2008), esse não é um conhecimento repetitivo; é parte de um conhecimento aliado a determinado contexto no qual se partilharam os saberes que o tornam legítimos socialmente. São saberes que estão contidos na arte de fazer de Certeau (1994).

O autor considera que as artes de fazer cotidianas, muitas vezes, têm razões próprias para se desenvolver dentro de um profundo poder de resistir. Seria esse um reconstruir de possibilidades no dia a dia que, ainda no lugar do outro, tentam entrar em consonância com os desejos e as vontades particulares. Existem profundas formas de fazer que se escondem naqueles que são dominados. O poder de resistência está ali. Contudo, não somente a orientação se dá por um embate, mas também por formas de ver, em que as práticas de fazer, assim como a prática cognitiva do pensar, podem construir realidades desconexas ao poder oficial que são as verdades para aquele que está sob esses poderes. Essas seriam verdades particulares ao modo de agir, pensar e se orientar que se encontram no espaço da submissão. São as práticas de resistência configuradas entre táticas e estratégias que reescrevem uma realidade de forma escusa, ainda que no lugar, no espaço e na situação daquele que o oprime.

A construção de táticas e de estratégias, segundo a concepção de Certeau (1994), é um elemento constante no cotidiano. Esses dois elementos constituem-se em possibilidades de dar continuidade à sobrevivência, pois, para o autor, no cotidiano sempre haveria opressões sociais, materiais e simbólicas pelas quais os indivíduos teriam de superar. O ato de lidar com tais pressões que aconteceriam nos percursos de vida diários por meio da inventividade evidenciam as estratégias e as táticas construídas. Para Certeau (1994), as táticas são as práticas que se fazem de forma sorrateira em uma realidade social que oprime. São consideradas amorfas, pois são difíceis de ser observadas. As estratégias, por sua vez, são formas de ação prédefinidas que se constituem no espaço legal, possível, e se tornam possibilidades para um agir futuro. Elas integram um sistema e se voltam para uma realidade particular como formas de defesa e de ação dentro do que é legal, permitido ou legítimo. Assim, a diferença entre tática e estratégia parte de um pressuposto de legitimidade reconhecido em um sistema comum entre os opostos que o compõem. O exercício da tática “como ilegal” ou como algo não permitido, e por isso escondido, contrapõe-se à estratégia, permitida, possível e reconhecida pelo sistema, pois parte de um fazer anterior que torna a ação reconhecida.

Certeau (1994) considera que a análise do cotidiano não deve existir tal como um “atomismo social”, em que as práticas individuais seriam focadas como existindo por si sós, e a partir daí se formariam os grupos. O autor considera que as ações individuais são parte de relações com meios sociais, parte de uma pluralidade incoerente em que muitas delas são geradas em relação às dominações culturais, materiais e simbólicas.

Considerando o contexto brasileiro, Martins (2008) assevera que em uma sociedade periférica de origem colonial, como a brasileira, torna-se importante e, ao mesmo tempo, difícil o

conhecimento sobre as práticas cotidianas, visto que essa sempre foi uma sociedade orientada a mudar em decorrência das mudanças das sociedades européias. Nesse sentido, os cotidianos do passado de muitos atores sociais, como os tropeiros, foram pouco observados e/ou analisados, razão que corrobora com a pouca importância dada a história das vidas privadas do País. Na regular indiferença histórica sobre as questões do cotidiano, as vidas dos tropeiros, por exemplo, não foram contadas em seus detalhes, pois, muitas vezes, disputava-se a atenção com a história da metrópole ou a história dos grandes eventos, como a modernização do País no século XX. Nessa última, por exemplo, muitos cotidianos que foram importantes às mudanças ocorridas se tornam coadjuvantes da história do País.

Assim, desvelar fatos como a vida de tropeiros não pode se restringir a se voltar às histórias e à explicação de grandes fatos e dos seus grandes heróis. Os protagonistas deste projeto não estão em relevo na historiografia dos grandes eventos. Aliás, estão em um universo complexo de práticas em um cotidiano, como o do comércio tropeiro, que foi guardado ou deixado para a memória de algumas memórias vivas (BOSI, 2004). O contexto das trajetórias da história tradicional esconde aqueles que são parte de um submundo, enquanto portadores das “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), no qual os eventos do mundo ocultaram homens que faziam seus cotidianos e que, na historiografia, algumas vezes, se tornaram anônimos e não participativos aos olhos do que está distante dos chamados “grandes fatos”. Por fim, essas memórias encontram-se perdidas em meio à modernidade a ser recontada e revivida. Algumas traem o futuro por resquícios do passado, como nos estudos de Paula (2000) ao tratar das memórias que frequentam as ruínas do institucional, como as relativas aos trens de passageiros, que ainda existem em estações nos interiores do Brasil e fazem a ligação com o passado desses trens que se extinguirão na década de 1960.

2.3.3 O acesso ao fazer tropeiro: memórias

Segundo Meneses (1992), a história utiliza-se da memória de forma retificada, trabalha sobre as representações, o sistema e suas ideologias, deixando de lado a articulação com as estruturas e processos sociais como uma utilização “metonímica” do conceito de história. A história, por conseguinte, se constrói por meio da linguagem, na qual se dão as narrativas orais, desconsiderando, muitas vezes, o corpo, as cerimônias e os objetos materiais. Assim, na visão desta autora, o estudo do corpo e das cerimônias são raramente analisados, bem como o estudo da cultura material. Ela alerta que em muitos estudos se desconsideram os agentes passivos e ativos da memória, ou seja, materiais e pessoas, debilitando o estudo da memória e, assim, a história.

Em torno da crítica acerca da memória, Meneses (1992) pondera que a memória vem sendo utilizada de duas formas: pela fetichização, transformando-a em mercadoria, empregada como instrumento de legitimação de valor cultural, o que pode ser feito por museus que buscam o desenvolvimento (turístico) de uma região; e como arcabouço para o resgate, por exemplo, da consciência política, que não se expressa explicitamente, uma vez que é oprimida pelas culturas de massa da indústria cultural e pelo consumo que oprime a consciência que poderia ser resgatada pela memória e sua explicitação.

A memória apresenta-se como um tema multidisciplinar. É estudada não apenas a partir da História e da Literatura como também da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia, e da Antropologia. Esses diversos campos de conhecimento são representados, segundo Vieira (2001), pelos seguintes autores nos estudos da memória: Bérqson (1990) e Freud (2000), na

Psicologia; Halbwachs (1990) e Pollack (1992) na sociologia; Durand (1995) na Antropologia; Bosi (2004) na História; e na literatura, no livro “Em busca do tempo perdido”. Ainda que seja abordado amplamente, trata-se de um tema que, muitas vezes, pode ser considerado como um coadjuvante dos interesses de pesquisa em Ciências Sociais, podendo, em alguns casos, se voltar a uma análise restrita à linguagem, tornando-se, assim, incompleta. (MENESES, 1992; BOSI, 2004).

A memória, nesse caso, é considerada como um conceito importante, pois se faz presente em todos os objetos de estudo. Está presente em entrevistas, em conversas, na ação do relembrar, no contar e no ato de recontar, estando presente em todo fazer. Faz parte dos hábitos, das estratégias, das maneiras de aprender e das diferentes práticas. A memória é, pois, como um substrato de onde a ação é recontada, uma maneira de ligar a ação do passado ao presente, refazendo-o, repetindo-o ou mudando-o. Pode também ser ocultada de forma coercitiva, propositiva, espontânea ou “enquadrada” (POLLAK, 1989, p. 11), mas sendo dinâmica (MENESES, 1992; BOSI, 2004). É um tema que se apresenta importante diante das políticas identitárias⁹ (HALL, 2005) que corroboram para a observação e a tentativa de resgate da memória da cidade, do bairro, do negro, da empresa, ou da família (MENESES, 1992; BOSI, 2004). Para Neves (2000), a memória pode ser entendida como um processo no presente de construção e reconstrução de lembranças. Porém, é correntemente caracterizada como um mecanismo de registro e de retenção - depósito de informações, conhecimentos e experiências - que acaba por caracterizá-la como algo concreto, acabado, terminado, que tem o papel de trazer o passado ao presente (MENESES, 1992).

⁹ Políticas identitárias são, para Hall (2005), as prerrogativas teóricas, reflexivas e atitudinais que unem pessoas em torno do reforço da identidade de um grupo. O autor cita os grupos étnicos e os grupos relacionados a um espaço de convivência, à maneira de se vestir, entre outros.

Le Goff (2003, p. 29) afirma que a memória é “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o passado vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. Nessa transitoriedade entre o antes e o depois, a memória se apresenta como perenemente mutável, pois partirá não de retratos reais, mas de representações do vivido. Estas que serão continuamente (re)construídas por orientações subjetivas ou, ainda, a partir de uma memória coletiva. Na ação relacional presente ao ato de relembrar, Neves (2000) considera a aproximação da memória com a identidade:

O ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaborações de representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história. Portanto, a memória passa-se a constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual - especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica - relaciona-se a inserção social e histórica de cada depoente. (NEVES, 2000, p. 109)

Pela memória representar-se-iam visões do social, por meio das quais o indivíduo trabalharia sua respectiva narrativa biográfica. Nesse processo, reconstitui-se pela memória aquela identidade que quer afirmar, o que também reforça a “trajetória para si” (GOFFMAN, 1975), reafirmando seus processos identitários. Assim, a memória individual permitiria o acesso à memória e ao comportamento do coletivo, por onde reconstruirá a inserção particular no social e reafirmará sua unicidade em meio a um grupo, conformando, assim, a identidade pela memória. Souza (2006, p. 7) parte também dessa visão, afirmando que a memória seria como um “processo de elaboração e releitura dos fatos do passado a partir de uma cumplicidade com o tempo presente que formata as identidades individuais e coletivas dos sujeitos históricos”. Essa releitura do passado se aproxima do que Petuba (2005) afirma acerca das possibilidades de acesso a novas formas de construção da realidade social ao cruzar memórias, inclusive daqueles que não tiveram a oportunidade de representá-la, pois foram ofuscadas por outros mais populares. Assim, essa possibilidade advém da seguinte percepção da autora:

“A memória é um campo minado por lutas que colocam em perspectiva justamente o direito de lembrar e de contar a história de outras formas, a partir de outros lugares

e outras vivências muitas vezes segregadas e ou silenciadas no duplo movimento de ocultação e clarificação realizado pela memória”. (PETUBA, 2005)

Halbwachs (1990) considera que a memória se constituiria em meio à dialética entre o individual e o coletivo. Com base nessas relações, o autor pondera que a memória individual existiria somente dentro de um coletivo. As memórias individuais se situariam, assim, dentro de um grupo, fariam parte de um coletivo. Isso porque os sentimentos, as ações, as idéias, os posicionamentos e as reflexões são oriundos das interações com um grupo ou vários grupos. A memória individual, para o autor, seria um ponto sobre o qual o indivíduo teria uma visão dentro de um grupo. Por meio dessa memória, o seu portador se posicionaria em relações às lembranças e às pessoas citadas, assim como às referências construídas que traduziriam o lugar do sujeito dentro do grupo e ao meio exterior. Seriam, assim, (re)construções identitárias a partir do (re)contar dos fatos que também poderiam ser imaginados, fantasiados. Seriam as representações de um passado que se pautariam, segundo Halbwachs (1990), na percepção do outro, na imaginação, como também nos fatos da história. Contudo, o autor ressalta que ainda que possa ser irreal, sempre seria parte de um referencial material, emotivo e simbólico; em suma, a vida do sujeito.

O irreal é também parte das memórias individuais e coletivas, na visão de Pollak (1989). Dentro dos acontecimentos que a dividem entre “vividos pessoalmente” e “vividos pelo grupo”, estes últimos podem ser perpassados por eventos, pessoas, personagens e lugares. Por meio de sociabilizações políticas e históricas, e dos sentimentos, tornam-se parte do vivido, mesmo que presentes somente na narrativa da memória, como quando se fantasia. Assim, poder-se-ia somar-se à construção de uma memória eventos que não fazem parte de um espaço-tempo de um grupo ou de um indivíduo que a constrói. Outra questão caracterizadora da memória, tratada por Pollak (1989), refere-se à seleção e registro que ela apresenta. Para o autor, nem sempre as datas, os objetos ou as imagens corresponderão aos fatos vividos.

Existiriam, assim, projeções e transferência desses fatos que poderiam se remeter a eventos, a histórias e a objetos de outras situações que não fazem parte do vivido, mas são narradas no tempo da memória. A memória seria, por conseguinte, seletiva quando conveniente. Como último elemento caracterizador da memória o autor considera que ela seria como um fenômeno a ser construído; portanto, não acabado.

Esses elementos definidores da memória, para Pollak (1992), em muito se aproximam do “sentimento de identidade”. Ao longo da vida, uma imagem própria é formada com base em sua constituição para os outros e para si, fazendo acreditar que se está diante de sua própria representação pela qual sente que também é percebido pelos outros. A memória, para o autor, também constrói uma imagem de si, para si e para os outros, como acontece no processo relacional da identidade. Essa relação, pela imagem, é constituída por narrativas e condições materiais, formando a subjetivação a partir do posto pela memória. Para Meneses (1992), a perspectiva relacional permitida pela memória geraria um processo de formação de imagens necessárias à constituição e ao reforço das identidades individuais, coletivas, locais e nacionais. Esse reforço aconteceria por aquilo que é concreto, que é vivido e que é negociado consigo mesmo e com a memória alheia: a imagem percebida. As pessoas os grupos e as nações tentariam afirmar imagens em torno daquilo que se desejaria identificar, tais como: a heroificação de si mesmo e cognições acerca de embates grupais, guerras, culturas e tradições de um povo.

Nesse processo identitário, seu substrato, a memória, é influenciado pelas formas como se apresentam em relação ao tempo. Halbwachs (1990) considera que a interação memória e história refletem a idéia de que a memória oral é perdida e que virará história quando não encontra mais depoentes vivos. Ou seja, “o passado vivo” é que apóia a memória. Contudo,

enquanto viventes, podem ser parte do passado vivo, que dá bases para uma memória reconhecida coletivamente por formas de falar, trejeitos, vidas familiares, propriedades e artefatos que são vistos a partir de maneiras legitimadoras de reconhecimento. Assim, os tropeiros, por exemplo, poderiam não ser apenas história: seriam parte de um presente vivo que não se quer e nem se pode calar por seu desuso enquanto atividade de trabalho; Seriam presentes enquanto portadores de uma identidade profissional que reafirmariam em seus costumes, nos objetos a sua volta, em suas conversas e em suas memórias. Enfim, seriam como um “passado vivo”.

Reforçando a importância da memória coletiva, Halbwachs (1990) e Bosi (2004) afirmam que uma memória é baseada mais no passado de um sujeito do que em uma memória histórica, que pode ser aglutinadora de grupos e fatos que, muitas vezes, foram opostos, mas acabam por ser sintetizados nas “grandes narrativas da história”. Na memória coletiva, as peculiaridades dos indivíduos e dos grupos e suas relações objetivas e subjetivas tornar-se-ão um detalhe de pouca importância para a história. Nesses casos, a memória coletiva se diferenciaria da história, pois, no entender de Halbwachs (1990), a memória engloba as percepções individuais, enquanto que a história as deixa de lado quando se volta a sintetizar os acontecimentos considerados mais relevantes. A memória não está somente na história; é parte também da vida e faz parte da construção identitária das pessoas e dos grupos. Nesta pesquisa, buscou-se a memória que se entremeia com a história sobre tropeiros e seus artefatos em distintas localidades de Minas Gerais, com a finalidade de reconstituir a identidade da profissão por meio dos caminhos permitidos pela metodologia qualitativa.

3- CAMINHOS PARA A OBJETIVAÇÃO DA MEMÓRIA DOS TROPEIROS MINEIROS

Foram coletadas vinte histórias de vida com pessoas de diferentes cidades. Ressalta-se que as narrativas são, em sua maioria, de pessoas que desenvolveram o tropeirismo ou tiveram contato com o ele por meio de relações familiares e de amizades. Essas pessoas não foram identificadas pelos nomes, apesar da importância destes depoentes para a constituição deste trabalho. No momento dos contatos iniciais com os entrevistados em muitas vezes era sentido uma leve desconfiança em relação ao pesquisador. Uma vez que se buscava a empatia e a liberdade para o conversar, como uma tática para a coleta frisava-se, inicialmente, que os nomes não seriam citados. Muito embora alguns dos entrevistados não se importassem e até preferissem que fossem citados, nesta dissertação, optou-se por não identificar os depoentes destas histórias. Das vinte narrativas, quinze referem-se a empregados de tropa e ou donos de tropas e cinco, as pessoas que tiveram contatos com as tropas, sendo uma por laços matrimoniais (esposas), duas por laços familiares (filhos) e duas por contatos com tropeiros.

As regiões e os informantes foram identificados por meio de conversas informais com amigos, professores e parentes, surgindo daí as indicações para possíveis contatos com tropeiros, por meio de telefone. Um caminho muito frutífero nesse sentido foram as visitas ao Museu do Tropeiro, em Ipoema, cuja diretora indicou tropeiros da região para conversas. As coletas gravadas, em muitos casos foram feitas nas casas dos entrevistados, sendo agendadas com antecedência. Foram coletadas histórias de vida nas seguintes cidades: Ipoema, Cataguases, Senhora do Porto, Piedade das Gerais, Santa Luzia, Piracema, Belo Vale, Viçosa, Porto Firme, Córregos e Rubim.

Fonte: IBGE

Ressalta-se que as entrevistas, em muitos casos, foram consentidas em razão das indicações de conhecidos. Nesse sentido, constatou-se que contatos não referenciados dificultaram o acesso. Observou-se que havia muito interesse em re(contar) os fatos, tal como uma reafirmação e sentimento de reconhecimento após tempos de esquecimento. Quando devidamente referenciadas, as conversas fluíam de forma muito amistosa, sendo o entrevistador recebido nas casas de maneira acolhedora. Almoços, fotos, cafés, montaria, contatos com parentes que, muitas vezes, indiretamente insistiam em participar das conversas, foram momentos importantes para a coleta de dados e o acesso as histórias.

Alguns dos protagonistas desta pesquisa que foram retratados.



Figura 2
Fonte: acervo do autor



Figura 3
Fonte: acervo do autor



Figura 4
Fonte: acervo do autor



Figura 5
Fonte: acervo do autor



Figura 6
Fonte: acervo do autor



Figura 7
Fonte: acervo do autor



Figura 8
Fonte: acervo do autor



Figura 9
Fonte: acervo do autor

Para sustentar a análise das interações sociais dos indivíduos nos contextos estudados e, também, na gestão, esta pesquisa baseou-se no método qualitativo de pesquisa, o que permitiu ao pesquisador observar as nuances pelas quais se procurou estudar aspectos sociais que fossem mais bem examinados pelos caminhos qualitativos. Conforme Chizzotti (2008), a pesquisa qualitativa permite chegar à essência dos fenômenos estudados mediante o tratamento e a interpretação dos dados, não de maneira isolada, como fatos ou acontecimentos separados, mas, sim, em um contexto em que houvesse uma dinâmica de relações. Ao analisar o conceito de pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006) consideram que, para descobrir a realidade pela pesquisa qualitativa, deve-se atentar que a mesma tem diferentes significados conforme os momentos¹⁰, em um complexo campo histórico. Entretanto, interior a essa diversidade, os autores consideram que se pode generalizar a pesquisa qualitativa quando em sua sistematização interpretativa¹¹ consegue-se localizar o observador na complexidade do mundo, possibilitando a ele entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Outra questão que caracteriza esta dissertação como qualitativa refere-se à utilização de diferentes métodos de interação, como observações abertas, entrevistas e documentos outros, como sons (músicas), álbuns de recorte e reportagens que foram solicitados durante as coletas. Quanto à flexibilidade, esta pesquisa foi pré-configurada na medida em que se modificava quando se encontravam novas situações tropeiras ou o acesso era interrompido.

Seguindo a caracterização definida por Rossman e Rallis (1998), a interpretação dos dados foi feita a partir da análise do discurso. É nesse sentido que também que esta pesquisa se

¹⁰ Denzin e Lincoln (2006) consideram a pesquisa qualitativa como um campo de temas de investigação que perpassam disciplinas, campos, itens, conceitos e temas. Esses são pautados em tradições como as que implicam suposições baseadas em tradições orientadas pelo positivismo, fundacionalismo e pós-estruturalismo bem como diversas pesquisas qualitativas relacionadas a estudos culturais e interpretativistas. Esses são os momentos que transmitem distintos significados à pesquisa qualitativa.

¹¹ Por Sistematização interpretativa consideram-se: notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e lembretes.

caracteriza como qualitativa. Ou seja, a lente pessoal do pesquisador, que também é parte da construção, tira suas conclusões a partir dos significados encontrados e analisados por meio do discurso. Também se buscou ampliar o foco da análise para diferentes temas, procurando desenvolver um quadro holístico à pesquisa. O pesquisador também foi refletido na investigação, uma tipificação da pesquisa qualitativa segundo os autores, em que a sua biografia pessoal, em algum sentido, ou seja, como administrador ou como uma pessoa de origem urbana, fez-se presente na construção deste trabalho.

Esta pesquisa tentou explicitar o assunto da melhor forma possível por meio de variadas práticas interpretativistas e materiais¹², tal como Denzin e Lincoln (2006) caracterizam a pesquisa qualitativa como forma de buscar o aprofundamento sobre os assuntos de interesse.

Diante das muitas possibilidades apontadas pelos autores, buscavam-se visibilidades diferentes do mundo a partir da escolha da prática a ser utilizada. A opção, segundo os autores, ocasiona um sentido de compromisso com a verdade que se quer estudar. O compromisso desta pesquisa parte da interpretação, por meio do estudo de caso, de histórias de vida, textos interativos, visuais e artefatos.¹³

¹² Esses autores apontam essas práticas como o estudo de caso, experiências pessoais, introspecção, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, textos observacionais, histórias e interações visuais.

¹³ Esses três últimos presentes em museus visitados pelo pesquisador.



Figura 10 - Artefatos e textos no Museu do Tropeiro, em Ipoma (MG). Nesta parede estão expostos objetos que eram utilizados para enfeitar a égua madrinha, o animal que ia à frente de uma tropa. Destacam-se nesta foto, os cincerros, uma espécie de cinta com sinos que se colocava no pescoço da égua com o intuito de orientar os outros animais da tropa e a boneca de pano, um adereço que representava a memória sobre a esposa e família, algo que, segundo alguns tropeiros, os fazia lembrar para onde deveriam voltar.



Figura 11 - Artefatos do Museu do Tropeiro, em Ipoema (MG). Nesta parede esta um couro de boi que era utilizado para forrar o chão nos pousos onde dormiam os tropeiros e, sobre o piso, dois balaies utilizados para transportar mercadorias.

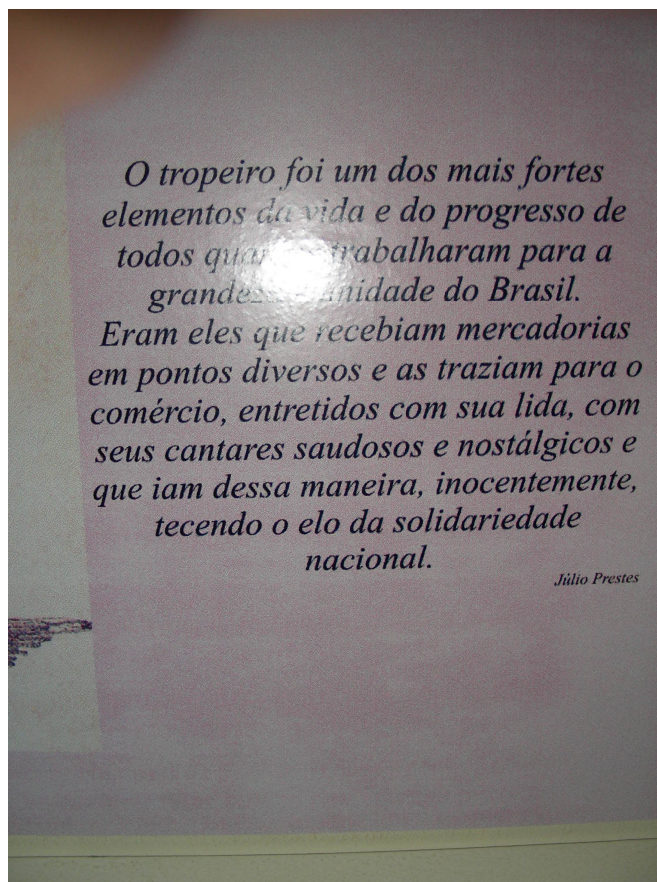


Figura 13- Texto no Museu do Tropeiro



Figura 14 - Um ex-tropeiro demonstrando a prática de estalar chicote. (prática utilizada por tropeiros durante as viagens das tropas para avisar aos moradores das cidades onde passavam que uma tropa estava chegando.



Figura 15- Cincerro guardado na fazenda de um dos tropeiros pesquisados.

Este trabalho procurou apoiar-se na liberdade permitida aos estudos qualitativos de combinar práticas e métodos de pesquisa que se adéquem de maneira mais pertinente ao objeto e ao contexto que se deseja estudar. Assim, visto que se pretende adaptar as estratégias escolhidas para a contribuição da compreensão em profundidade da realidade aos processos socialmente construídos, a adequação qualitativa se torna pertinente ao estudo.

Analisou-se o estudo de multi-casos, que consiste na investigação de dois ou mais sujeitos ou objetos por meio da integração e da inter-relação de vários estudos de casos (TRIVIÑOS, 1987). Devido às características culturais específicas do meio no qual se inserem os sujeitos da pesquisa e à compreensão da interação destes como um fenômeno social, a sobrevivência

no trabalho informal, opta-se pelo estudo de multicasos, uma vez que este fornece a possibilidade de oferecer maior penetração no entendimento dos significados expressos pelos sujeitos, em suas individualidades, que constroem o que é “*ser tropeiro*” e pela interação deles, conformando a construção histórico-social de suas realidades. Além disso, o estudo de multicasos permite apreender a história de vida dos sujeitos da pesquisa como um estudo de caso em si e, por extensão, a história nos possíveis locais estudados enquanto um evento social que seria fornecido pelo conjunto de histórias de vida dos entrevistados. Assim, por meio do estudo multicasos poder-se-ia chegar à rede de relações que orientavam o tropeirismo em muitas localidades

Godoy (2006) caracteriza o estudo de caso como um método de olhar a realidade social que utiliza um conjunto de técnicas de pesquisa usuais nas investigações sociais, como a realização de entrevistas, a observação participante, o uso de documentos pessoais e a coleta de histórias de vida. Segundo os autores, preserva-se o caráter unitário do objeto social estudado, considerando qualquer unidade social como um todo. Assim, por meio dos casos é possível observar crises familiares, ajustamento à doença e formação de amizade, dentre outros fatores. Segundo a autora, quando se escolhe o estudo de caso escolhe-se um determinado objeto, e não uma escolha metodológica. Assim, o objeto escolhido pode ser uma pessoa, uma instituição, uma empresa ou um grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente ou experiência. Para Godoy (2006), os pesquisadores utilizam o estudo de caso quando desejam entender profundamente um fato a partir do significado de vários envolvidos. Para Yin (2001), esta forma de estudar é feita a partir de várias fontes que precisam convergir, sendo favorecida também por uma pré-condição teórica que conduz a coleta e a análise dos dados. Lavine e Dione (1999), da mesma forma acreditam que o aprofundamento em certas questões relevantes a um estudo são obtidas por meio da análise de casos. Eles apontam que o

estudo de caso, apesar da possibilidade de aprofundamento, sofre críticas, uma vez que os casos são dificilmente generalizáveis ou permitem a comprovação de hipóteses. Contudo, eles têm razões para representar ou escolher determinado caso, por considerar mais representativo ao entendimento. Nesse sentido, chegar-se-ia às descrições que, por si sós, gerariam a explicação consequente à busca do entendimento, e não simplesmente à visão dos fatos.

Chizzotti (2008, p. 102) define o estudo de caso como uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-las analiticamente”. Nesta pesquisa, as unidades significativas são os depoimentos de tropeiros, sendo o “marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e retratam uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação”.

Buscou-se aqui, pela opção pelos caminhos qualitativos como método de coleta de dados, utilizar entrevistas em profundidade semiestruturadas como uma maneira eficaz de introduzir o pesquisador no universo cultural do entrevistado em torno do enriquecimento da coleta e da técnica de História de Vida. As coletas de dados na pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (2008), são feitas segundo a interatividade, não sendo linear, nem cumulativa. Nesse sentido, a pesquisa apoiou-se na coleta de histórias de vida, por meio de entrevistas não diretivas. Ou seja, nessa alinearidade, uma vez que se buscavam informações específicas, a história oral seria conduzida a temas que seriam importantes. Contudo, houve uma prerrogativa de atenção receptiva a todas as informações prestadas, conforme orienta o autor acima citado.

A história oral foi utilizada como um instrumento de pesquisa que buscava privilegiar o acesso a informações contidas na vida pessoal. Foi conseguida como forma literária biográfica tradicional (CHIZOTTI, 2008), por meio de memórias, principalmente. Segundo Marre (1991), as histórias de vidas demonstram que no discurso de um indivíduo há uma totalidade de elementos comuns às demais pessoas em um determinado contexto, o que possibilita a reconstrução da experiência vivida de um grupo por meio da experiência de uma única pessoa, demonstrando uma “tendência universal”.

No formato autobiográfico apontado Chizotti (2008), buscou-se coletar os relatos constituídos de percepções pessoais, de sentimentos íntimos, e os acontecimentos vividos nas respectivas trajetórias. Goldenberg (1997, p. 36) considera que “cada indivíduo é tal como uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo histórico e social que o envolve”. Assim, a autora afirma que é possível conhecer o social partindo-se da “especificidade irredutível de uma vida individual”. Por isso, o método biográfico justifica-se como leitura para se conhecer a sociedade.

Aqui, compreende-se que a riqueza da construção da memória de um trabalho não advém somente do local e da prática diária do trabalho. Tal riqueza surge também de cenários sociais públicos e privados da cidade e do rural, do desvendamento das tramas do cotidiano, dos modos de vida, das resistências e da organização desses trabalhadores no contexto do local em que vivem e trabalham. Isso corrobora o pressuposto de Petuba (2005) para sua pesquisa com os ferroviários de Ponta Grossa. Por essa perspectiva de reconstrução da memória, este projeto buscará a coleta de dados por meio da coleta das histórias orais que se aprofundam nas diversas possibilidades existentes nos caminhos da memória.

As histórias orais serão constituídas pelos “arquivos da palavra”, que, para Fenelon (1995), são formas de aproximação ao uso de narrativas orais como meio de acessar a “história vista de baixo”, uma relação mais ajustada entre a história oral e a história social, que recorre a novas possibilidades além do dogma do documento escrito. Para a autora, a história oral em muito se ajusta ao enriquecimento de fatos, pois permite trabalhar com sentimentos, com opiniões, com o clima mental, com o impacto dos grandes acontecimentos e com a narração das rotinas do cotidiano, permitindo perceber a reelaboração do passado feita no percurso da memória dos depoentes. Pela história oral explicitar-se-iam as diversas condições de opressão presentes na vida cotidiana (CERTEAU, 1994). Assim, buscou-se captar as contradições sociais inerentes à realidade, permitindo perceber como ocorrem as opressões diárias nos meios de interação social.

Nesta pesquisa, pelas narrativas orais, buscou-se ir além da exposição dos fatos construídos, tentando-se chegar às estratégias e táticas construídas nas condições impostas aos viventes, essencialmente aquelas que pressupõem uma reação e um posicionamento dentro de um contexto de trabalho.

Esta dissertação seguiu a tendência mais contemporânea, apontada por (CHIZZOTTI, 2008), de se procurar relacionar as experiências pessoais e o contexto de vida, a partir de ciências como a Lingüística e a Psicologia, dentre outras. Isso porque se buscou analisar os dados por intermédio da análise do discurso.

A fim de analisar os dados, utilizou-se como maneira de analisar o conteúdo das falas a técnica da análise do discurso. Esta categorização da forma de analisar é algo que busca ir além do conteúdo explícito: procurar entender as situações com base nas narrativas de tempo,

no espaço, e nas pessoas que falam, como aponta Fiorin (2003). Para esse autor, há duas teses centrais para a teoria do discurso. A primeira é que não há acontecimento fora dos quadros, do tempo, do espaço e das pessoas. Segunda, embora estruturado sobre as coerções estruturais, o discurso é da ordem dos acontecimentos, da história¹⁴ (FIORIN, 2003, p. 15). Nesse sentido, a discursivização, segundo Fiorin, deve passar pelo entendimento dos mecanismos de temporalização, especialização e actorialização. Pelo discurso narrativo, é possível infringir as leis dos sistemas, cristalizando a estrutura.

Assim, além do lugar que se conta, a memória pode ser tal como o espaço, que pode ir um pouco além do mecanismo de dominação que caracteriza segundo SOUZA (2006), o homem simples.

Diante do que pode parecer estruturante, Machado (2002), revela que os sujeitos comunicantes, depois do procedimento de escolhas pessoais, atuam como uma articulação entre o fazer coletivo e o fazer individual, que faz o discurso não ser um lugar de mera reprodução, mas um espaço de interação entre elementos sociais, comunicacionalmente pré-determinado e mecanismos linguísticos individuais.

Para a autora, os interlocutores não podem ser considerados como um “emissor que produz uma mensagem”, senão um destinatário que recebe esta mensagem. É como sujeito social que interage na e para a construção de sentido sem o saber fazer comunicativo.

¹⁴ Fiorin ressalta que a estruturação pode parecer com o discurso do enquadramento em uma fala. Trata-se da ação dos acontecimentos. Assim não há uma tentativa de condicionamento ou elucidação de um discurso. Há nesta pesquisa uma sucessão de acontecimentos relativos ao tempo, ao espaço e à pessoa, que foram experimentados e compõem formas e posições em relação a visões opostas. São quadros que são analisados por esta disciplina.

Como técnica no tratamento dos dados, utilizou-se a Análise do Discurso (AD). Evidenciou-se nas narrativas a construção de percursos semânticos por onde temas e figuras presentes nas falas denunciam as práticas dos indivíduos, aprofundando o entendimento sobre os motivos pelos quais as novas realidades se constroem a partir da linguagem. Segundo Fiorin (2003), a linguagem é uma instituição social, o veículo das ideologias, um instrumento de medição entre os homens e a natureza, entre os homens e outros homens.

Na linguagem falada e transcrita ocorrem campos de sentidos importantes a serem entendidos. Atrás desses “campos”, delimitados por ideologias, podem-se tematizar vidas sociais circunscritas ao universo de vivências de indivíduos no local onde vivem e trabalham. Segundo a teoria sobre a análise do discurso, o tratamento dos dados e a devida análise acontecerão a partir da observação de quatro principais estratégias de persuasão ideológica presentes nas falas: a construção das personagens no discurso e sua relação com as personagens efetivamente existentes; a seleção lexical, isto é, a escolha do vocabulário usado nos discursos; as relações entre os conteúdos explícitos e os implícitos, que possibilitam criar um efeito ideológico de sentido e o silêncio sobre determinados temas, ou seja, aquilo que não é dito.

4- O TROPEIRISMO NO BRASIL

4.1 Origens e conceitos: condutores de tropas e donos de animais

O interior paulista tinha como atividade a escravização de índios quando ainda não era intensa a importação de negros da África. Tal atividade tornava-se mais difícil devido às Companhias Jesuítas, que arrebanhavam a “mercadoria humana” dos paulistas em seus territórios. Essa dificuldade culminou na necessidade de expandir a captura de índios para outros locais. Assim, os paulistas passaram a procurar índios mais ao sul de São Paulo. Nesses percursos, encontravam muitos animais soltos, como bovinos, cavalos, cabras, burros e mulas. Esses animais aumentavam em quantidade à medida que se aproximavam do extremo sul do continente. Com o passar do tempo, os paulistas, a partir de suas caçadas por índios, desenvolveram o interesse de comercializar esses animais, que eram encontrados em abundâncias nas terras abaixo de Santa Catarina. E, assim, iniciaram as primeiras tropeadas no século XVIII (GOULART, 1961).

Os muares (mulas e burros) foram importantes para o desenvolvimento econômico de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, visto que eram bastante adaptáveis às condições precárias das estradas e às longas distâncias percorridas. A comercialização e o fluxo desses animais se intensificaram a partir de 1730 entre o Sul e o Sudeste. Nesse sentido, o destino final era a comercialização desses animais a partir da Feira de Sorocaba, de onde se distribuía os muares por várias regiões. Esse comércio era feito por pessoas de diversas origens e se destinava às atividades de mineração, em Minas Gerais, e de cafeicultura, em São Paulo, dentre outras atividades rurais. Tais atividades justificavam o comércio de mulas, bem como algumas outras decorrentes dela, como o comércio e o transporte de produtos como açúcar, aguardente e o café. (STRAFORINI, 2001).

Goulart (1961, p. 48) ensina que as finalidades das tropas eram “carregar riquezas para a orla marítima, produtos minerais e agrícolas e refluir transportando o que fosse necessário às cidades do interior do Brasil”. Essas atividades que se estenderam pelo País, assumiam extrema importância na medida em que ligavam o interior ao porto de Santos ou interligavam cidades, fazendo o transporte de produtos por meio do trabalho tropeiro.

Tropeiros são indivíduos que, conduzindo as tropas, geralmente de muares, tiveram um importante papel para a formação do Brasil (GOULART, 1961). Foram importantes em diversos momentos da história do Brasil, pois ajudaram a formar cidades, abasteceram regiões, e desenvolveram tais atividades ao longo de seus percursos, auxiliaram na manutenção de atividades mineradoras e agrícolas, e exerceram poder político entre outras atividades econômicas e sociais. Os donos das tropas eram considerados em algumas regiões como aristocratas rurais, comparáveis aos senhores de engenho e fazendeiros (ZIMERMANN; ZIMERMAN NETTO, 1991).

Os tropeiros percorriam caminhos pelo Brasil transportando produtos e dinheiro e divulgando notícias. Dentre essas atividades, destaca-se o comércio de muares, que foi a principal atividade do “tropero”, nome de origem portuguesa e castelhana que advém de “tropa”, que tem como significado: “associação de uma porção de animais agrupados e postos em marcha por grupos de homens. Esses homens a partir de seu trabalho com os animais foram substantivados como tropeiros – signo de uma profissão, de uma ocupação” (TRINDADE, 1992). Os tropeiros, segundo Straforini (2001), estabeleciam rotas, trilhas e caminhos, buscando muares para criar, vender, negociar ou utilizar como meio de transporte. O mesmo autor ressalta que o nome dado aos donos dos animais, “*tropeiro*”, popularmente, era transferido aos “*camaradas*”, os integrantes de uma tropa, que também tinham, dentro das tropas, outras denominações, como “*madrinheiros*,” “*cozinheiros*” e “*tangedores*”. Essas

eram classificações relacionadas às funções exercidas durante as comitivas, as quais os diferenciavam na divisão social do trabalho tropeiro (MAGALHAES, 2006). Pelas atividades tropeiras, formava-se, segundo Straforini (1992), uma profunda divisão social e territorial do trabalho que se espalhou através de muitos locais do interior do Brasil Colonial.

Goulart (1961) ressalta que o interesse pelo povoamento do Brasil torna-se preocupação e, posteriormente, proibição. No início do século XVIII, o governo português tenta impedir o fluxo desenfreado de pessoas de Portugal para o Brasil, orientadas especificamente para as minas. Essa medida foi considerada como ineficiente, visto que a proibição originou uma infinidade de subversões à Coroa portuguesa, constatadas pela quantidade de pessoas que imigraram de Portugal ao Brasil entre 1705 e 1750: algo em torno de oitocentas mil pessoas, um número que, na época, correspondia à metade da população de Portugal.

As ocupações se justificavam pelo desejo de enriquecer, conforme descrito por Goulart (1961) a respeito do comportamento dos exploradores do ouro em Minas Gerais:

Deslumbrados pela atração das matérias preciosas; com o pensamento dirigido para um único objetivo: o enriquecimento rápido; sem a mínima intenção de se fixarem nas paragens tão avidamente procuradas, os homens que para elas acorrem não têm a menor preocupação em organizar meios de sobrevivência naquelas regiões tão afastadas de tão difícil acesso. (GOULART, 1961, p. 25)

A incidência da atividade do tropeirismo em Minas Gerais é impulsionada pelo descobrimento das minas nos fins do século XVII. Segundo Goulart (1961), o grande fluxo de pessoas acarretado por tal descobrimento contribuiu para a formação de um considerável contingente populacional na região, formado por portugueses, estrangeiros, nobres, plebeus, religiosos e agricultores. Pessoas que, esperando enriquecer de forma rápida em uma região inóspita, constituíram no entorno das minas uma considerável diversidade de raças, classes

econômicas e faixas etárias. Foram migrações e imigrações que eram bem vistas pela Coroa portuguesa, pois, quanto maior fosse o número de indivíduos extraindo ouro e diamante, maior seria a arrecadação a partir do imposto conhecido como o quinto.¹⁵ Nesse sentido, as condições sociais das minas são justificadas pela cobiça. O autor, a partir da fala do Conde de Assumar, destaca comportamentos competitivos, predatórios e perigosos à convivência pacífica entre os mineradores. Outra questão que aponta como obstáculo à sobrevivência na região é a mentalidade mais imediatista, pela qual a subsistência é relegada ao segundo plano de atividades.

As formas de transporte, que eram difíceis, devido às condições do relevo, à forma como foi feita a ocupação da região (núcleos densos interpostos por longas áreas inabitadas) e aos assaltos aos transportadores, não poderiam apoiar o abandono de atividades de estruturação da região. Porém, as dificuldades não se restringiam ao abastecimento. O escoamento do ouro e do diamante extraídos era também prejudicado. Assim, a repentina ocupação e a dificuldade em se estabelecer uma estrutura para a região ocasionavam sérias crises, que foram definidas por um político da época da seguinte forma: “morrer de fome com os bolsos peçados de ouro” (GOULART, 1961, p. 28).

O tropeiro foi considerado por Zemella (1990) como “um verdadeiro traço de união entre centros urbanos afastados”. Em sua atividade, fazia remessas de dinheiro, trazia notícias e procurava manter bons relacionamentos com fazendeiros. Apresentava-se como um homem preocupado e responsável com a sua família também, organizava os camaradas, cozinheiros, aprendizes, madrinheiros e arrieiros, definindo funções, delegava a gestão da empreitada a

¹⁵ Imposto cobrado pela Coroa portuguesa que era arrecadado a partir da seguinte proporção: a quinta parte de um todo extraído de ouro deveria ser recolhido à Coroa portuguesa.

uma pessoa de confiança e, geralmente, integraria a tropa depois de alguns dias em que esta já estava sendo conduzida por seus camaradas (STRAFORINI, 2001).

Trindade (1992, p. 116) delineou uma das formas de organização de uma tropeada a partir de relatos colhidos. O chefe da tropa tinha funções que, muitas vezes, eram parecidas com as do dono da tropa: comprava animais, formava as tropas e administrava a marcha. O “*contramadrinheiro*” era aquele que cuidava das tropas e zelava para não misturar os animais, tendo o auxílio de uma égua para manter as mulas em linha. O “*madrinheiro*” era aquele que puxava a principal égua, aquela que orientava o rumo da tropa. Já o “*arribador*” deveria capturar as mulas que se desgarravam da tropa. O “*cozinheiro*” era o responsável pela compra, transporte e preparo dos alimentos. Essas eram as funções mais comumente relatadas. Contudo, o autor ressalta que as funções variavam nas tropas e nem sempre estavam presentes em todas as atividades. Em muitos casos tal diversidade estava relacionada ao tamanho da tropa.

A atividade do tropeirismo perdurou por mais de dois séculos. Porém, conforme ressalta Trindade (1992), esta foi sendo descontinuada com o tempo. Um dos principais motivos foi o desenvolvimento tecnológico, como se pode observar no fragmento discursivo abaixo.

Fui tropeiro desde 1940. Tinha a idade de 23 anos. Mexia com cargueiro desde menino. Parei com tropa porque passou a dar pouco. Os carros tomaram conta. O caminhão passava pela tropa várias vezes na estrada... passava carregado de feijão... tornava a passar de volta... passava de novo. O lote de burros carregava só mil e duzentos quilos e o caminhão, além de carregar mais, andava mais depressa. Em 62, eu ainda tinha mais de um lote de burros... levei para puxar lenha de retiro para as casas e as padarias de Diamantina. (MARTINS, 2000)

Essas práticas se faziam fundamentais às interações sociais, ao trabalho individual, à logística e ao desenvolvimento do comércio em Minas Gerais, dentre outras relevâncias sociais e econômicas. Esta dissertação se entremeia em caminhos que poderiam servir para tentar melhor consolidar as bases do setor mercantil mineiro. Godoy *et al.* (2003) consideram que

são poucos os estudos regionais, os quais, normalmente concentram-se nas elites mercantis e abarcam investigações sobre aspectos mais generalistas do comércio provincial no território mineiro, como podem ser vistas as práticas de tropeiros.

Ainda que essa dissertação abranja o século XX apenas, acredita-se que as relações comerciais ocorridas no contexto interiorano daquela época são ricas em peculiaridades culturais que remeteriam a bases identitárias do comércio que é praticado em Minas Gerais. Por sua vez, o olhar sobre o cotidiano dos indivíduos que serão estudados permitiria dar voz àqueles personagens da história que são reverberados como não tão importantes. Essas vozes se manifestam por meio das ações que são relevantes às vidas dos indivíduos que efetuaram sua sobrevivência por caminhos da administração de seus negócios que fazem parte de um arcabouço de práticas sociais nos cotidianos.

5- A IDENTIDADE DA PROFISSÃO TROPEIRA: SOCIALIZAÇÃO/IDENTIDADE

A identidade tropeira forma-se, nesta pesquisa, pela junção de um conjunto de vivências pessoais e profissionais que constituem e dão forma ao que foi “ser tropeiro” no século XX. Alguns temas observados são explicitados e analisados a fim de representar o conjunto de temas caracterizadores da identidade da profissão tropeira. A análise foi construída a partir dos seguintes temas: “As origens profissionais dos indivíduos e seus respectivos motivos” e “A identificação com a atividade profissional e suas formas de representação”. Faz-se importante frisar a época em que ocorriam a socialização e inserção dos jovens tropeiros em sua profissão. Os mais jovens tropeiros entrevistados têm por volta de 72 anos e os mais velhos por volta de 95 anos. Neste sentido, considerando que em grande parte das vezes iniciavam na profissão efetivamente na infância e adolescência pode-se inferir que os fragmentos deste capítulo se referem a um intervalo de tempo que compreende o início da década de 30 à meados da década de 1950 no Brasil. Este seria o intervalo de tempo aproximado na qual são narradas estas situações.

O Brasil que nesta época vinha das origens imperialistas, na qual a partir da década de 30 a relação de dependência começara a mudar. Por estas influências sair das contradições de uma produção ainda voltada para atender o exterior eram caminhos dificilmente seguidos, uma vez que repercutiam em profundas mudanças. Assim, tornava-se difícil modificar a situação de um simples servidor do comércio externo para um sistema melhor organizado de produção e distribuição de recursos do país, buscando a satisfação das necessidades de sua população (PRADO JUNIOR, 1967). A inércia do passado persistia nos cotidianos inclusive no meio rural, onde o caminho para atender às novas necessidades econômicas que poderiam surgir

eram encorajadas em tradições familiares, na qual a livre escolha profissional, o desenvolvimento das pessoas a partir de novas oportunidades de vida e trabalho ainda eram tabus. As “forças poderosas” citadas pelo autor persistiam em ditar o ritmo, forças arraigadas a instituições familiares que eram fragmentos de passado que impulsionavam a constante distribuição dos centros urbanos, a rede de transportes, o aparelhamento comercial e financeiro que continuavam dispostos a atender os remotos tempos da produção de matérias primas para ser exportadas (PRADO JR., 1967). Assim, não se privilegiava os serviços internos e o desenvolvimento das populações. Nesta perspectiva da imutabilidade, as relações familiares arraigavam as tradições aos filhos bem como às oportunidades de novos trabalhos mantinham-se precarizadas ou inexistente. Em Minas Gerais observava-se a constância das tradições profissionais por meio das famílias ou mesmo por falta de oportunidades.

Os fatos acima citados se relacionam a realidade do tropeirismo do século XX, ao se analisar nesta pesquisa, a origem dos indivíduos e sua inserção na profissão tropeira. Um tema que se apresentava nas memórias e que transmite a idéia de como a identidade dos tropeiros pesquisados pôde ser originada, construída e ou (re)construída por eventos das particulares histórias recontadas. As origens profissionais como podem ser visto no fragmento discursivo [001], infere-se a partir de dois implícitos: a) as origens tropeiras aconteciam subtendidas pela socialização com o trabalho da personagem “pai”; e b) refere-se à necessidade de inserir a mão de obra familiar na profissão do pai como forma de favorecer a sobrevivência da família.

[001] Então, a gente. Eu, desde os sete anos que eu ia com meu pai pra roça, Se fosse pegar uma cabeça, se fosse pegar um burro lá no pasto, eu **acompanhava** ele, e assim por diante. Aí, até que eu fui chegando na média que eu podia, já sabia, [...] eu mesmo **podia** ir lá buscar o burro, arriá. Com uma faixa duns dez anos, eu arriava o animal e andava uma distância, andava uns vinte, vinte e tanto quilômetros se precisar, pra buscar uma coisa qualquer pra ele ou pra levar uma coisa qualquer pra um amigo dele, pra buscar da casa do amigo ou levar pro amigo: é um dinheiro, é uma mercadoria, é um recado, é fazer o que precisar.[...] **Porque era o jeito que a gente convivia daquilo.** [...] Igual, por exemplo, a gente num tinha jeito dum sal, num tinha querosene lá, então a gente, às vezes, aí então pegava, trazia, às

vezes, uns dois saco de mio, vendia aqui pegava o dinheiro dele e comprava as mercadoria. **Então, a gente vivia daquilo [...]** Graças a Deus, eu com dez ano eu fazia isso tudo e também eu com doze ano de idade [E03].

A socialização está implícita a partir do explícito “*sete anos*” “*acompanhar*” e “*chegando na média que eu podia, já sabia*”, em que [E03] enuncia a subentendida idéia da socialização nos primeiros anos de vida, na qual o convívio com a atividade do pai permitiu, após algum tempo, a possibilidade de exercer o papel aprendido “*o saber lidar com animais*”, o que é subentendido também a partir dos verbos “*poder*” e “*saber*”. Pressupõe-se, dessa forma, que a ambientação com as atividades relativas ao trato de animais atribuída à profissão de tropeiro [E03] acontece desde a infância, contribuindo para o desempenhar do papel aprendido e encenado nessa narrativa. Nessa perspectiva, o tropeiro [E03] pôde auxiliar seu pai nas atividades explicitadas, começando a aprender sua profissão. Ao se estabelecer a relação de explícitos na construção de sentidos da narrativa pelos vocábulos “idade” e “distância”, pode-se pressupor que [E03] desempenhava uma atividade árdua para uma criança. O termo “*eu mesmo podia*” reforça o sentimento de orgulho em torno desse aprendizado, que dava o “*poder*”, permitido por meio da socialização com o trabalho. Observando pelo aspecto do empreendimento, o início de uma identidade tropeira pode ser decorrente da necessidade de inserir os filhos na labuta rural. [E03] torna isso subentendido a partir do trecho “*é fazer o que precisar*”. Pelo explícito, infere-se que a inserção dos filhos no trabalho das famílias rurais era uma necessidade que implicava acostumar os filhos a trabalhos “*pesados*” para a idade.

Na perspectiva da inserção, os tropeiros se acostumavam com atividades árduas desde a infância. A socialização no trabalho tornava os papéis bem arraigados. Nesse sentido, pressupõe-se pelo explícito “*porque era o jeito que a gente convivia daquilo*” que não havia alternativas para as formas de trabalhar. Porém, é subentendido também por esse trecho que a

resignação e adaptação àquele papel profissional permitem não procurar “enxergar outro jeito” de viver. Assim, a tradição inerente ao trabalho rural e os seus desmembramentos, como a atividade tropeira, é reforçada nos adultos a partir das dificuldades e da socialização. Nessa construção de sentido da narrativa de [E03], ao explicitar “*Graças a Deus, eu com dez anos eu fazia isso tudo e também eu com doze anos de idade*” reforça pelo explícito “*isso tudo*” que ele podia exercer seu papel de filho no meio rural. Seria tal como a necessidade de reconhecimento dos meninos nas sociedades patriarcais retratadas por Freire (1961), pelos “trejeitos de velhos” escolhidos pelos jovens dessas sociedades a fim de saírem da infância assumindo um papel de um homem respeitável. Assim, o reconhecimento, no caso dos jovens do meio rural, aconteceria pela possibilidade de exercer o trabalho, o que pode implicar orgulho e identificação com a atividade tropeira.

No fragmento de [E05] também se infere que a socialização, no caso desse tropeiro, se inicia a partir de sete anos, pelo explícito “*eu comecei na tropa de carvão [...] eu estava com sete anos*”.

[002] eu já saía com tropa, levando as coisas pro meu **avô**, com a tropa dele [...] eu saía como se a tropa fosse minha. **Depois** que eu passei a ter tropa minha mesmo, ah...[...] eu comecei mesmo a mexer com tropa eu estava com sete anos. **Eu comecei na tropa de carvão**.... Na tropa de carvão. Depois que eu passei a fazer **essas coisas aí**, eu já estava rapazinho, com 20 anos. [E05].

[003] Eu gostava, porque eu já fui criado... Meu pai era tropeiro, meus tios todos eram tropeiros. **Fui criado viajando com tropas mais eles. Aí, acostumei com aquilo. Achava bom.** [...] eu tenho origem de família que [...] Meu pessoal lá gosta muito de burro, de mula de cela, **costume dos meus antepassados**. E junta o útil ao agradável, Quer dizer, eu gosto e eu... **dá um troco**. Então, tem duas coisas que nos leva a isso ou que me leva a isso. [E09].

Pelo explícito “*essas coisas aí*”, pode-se inferir que a atividade se desmembrou para outros tipos de comércio. A personagem “*avô*” faz demonstrar por onde se deram a inserção e o reforço para a continuidade da atividade. A partir da fala do narrador do fragmento [002],

pode-se pressupor, assim como no caso de [E03] no fragmento [001], que, em decorrência da ajuda à família, tal situação tornava-se um instrumento importante para a socialização (BERGER e LUCMAN, 2000), e a atividade, conseqüentemente, se perpetuava. Observando pelo advérbio de tempo “*depois*”, a semântica da continuidade é explicitada por [E05]. Pelo explícito “*Fui criado viajando com tropas mais eles, aí acostumei com aquilo*”, do fragmento discursivo de [E09], infere-se uma continuidade do ato do fazer que repercute na profissão de (E09) quando adulto. Pressuposto ao termo “*fui criado*”, pode se entender que [E09] quando menino foi socializado com as condições de trabalho e que ao longo do tempo desenvolveu afinidade com a atividade. Essa afinidade é subentendida a partir do explícito “*achava bom*”. [E09] explicita um motivo também para se manter na profissão, “*dá um troco*”, subentendido como uma possibilidade de trabalhar e de se sustentar a partir do trabalho no qual havia se socializado. A socialização é subentendida também pelo fragmento discursivo “*costume dos meus antepassados*” que subentende uma tradição parental e que repercute no “*e eu gosto*”, inferindo a relação influência da família e o resultante gosto pela profissão.

[E08] ressalta a situação de causalidade entre trabalho e família. No fragmento [004] destaca-se o trecho “*por causa do meu pai*”, que traz como subentendido que o pai inseriu-o na profissão com doze anos. No fragmento [004], ao descrever suas atividades que foram exercidas “*desde que nasceu*”, pressupõe-se uma continuidade temporal durante sua infância, a qual permitiu que aprendesse partes da profissão tropeira, como negociar, andar a cavalo e pastorear vacas. Nesse sentido, compor-se-iam a identidade da sua profissão e seus papéis a partir das primeiras socializações com o trabalho.

[004] Eu comecei a trabalhar desde que eu fiz doze anos, **por causa do meu pai**, uai. Aí com sete anos eu já montava em cavalo. Eu levava vaca pra todo o lado, comprava, vendia e, uai, era novo [...]. Ah, isso aí **desde que eu nasci**, desde os dez anos que eu já negociava [E08].

Para [E04], o início na profissão tropeira se deu por intermédio de um tio. Neste caso a socialização com o trabalho tropeiro aconteceu quando o narrador possuía mais idade. [E04], ao ser socializado com o trabalho tropeiro, torna-se um sucessor daquela atividade. Isso pode ser inferido pela expressão “*depois que ele morreu, e eu continuei a mesma coisa*”. O personagem discursivo “*Tio*” faz pressupor, conforme os fragmentos citados, a idéia da socialização com a profissão a partir da família, mesmo sendo uma socialização secundária, que é pressupostamente sucedida pela socialização primária de [E04]. Esta última pode ter sido feita por meio do trabalho com “*vacas paridas*”. [E04], pelo explícito “*estava trabalhando e ia buscar*”, faz subentender que ia buscar enquanto trabalhava, pois havia a preferência pela atividade, fato que pode ter corroborado para a continuidade da atividade após a morte do tio.

[005] Comecei a trabalhar com um **tio**, vendendo, comprando uma vaca e vendendo. Meu tio já era... já mexia com boi. Ele já engordava boi. Meu pai, não. Meu pai mexia na fazenda, mas não com produção de negócio de gado de corte não; **era vaca parida** [...]. É... o meu tio morreu em 1945, e eu trabalhei com ele de 41 a 45. Eu tinha 18 anos. E ele comprava esses gados. A gente ia buscar, né? **Estava trabalhando e ia buscar. Depois ele morreu, e eu continuei a mesma coisa.** [...] (E04).

No fragmento discursivo [006], o narrador apresenta a condição de socialização com o trabalho: “*Você não tinha direito a outra opção*”. Nesse sentido, [E09] utiliza-se da metáfora “*escravozinho*” a fim de relatar seu primeiro trabalho e sua condição. Essa metáfora corrobora com o sentido de obrigação em relação aos pais. O narrador reforça a idéia de obrigatoriedade pela figura “*objeto*”, que conota a idéia de manipulação feita “naquele tempo”. Isso pressupõe uma condição que para [E09] se difere da existente atualmente. Há, nesse sentido, uma contraposição discursiva com o discurso da educação familiar contemporânea, que traz a livre escolha dos indivíduos. Esse discurso está implícito na citação de uma possível fala de um jovem filho da época atual: “*Não quero fazer isso, Eu vou fazer aquilo*”.

[006] Você não tinha direito a outra opção, “**Não quero fazer isso, Eu vou fazer aquilo**” Qual foi o primeiro ‘trabalho que o senhor começou a fazer? Pra dizer a verdade, fui escravozinho ainda novo, escravo do meu pai, pra meu pai, mas, realmente, a gente naquele tempo, a gente era... pra dizer, um objeto do pai. Não é que meu pai era ruim, Todos pais eram assim. O moralista, ele tinha no filho... Já chegou até uma conclusão que certas famílias tinham muito filho. Mais era pra oferta de ajuda mesmo [...]A gente, meu pai nos criou sem... assim, Meu pai achava que a gente era criança, não tinha direito a lazer. Era do trabalho pra escola, e serviço direto. Lá, eu não tive lazer nenhum, Nenhum, nenhum. Então, era do trabalho pra escola, da escola pro trabalho, e a vida era essa. (E09).

[E09] explicita em seu discurso pelo implícito “*todos os pais eram assim*” que a obrigatoriedade de ajudar era uma constante na relação pai-filho e trabalho. Um discurso onde a metonímia é uma estratégia discursiva que justifica a situação. Ele reforça esse discurso apoiando-se na conclusão de um terceiro pelo explícito “*chegou à conclusão*” como uma estratégia discursiva de transferência sobre uma opinião que pode ser considerada polêmica no meio social tropeiro: “*Certas famílias tinham muito filho, Mas era pra oferta de ajuda mesmo*”. O narrador procura reforçar seus argumentos pelo uso da figura “*lazer*”. Essa figura, como um tema comum à educação contemporânea, é uma estratégia discursiva de dramatização que reforçava a contraposição à idéia do “*escravozinho*”. Nessa perspectiva pressupõe-se que pelo explícito “*a vida era essa*”, “*vida*” num sentido metonímico, faz subentender juntamente com a contraposição dos discursos educacionais (o discurso atual foi silenciado), que essa era a única condição para os filhos nascidos na época do narrador.

[007] Meu pai ainda tinha comércio lá, e eu fiquei fazendo a tentativa lá de ajudá-lo. Mas pai, naquele tempo não... naquele tempo, os pais eram muito, **carrascos**, e não tinha assim uma certa **remuneração e tal**. E a gente já jovem e **interessado em alguma coisa, Eu queria ter o meu dinheirinho** e tal, essa coisa. Aí, ele me comprou uns seis ou 8 oito burros na época pra eu fazer, pra eu exercer uma atividade que, naquela época, era uma atividade muito **boa**, apesar de ser muito **pesada**, muito trabalhosa e dura, porque era a **profissão do tropeiro**. [E10]

No fragmento [007] há uma perspectiva de percepção parecida com a do fragmento [006] ligada à idéia de escravozinho. O narrador classifica a atitude dos pais da época da infância

como “*carrascos*”. Subentende-se que trabalhavam como escravos, um trabalho não remunerado, conforme explícito, desprovidos de tempos para o lazer, e que eram obrigados a trabalhar em atividades pesadas, subentendido pelo termo “*e tal*”, que, juntamente com o entendimento sobre a personagem “*carrasco*”, constrói essas semânticas. Pode-se inferir que o sentido narrado por [E10] faz pressupor a falta de oportunidade para se escolher a profissão diante da importância da instituição familiar. Os explícitos “*interessado em alguma coisa*” e “*ter meu dinheirinho*” pressupõem que [E10] possuía outros interesses e que gostaria de ter seguido outra atividade profissional, como as outras que tinha experimentando antes de iniciar-se no trabalho tropeiro. No entanto, [E10] continua sua narrativa apresentando a dificuldade para escolher ou continuar longe da família. Subentende-se que ele deveria voltar para ajudar a sua família. A partir do recebimento de animais para continuar a atividade tropeira, que ele considerava pesada, porém boa, pressupõe-se que era um caminho não trilhado pelo narrador. Pode-se inferir que a família, para esses tropeiros, era uma instituição de muita influência na inserção da profissão.

Diante da realidade familiar, para alguns tropeiros a inserção na profissão não acontece diretamente relacionada à família. Para [E07], a inserção na profissão não se dá por uma socialização familiar com o tropeirismo. Para esse empregado de tropa não havia muitas opções de emprego, conforme ele explicita sobre as poucas e concorridas atividades disponíveis. O narrador considera que por “*emprego de fato*” subentende-se aquele na qual havia a carteira de trabalho assinada, que eram raros, acontecidos nas poucas indústrias existentes em Santa Luzia. Pressupõe-se que o trabalho tropeiro, nesse sentido, não oferecia direitos trabalhistas aos empregados. Nesse fragmento, há uma composição de sentido que subentende que o trabalho tropeiro, para alguns, era uma oportunidade dada àqueles que foram socializados no meio rural, uma vez que as ofertas somente existiam para adultos, e,

que, enquanto não conseguissem essas vagas, era necessário realizar quaisquer atividades correlatas ao “bater enxada”, percebidas como fatigantes trabalhos no meio rural, a fim de angariar alguma renda para a sobrevivência. Essa parece ser uma realidade para muitos trabalhadores de tropas que iniciaram suas atividades quando eram crianças ou adolescentes. Essa condição de falta de oportunidade pode-se pressupor, justificaria as relações de trabalho duradouros entre patrão e empregado relatadas por alguns donos de tropa pesquisados. Nesse sentido, a inserção na atividade, bem como sua perenidade ao longo da vida, era tal como uma “obrigação” para a condição de subsistência. Talvez um aspecto que gerasse a identificação com aquilo que era possível: a sobrevivência por meio do trabalho tropeiro.

[008] De trabalho, naquela época, só se fosse trabalhar na prefeitura. Igual tinha muita gente. Até ... na prefeitura, capinava rua, mas... já era mais difícil de a gente arranjar também, porque tinha muita gente. São, **emprego de fato** aqui, naquele tempo, existia fábrica de sabão, fábrica de tecido, a draga de ouro.. É o que tinha aqui naquela época de lugar para você poder arrumar um serviço melhor, né... **Isso era pra adulto**. Eu, como, menino não tinha jeito, tinha que **bater enxada** mesmo lá fora. [E07].

Para alguns, como [E12] ser tropeiro é considerado o único caminho, como subentendido no termo “*da natureza da pessoa*”, o que conota a trajetória tropeira como um único caminho, subentendido como um destino a ser seguido por aqueles que não tinham oportunidades de trabalho, como revela o trecho em que [E12] narra uma das poucas oportunidades na região de Rubim: “*Apanhar água para encher reservatórios das casas*”. Assim, diante da impossibilidade de estudar, um desejo impossível para àqueles que “*não têm vez em nada*” ou sem oportunidade de empregar-se na atividade de “*buscar água para os ricos*”, o trabalho tropeiro era um caminho possível e único, na visão do narrador. As referências familiares também são parte dessa “*natureza*” que facilita o destino. Nesse sentido, o irmão que já era tropeiro facilitou a inserção na profissão, o que também contribui para a socialização com a mesma. Há um sentido implícito na questão da urbanização do homem rural, sem

oportunidades. Nesse sentido, o tropeirismo foi uma solução para poucos. No fragmento [010], a dificuldade em se manter no trabalho rural é contraposta pela atividade tropeira, que presta um serviço de escoar a produção. Sendo assim, ajuda a manter as pessoas no meio rural, uma vez que os agricultores conseguiam renda por meio de tropeiros.

[009] ser tropeiro foi uma coisa que vai da **natureza da pessoa**. Já nasce com aquele **destino** de fazer aquilo. Então, eu achei mais fácil foi ser tropeiro, porque meu irmão já era tropeiro. E quando eu cheguei aqui pra essa zona, se eu já tivesse empregado pra apanhar. Nesse tempo aqui a água era apanhada em carote. Todo rico desses tinha uma pessoa pra apanhar a água pra ele, Para encher caixa. Se eu tivesse, essa época, tivesse empregado aqui com... desse rio pra apanhar água pra eles, se eu tivesse entrado na escola, eu, pra mim, era melhor. Mas nesse tempo, é o que eu falo, quando eu vim pra aqui, que eu fui viajar com tropa, mas se eu tivesse empregado com um rico desses daí pra apanhar água, que eles todos tinham empregado de apanhar água, apanhava água pra dentro da casa, ia no Rubim, **apanhava pra encher as caixas de banheiro**. Todo mundo tinha empregado. Os ricos. Os pobres não tinham, porque **o pobre não tem vez em nada**. [E12].

Para outros, a entrada na profissão consistiu em um empreendimento em que o mesmo aproveitava para ajudar o pai e a família. Pela comparação feita por [E06] entre ele, o jovem tropeiro e os personagens fazendeiros, o narrador, implicitamente, revela a oportunidade de prestar um serviço aos fazendeiros e, então, conseguir uma fonte de renda. O vocábulo “*fartura*” pressupõe a condição do trabalho na qual existia uma excedente produção em decorrência da dificuldade de escolhê-la. [E06] começa na profissão pelo explícito “*ai*”, que conota o tempo de sua iniciação nos negócios tropeiros a partir da compra de “*um lote de burros*”. Ele reafirma a sua situação de falta de dinheiro “*Eu era um menino, praticamente sem nada*” buscando orientar seu empenho para conseguir ajudar também seu pai que, como os outros fazendeiros, tinha prejuízo devido à falta de estradas, como subentendido no trecho “*Mas não chegava a ponte, e perdia o que ele fazia*”. Essa necessidade associa-se aos recorrentes relatos de ajuda mútua entre tropeiros e trabalhadores rurais, tal como uma rede de relações na qual se apresenta algum tipo de condescendência para com os que viviam no meio rural.

[010] A gente enxergava tanta coisa, tanta coisa... tanto... milho, feijão, naqueles fazendeiro. Eu não tinha nada na época... Mas aquele povo, precisando de dinheiro e não tinha... É com as coisas em casa e não tinha dinheiro, né? [...] Meu pai não era pobre, nem rico, mas era um homem que tinha fartura, né? [...] **E aí enxergava que o pessoal estava tendo um prejuízo.** A cabeça minha deu nisso, né? porque a gente era novo. Na época, estava com vinte anos [...] Aí, eu resolvi pôr dez burros pra trabalhar. Juntei lá um dinheirinho... É... a compra do **lote de burro. Eu era um menino, praticamente sem nada**, mas acontece que eu juntei um dinheirinho na época e comprei... [...] Comprei uma mulinha. Bem, aí inteirei os dez e amansei. Meu pai era lavrador. Era lavrador. Só plantava e colhia. Mas **não chegava a ponte, e perdia o que ele fazia, por falta de estrada.** [E06].

Por esses fragmentos, observa-se a importância da socialização para a formação da identificação com a profissão, como nos fragmentos [001], [002], [003], [004] e [005]. Ainda que indiretamente, pela falta de oportunidade, como nos fragmentos [007], [008], [009], em algum sentido, a socialização é um caminho permitido e legitimado. Conforme a perspectiva defendida por Dubar (2005), a socialização é um aspecto social relevante à formação da identidade profissional. Pelos fragmentos apresentados, na temática das origens da profissão, o arraigamento a questões familiares por meio da socialização primária facilita a formação da identidade profissional, uma vez que, como nos casos tropeiros relatados, o convívio social é arraigado por referências de que a família é uma instituição legitimadora. Assim como existem profissões em que se pressupõem educação, contatos ou outra forma de reconhecimento que permitem a identificação do profissional, na profissão tropeira à origem familiar é um instrumento de reconhecimento social que justifica o fazer tropeiro ou seu início, facilitando a atividade ao longo do tempo. Esta profissão consiste em uma sucessão ou um desmembramento das atividades no trabalho rural que repercutem em estratégias que foram aprendidas e reforçadas quando da iniciação, a partir do reconhecimento dos parentes e das famílias e suas tradições, bem como da necessidade de ajudar os familiares. A identificação, nesse sentido, torna-se mais aderida à identidade, uma vez que, sob o olhar dos pais, o reconhecimento daqueles que prezam a instituição familiar, como os viventes do meio rural, permite e favorece a confiança, como observado ao longo da pesquisa. Nesse sentido,

provavelmente, as atividades legitimadas pela prática de ajudar os pais facilitavam o reconhecimento, fato que contribui para o tropeirismo e a sua identidade.

5.1 O ser tropeiro: diversas imagens e uma identificação?

Várias são as imagens, ou melhor, as construções de ser tropeiro que pode ser um muladeiro, um boiadeiro, um prestador de serviço ou um comerciante. Toda essa diversidade tinha como base a profissão de ser tropeiro, que não era bem reconhecida e que oportunizava sair da labuta do dia a dia da “roça”, que esta entendida como fatigante.

A partir da socialização, em que todos começam cedo a trabalhar pela família para ajudar a comprar os animais ou cuidar daquilo que foi herdado nas sucessões, à profissão remete às opções de ser roceiro, retireiro, prestador de serviço ou comerciante. Na profissão tropeira, a relação comercial inerente ao trabalho diferenciava o que era ser tropeiro e o que era ser um participante do trabalho de tropa, implícita na relação de propriedade, uma vez que aqueles que comerciavam, em muitos casos, eram os mesmos que detinham o capital. Nessa perspectiva, a denominação de tropeiro para [E07] tratava-se do indivíduo que “*tocava lote de burro*”, conforme exemplificado por intermédio do sogro. Pressupõe-se a partir do explícito “*Ele tinha só uns seis burro*” a relação do ser tropeiro a partir da propriedade de muares. Nesse sentido, [E05] também associa o nome “tropeiro” à propriedade de animais. Ele explicita uma música cantada por um tocador de burros que se refere à nomenclatura: “*Você me chamou de tropeiro. Eu não sou tropeiro, não. Eu sou tocador de burro. Tropeiro é meu patrão*”. Aquele que contrata pessoas e também é o dono dos meios de produção, conforme subentendido na música, remete à identificação do tropeiro como um empregador. O fragmento discursivo [011] remete à associação dono de tropa com tropeiro.

[011] Tropeiro é nego que **tocava lote de burro**. lote de burro. Meu sogro era... [...] Ele tinha uma tropa. Ele puxava lenha... [...] **Ele tinha só uns seis burros** [E07]

[012] É que. o tropeiro, como que diz, o tropeiro ele mesmo é o... é o dono da tropa. O outro é tocador de burro, né? Tropeiro... Tem uma música que fala “**você me chamou de tropeiro, eu não sou tropeiro não. Eu sou tocador de burro. Tropeiro é meu patrão**”. Porque ele é o dono da tropa. É, então, ser tropeiro é isso. [E05].

[013] E meu pai era tropeiro. Viajava com tropa. Aí, de lá, mudamos aqui pro Rubim. A família dele, os irmãos todos eram tropeiros. Ah, ele era dono da tropa. é, **era dono de tropa**. [E11].

O tropeiro [E09] se identifica com a profissão ao explicitar o reconhecimento das pessoas de sua região. “*Um representante desse comércio*” subentende que ele é um dos reconhecidos. Nesse percurso de sentido, ele usa o artifício de inserir os personagens, as pessoas da região, no intuito de confirmar o que diz. [E09] procura ressaltar os personagens como pessoas mais de idade, comerciantes, em contraposição aos personagens “*qualquer um*”, subentendido como aqueles que não lidava com tropa ou pessoas mais jovens da região que não tiveram contatos com um comerciante de muare.

(014) Olha, em matéria de tropa da minha região, eu tenho que dizer a você que quase que **eu sou um representante desse comércio**. Quando se fala em tropa aqui, você pode ir em. Você pergunta lá que eu acho que a maioria das pessoas lá, pessoas mais já de idade, eu não vou dizer **qualquer um**, mas pessoas que têm um tipo de negócio. Pergunta que eles vão te indicar “. [E09].

No fragmento [015], o narrador mostra-se indiferente à nomenclatura, uma vez que não poderia ser classificado por somente um nome. O vocábulo “*nada*” exprime esses dois tipos de comércio. A expressão “*pouquinho*” faz subentender que ele comercializa os dois tipos de animais pelo implícito aos nomes apresentados: “*muladeiro*” e “*boiadeiro*”, revelando uma ambiguidade vivida pelo profissional que lidava com a mula e com o boi.

(015) Olha, eu acho que no fundo, no fundo, eu acabo não sendo é nada, mas eu, um cadim dessas coisas eu tenho. Não deixo de ser um pouquinho. Não deixei de ser um **pouquinho** muladeiro e um pouquinho de **boiadeiro** [E09].

Enfim, a denominação pouco importava. O que era relevante era a execução do trabalho. Não havia, para [E13], uma identificação com o nome ou o reconhecimento da profissão: “*a gente mesmo não sabe*”. Isso subentende que para alguns tropeiros a atividade não era algo importante, que geraria um *status* ao reconhecimento. Há casos em que o reconhecimento poderia facilitar os negócios. Nesse sentido, a ornamentação da montaria do dono da tropa diferenciava-os dos empregados de tropas. As vestimentas também poderiam ser importantes para a credibilidade dos negócios. Para [E13], essa necessidade de reconhecimento parece não ser praticada. Segundo o tropeiro, ele não tinha o hábito de enfeitar sua mula: apenas colocar o cinferro na égua madrinha, pois este fato era algo funcional ao trabalho, para chamar atenção da tropa de burros.

[016] Eu acho que **a gente mesmo não sabe**, mas acho que eu era considerado mais um muladeiro. tropeiro de mula... de... de... vender burro. [E13].

Conforme a região e as mercadorias, ocorriam diferenças na denominação e no reconhecimento. Para [E10], o tropeiro era aquele que transportava mercadorias por meio de tropas, conforme explicitado no fragmento “*Tropeiro era esse que lidava com a tropa de burros, que levava, comprava mercadoria aqui ou de outra região qualquer que produzia e levava pra outra região*”. Pode-se inferir a partir da fala que, na visão de [E10], ele favorecia e beneficiava o abastecimento das regiões onde havia “*escassez*” de produtos.

[017] **Tropeiro era esse que lidava com a tropa de burros, que levava, comprava mercadoria aqui ou de outra região qualquer que produzia e levava pra outra região** que tinha **escassez** desses produtos e trazia de lá os produtos que aqui não produzia naquela época. Esse era o tropeiro, que fazia esse comércio...[E10].

Conforme explica [E05], a partir do personagem explicitado Sr. I¹⁶, aquele que comercializa animais era conhecido por “*muladeiro*”, o que, para esse narrador, era uma “*profissão mais*

¹⁶ Utiliza-se uma letra do nome do tropeiro indicado com a finalidade de não identificá-lo.

importante”. Tal importância é explicitada por ele no trecho: “*ele ia pra São Paulo levando tropa. Ficava 60 (sessenta) dias. Levava 60 (sessenta) dias. Até 6 (seis) meses fora de casa, com tropa, comprando e vendendo*”. Subtende-se que negociava animais em grande quantidade, que viajava mais tempo, que ia a São Paulo, que negociava onde havia mais dinheiro. Nessa perspectiva, [E05] faz subtender que era uma profissão como a de tropeiro, com algumas características como cozinhar, carregar alimentos, conforme explícito em “*igual tropeiro mesmo*”. No entanto, a importância aqui silenciada, deve-se à maior movimentação financeira.

(018) Hum, certo. Os tropeiros que eu sei que está vivo e bem sucedido aí é ele. Os outros já morreram todos. **Seu I** é muladeiro, mula. Você vai entrevistar, você vai falar com ele é tropeiro. Ele vai... Não... vou falar tropeiro. Todo mundo fala que ele é tropeiro, e ele vai contar caso de tropa, mas ele foi mais muladeiro, que era muito mais importante que ser tropeiro, muito mais, uê. Comprava... **ele ia pra São Paulo levando tropa Ficava 60 (sessenta) dias. Levava 60 (sessenta) dias. Até 6 (seis) meses fora de casa. com tropa, comprando e vendendo.** Ele levava... ele levava era quinhentos burros de uma vez. Levava muito burro mesmo. Mas ele não carregava cangalha, não; ele levava só da... da bagagem porque o sujeito tinha que carregar o muladeiro também tem que carregar. Ele tem que carregar comida. Eles arrancham nos... quase igual... **igual tropeiro mesmo.** Anã. Ali... eles têm que assentar trempe, assentava trempe, era a mesma coisa, só que eles não carregavam mercadoria. A mercadoria deles era a tropa. [E05].

O narrador, explicita o exemplo de um tropeiro também entrevistado, o Sr. A, que não foi tropeiro. Segundo explicita [E05], o Sr. A foi “*muladeiro*”, pois vendia tropa em outras regiões. Para [E05], o Sr. A. pode ser reconhecido como tal, uma vez que conhece a realidade vivida pelos tropeiros: “*hoje, é conhecido como tropeiro*”, “*porque ele sabe contar as coisas que aconteciam na tropa*”. Contudo, [E05] reafirma que ele era “*muladeiro*”, pois, conforme explicitado no fragmento [018] comercializava burros. Esse reconhecimento por parte da vivência é a reconhecida memória viva, uma memória que parte de um conhecimento, uma forma de contar que transmuta a identificação em prol da história recontada, a memória reconstruída.

[019] É, A chegou a viajar com... porque tropeiro mesmo, **A.** foi muito pouco. Ele foi mais isso aí. Olha, que naquele tempo a gente falava “**muladeiro**”. Não é

tropeirismo, não. Ele, **hoje, é conhecido como tropeiro**, porque **ele sabe contar as coisas que aconteciam na tropa**, Então, ele não está falando mentira, não; está falando verdade mesmo. Mas muladeiro ele chegou a ser comprava... comprava... ele esteve em Goiás comprando tropa. Lá, ele comprava e lá ele vendia mesmo. Lá mesmo. [E05]

Observa-se no fragmento discursivo [020] a satisfação com a identificação com a profissão. Esse boiadeiro insere a interlocução de pessoas do seu meio social para explicitar o reconhecimento com o qual ele se identificava, implícito no termo “*Eu gostava daquilo*”.

[020] Era boiadeiro. boiadeiro. **Eu gostava daquilo**. Era boiadeiro. Então, muita gente já falava “conhece o G?” “Conheço. E aquele boiadeiro, G. boiadeiro. Esse é o nome da profissão.... [E07].

Uma forma de reconhecimento é observada por meio do sofrimento, uma referência ao passado tropeiro diante de uma situação desinteressante: a doença. Nesse sentido, a reafirmação das origens na situação da doença foi como um caminho ao reconhecimento de sua história de vida que se fez pela profissão, que, por sua vez, se volta também para a identificação a partir da alimentação, comida típica da profissão: o feijão tropeiro.

[021] Seu A., era sofrida, mas tem uma coisa, eu acho que tinha muita fartura. E. igual eu falei com **doutor Mauro**, com Doutor Mauro lá do hospital, no dia que eu saí daqui desacordado. Passei o dia inteiro desacordado e entrei pra noite adentro. E ligou, aquela, aquela doutora Nadir, que eu fui o primeiro paciente dela. Ele falou assim: “É, está bom” Aí, ele foi me perguntando como era, o que eu fazia. Aí o menino meu falou assim: “Ele era... mexia com tropa. Conhece esses trem tudo aí viajando”. Foi. E ele virou e falou assim “**Ah, por isso que você é forte desse jeito**”. **Comia muito feijão tropeiro**. Aí, eu falei: “Por que, doutor?” “Ah, porque chega aí gente mais novo do que você, do que o senhor. Chega aqui. Quando é de tarde, está saindo no caixão. E você chega aqui, rapaz, você é teimoso hein!” Eu falei “**Ih, sou mesmo**. Eu comi muito toucinho cozido no feijão”. [E13].

A citação da personagem “*Doutor Mauro*” remete à afirmação num passado mais recente, da identificação com a profissão, em que se observa que a inserção da fala “*Ah, por isso que você é forte desse jeito*” pressupõe a ligação da profissão com saúde, força, resistência. Nessa relação causal, conotada a partir da expressão “*Ah, é por isto*”, o narrador quer fazer reforçar tal idéia. Essa é uma afirmação, uma forma que o tropeiro no presente não tão glorioso se reafirma. [E13] encontra-se enfermo, sofrendo das consequências da diabetes, como

amputação das pernas e cegueira. Pela temática da alimentação e morte, constrói o aspecto relacional de sua identidade. Assim, edifica a relação: “*uma vez que comia ‘feijão tropeiro’*”, a sua resistência torna-se maior do que a dos “jovens” que não possuíam tal alimentação. Essa é uma forma de construir pela memória a sua identidade pessoal, que também é parte da identidade profissional. Por causa da profissão, teve uma alimentação “*melhor*” e tornou-se uma pessoa mais forte. Uma forma de identificação a partir do feijão tropeiro, a identidade ligada à comida típica torna-se uma referência para a identidade tropeira: a comida forte de homens fortes. Essa é uma semântica da construção feita nos diálogos inseridos, que culmina no trecho “*Ih, sou mesmo*”. Tal expressão (re) afirmativa do tropeiro refere-se à sua identidade pessoal diante da doença. No fragmento [021], pode-se observar a relação da identidade pessoal com a identidade profissional, sendo que as duas formas de reconhecimento se misturam na constituição da identidade do sujeito.

Ainda na perspectiva relacional da identidade no fragmento [E09], ao ser questionado sobre a visão da “profissão tropeiro”, o narrador explicita que era uma profissão “*não tão bem vista*”, com o advérbio de intensidade “*tão*” colocado posteriormente ao “*não*”, subentendendo que a profissão não possuía uma valorização grande. Observando o aspecto relacional da identidade, há um sentido de comparação em relação a alguma outra profissão. No entanto, (E09) silencia em relação a que profissão. No trecho “*Uma certa aceitação*”, o vocábulo “*aceitação*” faz pressupor o reconhecimento de que, na visão de [E09], a profissão tropeira não é muito admirada. Silencia-se quanto ao porquê do reconhecimento mediano. Apesar dessa visão do narrador, pode-se inferir a partir do trecho “*de qualquer maneira*” que era uma profissão reconhecida no meio social onde atuava, uma vez que “*era enxergada*”.

(022) Eu achava que era enxergada. Eu não vou dizer que era tão bem vista, **mas era enxergada**. Um muladeiro, um tropeiro, **de qualquer maneira**, tinha **uma certa aceitação** [E09].

Uma forma de identificar-se com a profissão pressupõe a inserção em uma relação amistosa entre as pessoas. A identificação a partir do “*coleguismo*” traz ao tropeiro [E04] uma memória saudosa da “*família*”, um vocábulo que subentende relações amistosas de proteção, união e confiança, características que eram ressaltadas a partir da explicitação dos convívios nos pousos. Essa era também uma forma de identificação com a profissão. A participação subentendida a partir de “*a gente tinha*” demonstra a inserção do tropeiro nesse tipo de comportamento mais amistoso.

[023] Uma das coisas boas que **a gente** tinha nesse tempo era esse **coleguismo** que existia, né? Era a grande maioria, porque tinha os maus, os ruins, mas a maioria era tudo colega, amigos, e a maioria até ajudava muito. E isso era uma coisa muito, muito saudável, muito interessante que a gente tinha esse convívio. Quando chegava no destino também, que reunia tudo, era quase uma espécie de família que reunia ali, e tinha sempre uns mais alegres, cantores e pianista...[E10].

Além do “*coleguismo*”, a identificação com a profissão se dava pela utilização de muares, mesmo que houvesse poucos para o trabalho. [E04] não utilizava um lote de burros para transportar mercadorias. Assim, identificava-se como tropeiro, pois a ele era possível se inserir nas relações de ajuda mútua, que caracterizavam a profissão, segundo sua visão. Nesse sentido, o narrador insere uma interlocução em sua fala para exemplificar seu posicionamento. Ele demonstra a “*boa vontade*” para com os outros pelo uso de tropas. Essa seria uma possibilidade de identificação com a profissão que não está somente na propriedade de animais, mas também na inserção na rede relacional que marca as práticas tropeiras. Essa era uma forma de participar da identidade social do tropeiro permitida a partir da utilização dos burros e, conseqüentemente, da aproximação com as relações tropeiras.

(024) Ó, eu considerava, sim, um tropeiro. assim igual que eu trouxe procê, num tinha eu num tinha, aqueles grande número de burro igual os outro tinha, cê entendeu? Mas eu me considerava um tropeiro, sim, porque eu valorizava pelo aquele poquinho de burro que eu tinha. Na hora que precisava deu transportá eu tinha, boa vontade pra transportá. Tanto faz pra mim ou pros meus amigo se meu

amigo chegasse pra mim e falasse: Ó, eu tenho que entregar tantas carga. Cê vai lá comigo? Eu falo: Vê. Então, é um pouco, graças a Deus, sadio, é um pouco que num era só pra mim, não. Era um pouco pra mim e pra nossos amigo. Entendeu? Então, eu sempre tive essa boa vontade. Igual eu falo com você: sempre se a pessoa precisar de mim e eu tive as condições, ia servir ele mesmo, de **boa vontade**. [E04].

A identificação com a profissão era perpassada pela satisfação que ela oferecia, uma alternativa que “*o povo*”, explícito do fragmento [025], tinha e gostava de fazer. Entretanto, [E08] deixa silenciado o motivo do gostar da profissão. [E08] explicita que havia muita oferta de trabalhadores para o tropeirismo na época dele, entretanto não havia tropas suficientes para o contingente de interessados, pressuposto pelo explícito “*porque era muita gente*”. Está implícita também nesse trecho a falta de trabalho, oportunidade como já afirmado em [007] [008]. Nos fragmentos [026] [E04] poderia estar o motivo do interesse pela profissão, uma vez que se utiliza o vocábulo “*aventura*” para descrever a experiência. Subentende-se que foi um desvencilhamento do trabalho comum da roça, de capinar, algo que o “*emancipou*”, conforme explicitado, situação também referenciada por [E06] no fragmento [010]. Nesse sentido, trouxe a possibilidade de ter dinheiro, de construir seu patrimônio, tal como subentendido no fragmento discursivo “*fazer o que eu fiz*”.

[025] Não. Era do lugar mesmo, porque naquele tempo tinha muita gente e era um dos serviços que **o povo gostava de mexer era com tropa**. Não tinha como todo mundo na tropa, **porque era muita gente**. [E08].

[026] Foi a melhor, a maior aventura que eu já tive. Foi o que me **emancipou**. Foi o que me emancipou. Me emancipou em tudo. Eu tive condições de **fazer o que eu fiz**. [...] E se perguntasse qual que era a profissão do senhor L., que que eles iam falar? Boiadeiro. É. Naquela época você não... você não... o que não fosse boiadeiro era roceiro **ou tirava aí dez, vinte, trinta litros de leite, e não tinha saída pro leite** [E04].

[E04] justifica sua fala expondo as duas opções de trabalho possíveis a ele: boiadeiro ou roceiro. Nesse sentido, essas duas profissões conjugadas na fala trazem dois discursos que, em certo sentido, se contrapõem: um da mobilidade e outro da regularidade, constância. Na profissão tropeira, [E04] enxergava a possibilidade de “*emancipar em tudo*” em relação à

outra profissão, roceiro, que possibilitava uma produção na qual não havia a possibilidade de escoamento. Implícito no trecho “*ou tirava aí dez, vinte, trinta litros de leite, e não tinha saída pro leite*”, a inserção do vocábulo “*ou*” transmite a noção da alternativa ou de produção, ou de criação, esta última lucrativa, porém um caminho mais arriscado. Esse era um aspecto de comparação que afirma, para [E04] a sua posição de tropeiro, em contraposição a um discurso da profissão de roceiro, de criador, algo mais estável e que não pressupõe o risco, configurando-se como uma forma de identificação pela oposição a outra profissão. Algumas vantagens do trabalho do tropeiro são silenciadas no trecho, o que favorece o entendimento sobre o sentido da emancipação explicitada por [E04]. Essas vantagens estão relacionadas à obtenção de maiores ganhos dos tropeiros e ao exercício de trabalhos menos penosos quando comparado ao trabalho de tirar leite, que deveria ser feito todos os dias e que não proporcionava uma grande rentabilidade.

Nos “*empreendimentos tropeiros*”, a identificação como um comerciante também era um fato importantemente associado à identidade tropeira. Nessa perspectiva, ser um “*bom comerciante*” era, conforme explícito, “*Pagar dentro do compromisso, fazer justiça, comprar, mais ou menos, dentro das bases, não ratear demais. Se você rateava demais, eles te encostavam: “Não, não vou mexer com fulano, não. Duro demais pra pagar. Vou arranjar outro”*”.

[027] [que era o mais importante pra ser um bom comerciante?] **Pagar, dentro do compromisso. fazer justiça, comprar, mais ou menos, dentro das bases, não ratear demais. Se você rateava demais, eles te encostavam “Não, não vou mexer com fulano não. Duro demais pra pagar. Vou arranjar outro”**. Tinha facilidade pra comprar, pra vender, não tinha problema nenhum.[E04].

Nesse fragmento [E04] utiliza-se a fala do personagem vendedor para demonstrar a necessidade de uma negociação mais “justa”. “Justiça”, para [E04], subentende preços que

favoreceriam os dois lados da relação comercial. Para [E04], essa situação tornava o tropeiro reconhecido como um comerciante que prezava pela relação duradoura. Nesse sentido, estendia e facilitava a perenidade dos negócios. Pelo explícito “*Feio*” [E04] subentende que a imagem poderia não ser boa caso se “*rateasse*”, entendendo-se que era uma forma de praticar as negociações de preço de maneira exaustiva até se chegar a uma condição interessante ao comprador, nesse caso, o tropeiro. Assim, ficaria uma relação ganha-perde na qual o vendedor cederia a mercadoria por um preço que não era tão interessante para ele. Isso repercutiria na imagem do tropeiro como “*duro*”, subentende, inflexivo. O ato de “*Pagar dentro do compromisso*” foi outro explícito que subentende a responsabilidade com o crédito, o que também propiciava futuros negócios. Essas eram práticas e formas de negociar que mantinham a identidade tropeira, pois também se faziam estratégicas ao negócio, voltadas para uma boa negociação. O tropeiro era, portanto, identificado como um prestador de serviço, um comerciante.

Para [E09], ser um tropeiro/comerciante carecia de “ser conversador”. Isso caracterizaria um comerciante, alguém que conversa assuntos além do trabalho, práticas sociais e de convívio que “*cativam os fregueses*”. Constituíam-se em uma necessidade ao tropeiro para que o negócio fosse “*forçado*”, subentendido pela aproximação por meio de conversas que facilitavam a venda. Nessa perspectiva exposta sobre o “*fazer o comércio*” é subentendido o tema da desconfiança nas relações de comércio. O ato de conversar corrobora para diminuir os estigmas, revertendo a uma relação que se prezava pela confiança.

[028] É. é saberes, né? **O comerciante, quando ele é bom comerciante, ele cativa os fregueses.** Essa abertura que eu até comparei com você: quando você tem um professor que é mais aberto, o comerciante também é assim. Tem o comerciante que te cativa a fazer negócio com ele. Ele... ele é mais... te conquista mais, é uma pessoa mais aberta, mais liberal. Então, essa pessoa, eu acho que isso faz com que você **force mais o negócio com ele.** Enquanto tem outro fechado, se fizer bem, que não está nem aí pra coisa, isso não angaria você a fazer muito negócio não. Tem que ter abertura. Digamos, vendedor e comprador. conversado eu sempre fui. Mas, o que eu te digo, **ser conversador eu sempre** fui. Eu nunca fui pessoa trancada (E09).

Nesta seção, procurou-se discutir a questão da denominação. O autoreconhecimento, nos fragmentos; o gosto pela profissão; a identificação a partir da alimentação; o coleguismo; e a identificação como comerciante, foram diferentes as formas apresentadas que construirão o entendimento sobre a dimensão relacional e de autopercepção sobre a identidade da profissão. Ainda no aspecto relacional do “*ser tropeiro*”, permitia-se ao trabalhador deixar de executar o trabalho direto na roça, de capinar e de retirar leite, enfim, do trabalho rotineiro e exaustivo. A profissão edifica práticas sociais que são relevantes aos negócios tropeiros, destacando a confiança, a honestidade, a comunicação e o conhecimento sobre os produtos e a propriedade.

A organização do trabalho tropeiro também dá suporte a este trabalho, pois permite, a partir dela, um melhor enxergar dos papéis que os tropeiros assumiam na organização de sua profissão. Observavam-se então, o caráter da honestidade, e o da competência, entre outros aspectos que compõem a identificação do tropeiro e sua forma organizativa.

5.2 – A organização do trabalho

Algumas diferenças na organização da tropa e na distribuição dos recursos humanos demonstram que as tarefas, ainda que fossem as mesmas – como cozinhar, procurar reses perdidas e conduzir o gado –, podiam ser atribuídas ao tamanho das tropas ou das boiadas, peculiares divisões que foram adaptadas conforme a maneira de gerir as respectivas possibilidades. Nas “*empreitadas*” narradas ao pesquisador, a separação das tarefas acontecia segundo as necessidades de uma viagem, o que explicita a flexibilidade das tarefas exigidas de cada cargo das tropas ou boiadas, ao lado do serviço para as carvoarias. Entretanto, essa mobilidade nos cargos acontecia, essencialmente, em pequenos negócios. Nos grandes

negócios, as tarefas exigiam uma maior organização e eram executadas de maneira menos flexível. De acordo com as narrações, repetiam-se em suas denominações ou eram semelhantes, ainda que denominadas de forma diferente.

[E12], quando questionado sobre as funções, ressaltou a diferença entre O tropeiro e o dono da tropa. Ao tropeiro cabiam quase todas as atividades necessárias às viagens, traduzidas pela expressão “*tocavam a tropa*”. Ao dono não cabiam todas as funções. Conforme o fragmento [029], competia-lhe administrar, que, pelo explícito “planejar” correspondia cuidar da organização administrativa da tropa. Para [E12], a diferenciação entre um e outro faz subentender que o tropeiro não poderia ser o dono da tropa.

[029] [Quais eram as funções que existiam dentro da tropa?] Uma era o **dono**, né, que “**planejava**” [...] Tinha os **tropeiros**, que **tocavam a tropa**, né, na estrada. [E12].

A divisão estabelecida por [E01] subdivide-se os tropeiros em: “*ponteiro*” e “*culateiro*”. Essa subdivisão refere-se a pequenos empreendimentos, não existindo, nesse caso, uma grande divisão.

[030] Olha, tinha o **ponteiro**, tinha o **culateiro**, que eram dois: um a cavalo e outro a pé. [E01]

As diferenças caracterizam o tropeiro e o dono de tropas. A este eram atribuídos certos privilégios. No entanto, o verbo “*ser*”, para [E03], remete ao fato de trabalhar na tropa, “*tocar a tropa*”, “*arrumar a cangalha*”, “*arrumar a tropa*”, o que faz o indivíduo ser reconhecido como tropeiro, embora um tropeiro simbólico, com o qual muitos se reconheciam. Este é um fato que se complementa com a visão do fragmento [031] é subentendido no trecho. “*O pessoal, considerava que o tropeiro era aquele que tava acompanhando a tropa*”. O reconhecimento social, na visão das pessoas, era atribuído àquele que estava participando do trabalho em uma tropa. Em muitos casos, era o dono da tropa, que segundo Goulart (1961), era o dono do empreendimento. Para alguns, como [E03], era como um adereço, uma

representação de prestígio e poder, em que a sua indumentária e a montaria constituíam uma imagem a ser zelada, alguém como um executivo do tempo atual, que precisa vestir-se adequadamente para também transmitir credibilidade ao negócio. “*Quando tinha uma posição melhor*” remete à idéia do status de alguém que não precisa trabalhar com o serviço pesado e estaria na tropa para gerenciar o negócio, vender. Como um dono de uma pequena tropa, precisaria trabalhar com ela.

[031] Mas o povo tratava de tropeiro era o que tava tocando o burro. Mas só que na hora que ia pergunta, ele falava assim: “Não, eu sou tropeiro, sim. Eu que **toco a tropa**, eu que arrumo a tropa, eu que cunserto os canga. Mas o dono dela mesmo é meu patrão, é fulano de tal.” Entendeu como é que é? Mas a gente, **o pessoal, considerava que o tropeiro era aquele que tava acompanhando a tropa**, porque o dono da tropa mesmo, muitas vezes, eles costumava fazê assim, ó: ele pegava, arriava a tropa. Aí, ó, na hora que o tropeiro tava mais o cozinheiro – porque CE sabe que o tropeiro é o dono da tropa mesmo –, quando **ele tinha uma posição melhor**, ele num escorava um balai; ele num pegava num balai. Ele só ia pra acompanhar. Pra vê como é que o outro lá ia. Mas ele num arriava nem o animal dele montá. [E03].

Alguns relatos indicam diferenças na ornamentação, nas vestimentas, no respeito social, enfim, isso em muitos casos poderia distinguir o empreendedor da atividade e aqueles que nela trabalhavam. No caso de [E09], esse “*distanciamento*” dos companheiros de viagem na situação exposta torna-se desagradável a ele. Para esse tropeiro subentende-se que o companheirismo, ou as relações de amizades, deveria persistir a partir da não diferenciação. Tal fato também pode ser parte das estratégias de boa convivência para que consiga a cooperação. A separação social poderia torná-lo um estranho aos camaradas, o que poderia retirar um pouco da autoridade e respeito daqueles que eram companheiros em situações difíceis na tropa. Nesse sentido, ele explicita que “*todos eram iguais; ninguém quer distanciar ninguém*” [E09]. Ele generaliza a atitude: “*Mas a maioria eu acho que predominou isso*”. Pode-se pressupor que o sentido dessa prática também era tático para as estratégias de comando e de coordenação.

[032] Um cozinheiro, o dono, que era sempre eu. Sempre eu viajei com minha tropa, vendendo. E tinha alguma sociedade com meus irmãos, mas era de casa. E um,

assim, um peão, que aquele burro mais duvidoso lá, de dar nele uma domaço, um peão. Três pessoas era o normal. Não tinha mais, porque fica caro e também não precisava. Havia lugares que as pessoas te convidavam você, o dono, pra ir pra dentro de casa. Mas seria desagradável. Você tem dois companheiros, o outro dorme no couro e você dorme no melhor. **Ninguém quer distanciar ninguém. Todo mundo quer ser igual.** Pelo menos era o conceito que a gente tinha. Você não destacava nem pra melhor, nem pra pior. Nós somos iguais. [...] Todo mundo fazia mais ou menos isso. Pode ter até um lá que aceitava. Eu não vou dizer que não, **mas a maioria eu acho que predominou isso** [E09].

Esse sentido de autoridade e respeito pelo dono da tropa é apresentado na fala de [E12]. Os explícitos “*não era bravo*” e “*já trabalhei mais os outros*” constroem uma composição de idéias que afirma a negação da força, da truculência ao lidar com os funcionários, e um entendimento sobre como lidar nessas situações, uma aprendizagem pelo “trabalhar os outros”, ensiná-los. A expressão “*ganhar dinheiro dos outros*” faz subentender que as práticas eram voltadas para facilitar a compra do trabalho alheio. Uma prerrogativa era “*não dar moleza*”, que é subentendido como um controle mais aproximado sobre as atividades. “Dar assistência” complementa o sentido do controle, em que o dono da tropa está regularmente orientando, trabalhando junto e, conseqüentemente, controlando o trabalho.

[033] Eu não era **bravo** não. Eu já trabalhei mais os outros. Já **ganhei o dinheiro dos outros**. Sabia como é que era. Não podia era **dar moleza**, porque você tem de **dar assistência** no serviço que eles fazem. [E12]

O trabalho do dono da tropa era organizado para o controle. Tal figuração, ou aproximação, permitia a correta condução das atividades dos funcionários, a facilitação das vendas e a perpetuação da cultura do coleguismo, dentre outras táticas para a estratégia de coordenação da tropa, como a figuração de uma gestão ou a gestão de uma figuração, que permitia a imagem de um respaldado negociante. Caracterizava-se como dono da tropa aquele que se diferenciava daqueles que negociavam para ganhar a confiança ou que procuravam não se diferenciar quando no trabalho para ganhar o respeito dos companheiros de tropa. Essas situações, ou especificidades do trabalho tropeiro nem sempre eram praticadas da mesma maneira: “*Era mais ou menos isso*”, conforme afirma [E09].

5.2.1 - O capataz

O capataz era considerado um gerente de primeira linha, um supervisor das operações. Era um tropeiro de confiança do dono da tropa. Tinha, em algumas situações, flexibilidade para negociar, comprar e vender. Esse cargo era encontrado em empreitadas de donos de tropa que realizavam mais negócios, nas quais havia a necessidade de se delegar a gestão de uma tropa em razão das demais funções determinadas ao dono, como negociar compras e vendas, e cuidar da fazenda. Assim, para exercer as funções que cabiam ao dono, fica pressuposto, a partir do vocábulo “*competente*”, que o capataz precisava desenvolver ou ter as competências necessárias ao cargo e funções.

[034] Tinha um capataz [...] E ele sabia fazer tudo, fazia compra, fazia venda. Era muito **competente** [E01].

Na fala de [E01], observa-se que o capataz foi caracterizado como “*um homem de muita confiança*”, “*de bem*”, ficando implícita a honestidade. Esse trabalho corrobora com a necessidade da confiança em relação ao uso do dinheiro. Importante para os donos dos negócios tropeiros era a confiança que transmitia “*tranquilidade*” ao tropeiro [E01]. Para este, havia também a necessidade de um “*funcionário com muita prática*”, o que subentende que era necessário para haver confiança. A experiência que possibilita fazer um serviço bem feito indica ser algo relevante à percepção e avaliação das capacidades dos funcionários. Pode-se inferir que o controle poder-se-ia ser menor, favorecendo o andamento das funções dos donos da tropa. A confiança não acontecia somente pela honestidade, mas também por ser uma “*pessoa prática*”, ou seja, alguém dotado de conhecimentos que favoreceriam a execução do trabalho. Uma vez que não havia como controlar “*a tranquilidade*” almejada por [E01], esta

viria a partir da percepção da competência do capataz, conforme subentendido no trecho por que “*ele não só era um homem de bem, como era muito competente*”.

[035] Não tinha um que, geralmente, quando a gente não ia fazer pessoalmente esta compra, tinha um, que era o capataz. Era uma pessoa prática, **uma pessoa de confiança**, que fazia os negócio. Então, nos tínhamos um homem de muita confiança, um **homem de muita prática**. Então, a gente não precisava de preocupar nem com a compra e nem com a venda porque ele era muito competente e muito **de bem**. A gente tinha esta **tranquilidade**, né? Às vezes, nem todas vezes comprar. A gente não precisa de ir. Ele fazia tudo. A gente tinha muita confiança com ele, **porque ele não só era um homem de bem, como era muito competente** [E01].

[E07] reforça o tema da confiança, uma vez que ao dono da boiada entregava quantias consideráveis ao capataz, conforme o trecho da fala de [E07]. “Confiança” é um dos temas desse percurso semântico. “*Dinheiro para sobrar*” pressupõe que eram quantias que poderiam ser embolsadas se fosse o desejo do capataz. No entanto, isso não era praticado. Uma relação de confiança era edificada em relação ao funcionário.

[036] Ele não podia comprar fiado porque homem dava **dinheiro pra sobrar**. É, dava pra sobrar. E já tinha mais ou menos a base, né, que ele gastava. Então, ele já dava o dinheiro pra sobrar. [E07].

A técnica desse “*gerente*” impunha a necessidade de saber relacionar e de ser respeitado pelo grupo. A habilidade humana era exigida da função de capataz. Além da habilidade, tinha como obrigação contar o número de animais e determinar a arribada. A observação de [E07] sobre a competência necessária ao capataz perpassa a necessidade de um bom relacionamento; caso contrário, seria uma relação somente econômica, conforme se pode inferir da relação condicional exposta no trecho “*Se ele soubesse dar ordem, ele que dava ordem. Porque se ele não soubesse, ninguém obedecia ele; ele só pagava*”. Para o trabalho com tropa, isso era complicado, pois a coordenação tornava-se ineficiente quando havia indisposição ao trabalho. Nesse sentido, o companheirismo poderia ser um vínculo que deveria ser prezado para a boa relação, visto que, segundo relatos o trabalho era cansativo,

pesado e demandava confiança. “*Ter muita cabeça*” subentende um conhecimento para administrar seus funcionários e treiná-los, como implícito ao verbo “*instruir*”. A confiança sobre o trabalho de um homem deveria partir da relação amistosa, para depois passar à avaliação sobre a tarefa. No que se refere à arribada, conforme relatado, um funcionário que trabalhasse desmotivado demoraria mais ou não acharia o boi ou burro desgarrado. Assim, atrasaria a viagem, pois não poderiam perder nenhum boi conforme o explícito “*saía lá 500 boi, chegava aqui 500 boi*”. Tal forma de controle foi relatada em outras histórias de tropeiros.

[037] O capataz, ele que dava a ordem. Falava: “Faz isso!” Ele que dava ordem. **Se ele soubesse dar ordem, ele que dava ordem. Porque se ele não soubesse, ninguém obedecia ele, ele só pagava.** Tem capataz que trabalha, mas não entende daquilo que ele faz. [...] O sujeito tem **ter muita cabeça** pra certas coisas, né, porque se ele maltratar um sujeito, aí fica a pé. Se ele começa a trabalhar de má vontade, **atrapalha tudo.** [...] **saía lá 500 boi, chegava aqui 500 boi.** Porque o capataz tem que ter o cuidado, instruir. Se os cara não tá tocando direito, ele instrui eles, o sujeito, tocar. [E07].

5.2.2 - O arrieiro

O arrieiro tinha como função observar a estrada, para guiar a tropa, observar como estava a estrada de modo a definir melhores caminhos definindo-o para a tropa. Em tropas menores, era função do dono da tropa *ir na frente, olhando a estrada, se a estrada tá ruim*, conforme o relato de (E12). Para [E5], era como um comandante da tropa. Em seu relato sobre tropas pequenas, pode-se observar que era geralmente o dono da tropa. Essa função tinha poderes e responsabilidades sobre a execução do empreendimento tropeiro. Neste sentido, cabia também ao dono da tropa essa função.

[038] O tropeiro ia tocando de pé. Só, como se diz, dá o nome de arrieiro. Só ele que ia montado, pra **ir na frente olhando a estrada, se a estrada tá ruim.** Ia na frente pra arrumar umas estacas. Dá nome de estaca, mas é uns paus pra armar a barraca. Ia na frente pra arrumar. Nesse tempo, atolava. Você ia na frente catando, você ia na frente caçando. Aqui estava atolando, já caçava outro jeito pra não passar naquele atoleiro, pra sua tropa não atolar, porque aí enfraquece o burro, né? [E12].

[039] Aí, o arrieiro é aquele que toma conta, ou que vai na frente da tropa, que tem o tropeiro, né? Tem o arrieiro. É o arrieiro que geralmente é o dono da tropa, né? (E05)

5.2.3 - O tocador

O tocador, segundo os relatos, era considerado como aquele que participava de tropas menores. Tinha funções flexíveis conforme as necessidades. [E05] explicita essa questão em sua fala ao considerar o tropeiro o dono da tropa. Outros eram cozinheiros e tocadores.

[040] Era o tropeiro o tocador e o cozinheiro Era sempre três pessoas. Às vezes, quando apertava muito, vinha a quarta. Mas é raridade. O certo era três pessoas [E05].

[E06] remete ao tema da condescendência para com o tocador. Concedia-se ao tocador a possibilidade de não andar todo o tempo a pé. Esse é uma situação que se repete em outras histórias sobre a profissão aqui estudada.

[041] Sempre três pessoas. Porque tinha um rapazinho. Às vezes, precisava, quando a tropa era mais nova, ficar na frente da tropa, né, pra guiar a tropa. E tinha aquele tocador. Andava a pé. Mas aí a gente ficava às vezes com pena dele. De acordo com a distância, a gente também descia do animal da gente e ele montava um pouco, né? Ele montava um pouco, e a gente andava também a pé, especialmente num tempo de frio, às vezes, né? Era melhor andar a pé um pouquinho, né? E ficou essa luta aí uns quatro ou cinco anos, né? [E06].

5.2.4- O ponteiro

Para alguns, era a função mais importante da tropa. Era o responsável por guiar e coordenar a boiada. Nesse sentido, durante a viagem, era aquele que tinha o saber de contar os animais, observar, controlar e coordenar os boiadeiros. Entretanto, a gerência era dada ao capataz. Tinham “a prática”, como apontado por [E04]. Diante disso, era responsabilizado por comandar as boiadas. Tinha funções como a dos arrieiros Em tropas em que havia as duas funções, era auxiliado pelo arrieiro. Assim como o arrieiro, definia o local em que se devia

parar. Contava os bois e definia a culatra. Ou seja, ordenava a algum camarada a função de exercer a culatra.

[042] A boiada continuava seguindo. E eles voltavam e vinha atrás. Às vezes, eles chegavam no pouso, a boiada já estava pousada já. E eles estavam de novo atrasados. E, às vezes, não achava. Tinha que voltar no outro dia. Nunca ficou boi, não, porque insistia. Os homens que voltavam atrás pra pegar a arribada tinham prática. O boi cansado, a tendência dele é descer, né. Então, você procurava sempre, procurando no declive do terreno, aonde o boi podia estar encostado. Você ia geralmente achar o boi deitado numa moita, né, que, às vezes, é difícil de achar. Mas era uma missão que não era todo mundo que fazia, não. Essa missão, o ponteiro, ele é que eu ajudava. Eu e ele é que voltava as arribadas. Os outros iam era tocando a boiada, porque nós tínhamos prática, entendeu, sabia a tendência da onde o boi poderia estar. [E04].

[043] Que o ponteiro que é a peça mais importante da comitiva. O ponteiro é que andava na frente do gado. O ponteiro sabia onde devia parar e aonde não devia parar. O ponteiro sabia aonde o gado tinha que parar para contar a boiada. O ponteiro parava no lugar que tinha folga, distância, limpo, porque, naquela época, era cerrado e mato [E04].

5.2.5 - O culateiro

O culateiro tinha a função de trazer os bois que ficavam perdidos no meio do caminho. Era coordenado pelo ponteiro ou pelo capataz, que determinavam quantos bois deveriam procurar. Tinha por objetivo recuperar os bois perdidos nas viagens. Tinha também como função tocar as reses que ficavam no fim da tropa. Essa era uma função típica da atividade tropeira de boiadeiros.

[044] O culateiro é o de resto, porque numa boiada grande o ponteiro dá saída no berrante, toca o berrante, abre a porteira e lá vai conduzindo, mais ou menos 50 a 60 bois. Passava mais 60, 50 bois, entrava outro cavaleiro. Então, dividia. Agora, lá trás tinha um cavaleiro, que chama culateiro. Lá era sempre dois, um a pé e outro a cavalo [E01].

[045] Culatra era a parte traseira do gado. É a parte de traz. Geralmente, é a parte que o gado fica mais cansado. E você sempre tinha um homem até pra acompanhar essa boiada. Além do cozinheiro, tinha um homem a pé. Esse homem me acompanhou a vida inteira. Morreu com quase 100 (cem) anos. Chamava Cassiano (E04).

5.2.6 - O cozinheiro

O cozinheiro, além de fazer a comida e de comprá-la, tinha de acondicioná-la nos burros de carga. Era considerada uma função importante para o tropeirismo e está presente em todas as narrativas sobre a divisão das tropas. Foram relatadas sofríveis condições de trabalho, como viajar a pé, cozinhar, antecipar-se nas viagens de trabalho, dormir tarde e acordar cedo. Tal situação de trabalho foi justificada por [E01] como “*uma tradição*” inerente ao cargo. Na expressão “*Era um costume antigo*”, silencia-se sobre o porquê da condição de trabalho determinada ao cozinheiro. Somente se reafirma a qualidade de o cozinheiro “*ser forte*”, o que justifica a situação e caracteriza esse tipo de trabalhador da tropa. No fragmento [046], a condição de ir a pé e as tarefas são também explicitadas e expõem a importância da logística da alimentação para os tropeiros.

[046] Então, tinha cozinheiro. Cozinheiro era o que mais sofria, porque chegava nos pousos, os condutores e o capataz, todo mundo ia descansar. O cozinheiro tinha que trabalhar, tinha que arrumar, tinha que lavar as vasilhas usadas no jantar. Ia depois deitar muito mais tarde porque tinha que cozinhar o feijão para amanhã. Então, o cozinheiro era o que mais trabalhava. [...] Todo mundo a cavalo, e ele era a pé. Então fazia, aí, oito léguas por dia. Tem dia até dez léguas por dia, né e ele a pé [...] porque é **uma tradição, um costume antigo**. Ia a pé, né, Então, ele usava uma **sandália de pneu**. Mas ele era muito forte [E01].

[047] Tinha o cozinheiro. O cozinheiro só cuidava do burro de carga. Ele é que cuidava da comida. Ele ficava lá só por conta daquilo. E ele ia era a pé. Ele descarregava o burro, providenciava comida. O povo comia, ele ia botar feijão no fogo, pra cozinhar para o dia seguinte. Quando era cedo, saía de madrugada, cedinho. Já tinha o ponto determinado de fazer o almoço. [E04].

Quando o dono de tropa não utilizava em sua organização um cozinheiro, a tarefa era feita por ele mesmo. Essa flexibilidade de funções caracterizava os empreendimentos menores, discutidos no começo desta seção. Dois “*rapazinhos*”. Nesse diminutivo, pode-se depreender que, provavelmente, eram ajudantes que, como tal, não ganhavam o salário regularmente

oferecido a tropeiros. Essa situação é corroborada com o ato do dono da tropa de cozinhar, uma diferença praticada por um empregador que agia conforme as possibilidades financeiras do negócio.

[048] Enquanto os meus dois companheiros estavam arrumando a tropa, arrumando a tropa, raspando cangalha, aí eu fazia comida. Os dois eram **rapazinhos**. **Eu** sempre precisava deles, por causa da guia da tropa, que andava na frente. O outro era o tocador. [E06].

O cozinheiro em algumas tropas também era o guia dos animais, o comprador de provimentos. O trabalho do cozinheiro, para [E07], era um trabalho considerado difícil, pois deveria comprar e adiantar-se para prover a função principal, que era a alimentação dos tropeiros. A ele cabia a função de cuidar do abastecimento de provimentos da tropa e da logística da alimentação.

[049] Quando chegava perto do pouso, ele deixava o gado e metia a correia daquele animal pra frente mesmo. Quando chegava no pouso, o café já tava coado. Ele, o guia, que era o cozinheiro. Nem o animal dele ele desarreava. Alguém que desarreava o animal dele, tratava [...] era cozinheiro que comprava, porque ele sabia o que ele precisava. Já devia tá passando mais ou menos uma hora, uma hora e meia, pra chegar no pouso. Aí, ele já ia a galope mais rápido. É, ia mais rápido pra adiantar a janta. Era mais difícil pra ele [E07].

Observou-se a polivalência das tarefas da tropa. Observou-se que o cozinheiro da tropa em que trabalhava [E07] também era o guia da tropa. Andava a cavalo, diferentemente da tradição apontada por [E01]. Nesta tropa, o cozinheiro tinha também a necessidade de planejar e organizar suas tarefas para exercer sua profissão conforme a função exigida. Nesse caso, era ajudado por outros.

5.2.7 – O Condutor no trem

O trem no Brasil inicia-se a partir de 1835 com a promulgação da autorização e apoio do governo a empresas para a construção das primeiras linhas férreas ligando às províncias do Rio de Janeiro as províncias da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo inaugurada a primeira linha férrea a partir da estação Mauá em 1854. Segundo PRADO JUNIOR (1967) “o progresso da técnica moderna” como o trem de ferro desde o século XIX, favoreceu o desenvolvimento e foi indispensável ao escoamento de um grande volume produzido no Brasil, tal como pode ser observado com a produção do gado para corte. Aos tropeiros, na década de 40, eram permitidos movimentar grandes quantidades de boi por meio de linhas férreas. [E01] relata a utilização da linha férrea. Transportavam bois para frigoríficos do Rio de Janeiro, prática também utilizada por E04 fragmento (110).

Uma função específica aos tropeiros que utilizavam o trem era realizada pelos homens que acompanhavam os animais dentro dos trens. Conforme [E01], “um homem prático”, aquele que sabia conduzir a boiada. Era uma nova profissão que aparece no século XX, com o desenvolvimento tecnológico.

[060] No trem, tinha que ter um condutor, um condutor, um homem já prático que já ia num trem. Ficava ali já separado para conduzir a boiada, porque, às vezes, o boi deita, e os outros ficam pisando nele. Então, quando o trem parava, ele ia com uma vara de ferrão, olhar de carro em carro o boi que tava deitado, para levantar aquele boi. Ia com aquela função. Ele tinha trato, ele sabia como fazer no caminho. Então, era o homem que tinha prática [E01].

Enfim, na organização do trabalho existiam funções diferenciadas. As tarefas de coordenação eram voltadas para o dono da tropa, o capataz, o ponteiro e, em algumas situações, ao arrieiro. Observou-se que as funções variavam conforme o tamanho da tropa. Assim, em tropas de bois

geralmente maiores, eram organizadas por meio de uma melhor divisão das tarefas. O tocador, o cozinheiro, o culateiro e o condutor de trem eram empregados com responsabilidades restritas as suas funções e eram importantes para a operação das viagens. Estas últimas funções eram também exercidas pelo dono de tropa e ou pelo capataz em tropas menores, geralmente, de burros que eram comercializados ou serviam para transportar mercadorias.

6 - OS CAMINHOS COTIDIANOS: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DO FAZER PROFISSIONAL

Na composição do trabalho tropeiro, inicia-se esta seção com a análise das práticas estratégicas e das táticas associados aos tropeiros. As estratégias serão aquelas relacionadas às práticas tidas como próprias (CERTEAU, 1994). Nesse caso, as práticas comerciais, compreendendo aquelas comuns ao comércio, como comprar mais barato e saber negociar. Já as táticas são aquelas que se fazem no lugar das estratégias, como as comerciais, ou seja, marcam e constroem as estratégias, tipificando-as, como as dos tropeiros inerentes às estratégias de comprar.

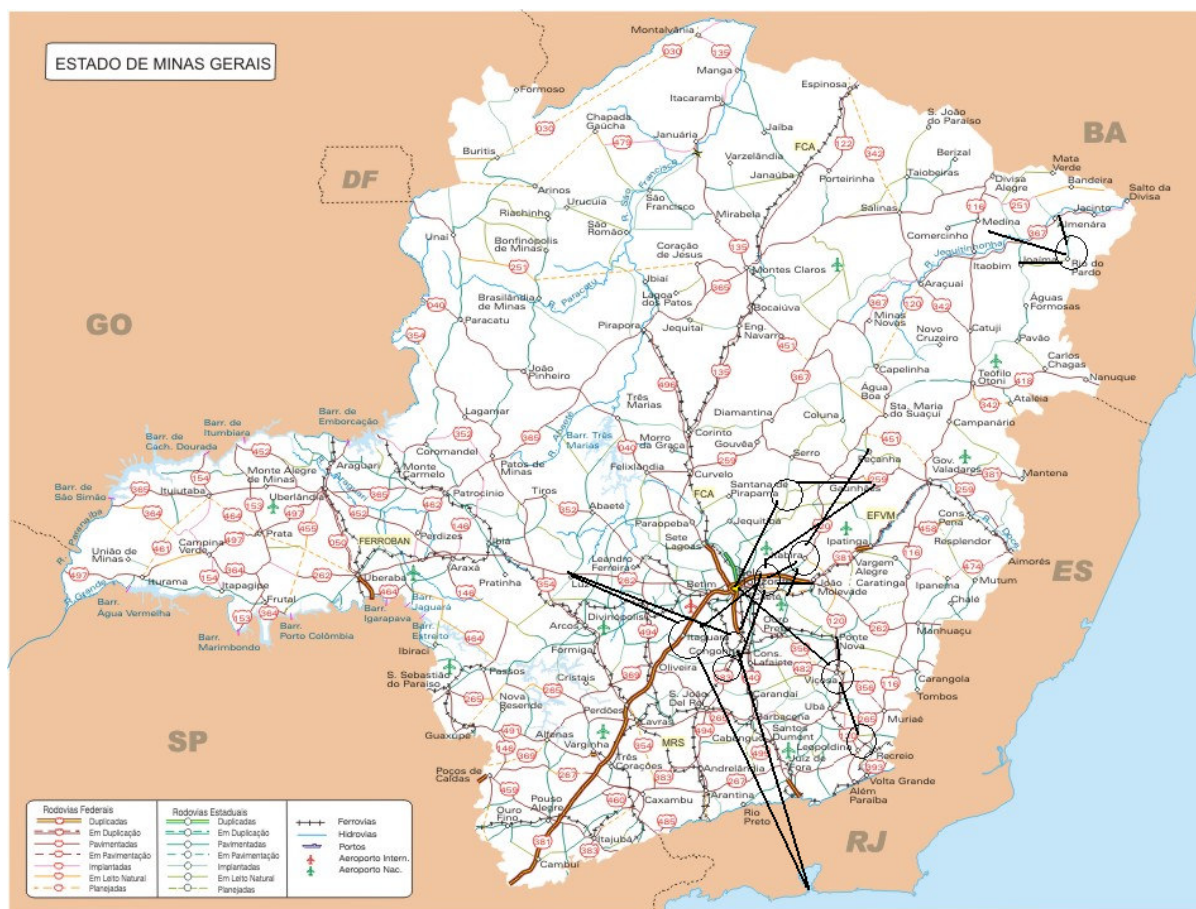


Figura 16- As principais rotas dos tropeiros pesquisados

A organização das viagens, para o tropeiro [E04], era planejada conforme contatos realizados por meio de telégrafos. A partir daí, iniciava-se a preparação para a viagem, compreendendo o transporte dos animais, as negociações de compra, e a contratação dos vaqueiros. Esses fatos seguiam uma sequência na qual um plano de ações previamente racionalizado tornava o empreendimento viável em seu cotidiano de comprar, viajar e vender.

[061] Pra ir buscar... A comitiva é o seguinte: se você recebia a oferta de um gado ou se você telegrafava perguntando se tinha pra vender, então era confirmado. A primeira coisa que você fazia era... a tropa estava sempre nos pastos à toa, entendeu, engordando. Trazia pro curral, tosava a tropa e ferrava. Oito, dez dias antes de você viajar, você tinha que ferrar a tropa, porque, se não, você podia picar um burro e no dia de você sair aquele burro não podia viajar. O cravo podia estragar o pé do burro e o burro podia... Então, você cuidava disso uns dez dias antes, entendeu? [...] E nesse intervalo você ia lá e comprava a boiada. E você já deixava os vaqueiros aqui tudo palavreado. Uma hora você vinha com os... reunir os vaqueiros e falava :“ Olha, nós vamos viajar tal dia”. Outra hora, estava lá inteirando a compra de boi e telegrafava, e a comitiva ia [E04].

As tropas, muitas vezes, dirigiam-se a regiões distantes ou mais próximas, conforme a necessidade, a fim de engordar a “bezerrada”, uma estratégia para estes negócios. De Santa Luzia, por exemplo, buscava-se boi em Guanhães, regiões que, a cavalo, eram consideradas distantes como sugere o explícito “*mais longe*”.

[062] **Mais longe** que eu busquei boi foi aqui em... Guanhães. Fui, a cavalo, Fazenda da Ponte, pra baixo de Bom Jesus do Amparo. Lá, nós buscava sempre e levava a “bezerrada” pra lá.. Então, nós levava um tanto de bezerro, bezerrada pra lá pra engordar [...] Aí, ficava uns vinte dias, vinte e tantos dias...[E07].

Muito embora as viagens tivessem suas particularidades e motivos, as rotas e os caminhos eram parte das táticas do cotidiano, a fim de constituir a estratégia de vender e comprar. Assim, as viagens eram sujeitas a certas sazonalidades da demanda. Conforme revela o fragmento abaixo [063] as viagens eram mediada, para [E01], pela necessidade de cuidar do estoques (a criação de boi para engordar).

[063] [Aí o senhor não falou que ia umas duas ou três vezes. O senhor falou que já vendia pro Rio?] os bois já gordo. [E aí neste intervalo entre vender os bois pro Rio e fazer outra viagem?] Aí cuidava dos que estavam aqui...é ficava cuidando dos que estavam aqui no pasto [E01].

Outra parte do processo administrativo da tropa envolvia a organização dos provimentos para as viagens, ou seja, a melhor forma de planejar a logística da tropa, o tipo de alimento, os momentos de abastecimento, enfim, os saberes que poderiam ser simplificados diante das formas organizadas permitidas à administração contemporânea, mas que, em certo sentido, fazem parte dos princípios que guiam a racionalização de práticas mais sofisticadas da administração.

[064] É a comida. Quando saía daqui, o cargueiro era lotado. Você lotava com o que você tinha em casa: arroz, feijão, farinha, toucinho, um pedaço de carne. A carne não podia ser muita, porque na época perdia, mas era salgada. Dava pra você comer

uma porção de dias, entendeu? Agora, à medida que você viajava, aquilo ia esgotando. Então o cargueiro, o encarregado da comitiva, do burro, da cozinha falava: “Olha, está faltando feijão”. Então, ele parava na próxima venda e comprava dez quilos de feijão. Não podia comprar muito, porque senão pesava muito para o burro. E ia comprando a miúdo, pouco e sempre, pra poder não forçar o burro. É, um só carregava tudo. Devia carregar oito arrobas tranquilo. É, cento e vinte quilos kg. [E04].

Uma prática organizada consistia na determinação de quantos bois deveriam ser de responsabilidade de cada boiadeiro. A divisão do trabalho, tal como relatada por [E01] e [E04], fazia parte do arcabouço do entendimento sobre a idealização das práticas de trabalho. Essa forma, na visão deles, era a mais adequada, a partir de vivências, tradições e conhecimentos repassados e repensados que faziam a administração daquela atividade naquele momento. A expressão “*tinha que ter*” pressupõe a idealização da prática de escolher um número adequado de bois para cada homem da tropa.

[065] Era à base de uma pessoa pra cada oitenta bois fazendo um calculo assim de uma pessoa para cada oitenta bois. [E01].

[066] A comitiva era composta de homens de acordo com a quantidade de bois que você trazia. Se você trouxesse trezentos bois, era uma faixa de cinquenta bois por cada homem, seis homens. Se tivesse quatrocentos bois, você **tinha que ter** oito homens, entendeu? [E04]

Havia um “*saber*” para organizar as viagens. Tempos de marchas, distâncias, tudo deveria ser pensado. Conforme [E07] reconta, eram necessárias estratégias de tempo, isto é, formas organizadas de trabalho planejadas ao longo da experiência com os animais, na qual havia preocupações com atoleiros, para não judiar dos animais e não atrapalhar a sua precificação, conforme o fragmento discursivo de [E03].

[067] A viagem se você fizer, assim, oito quilômetros no primeiro dia, no terceiro dia você não podia fazer isso mais porque o gado não andava, ia pesando, ia só diminuindo o tanto de andar. E não judiar, pra perder peso. Tinha que ficar de acordo conforme eles queria: seis marchas. Costuma dar mais de seis marchas, também, dependendo do gado. Marcha que rendia mais é “bezerrada”. O bicho

emagrece. [...] Meu horário de sair era, no máximo, sete horas do pouso. E pra lá não tinha hora; era a hora que chegar no pouso, né, porque tinha pouso mais longe que outro. Andar por dia, quer ver. Na base de uns quinze quilômetros, Assim mesmo no fim não dava não, Por fim nós passava com dez, nessa faixa, porque vai diminuindo [E07].

[068] Eles fazia marcha mais pequena pra tropa agüenta. Porque, se cê fosse puxá a viagem duma vez, o burro num ia agüenta, não. De acordo com a distância, você tinha que colocar também as carga, você tinha que constar as carga média pro burro aguentá a fazê aquela viagem. Igual cê andá aí com a tropa carregada, anda hoje, por exemplo, uns quatorze quilômetro. Amanhã cê anda só uns dez quilômetro, mais ou menos. Depois de amanhã, cê anda só uns cinco quilômetro. Depois, cê anda mais uns dois. [E03].

Os tempos de viagem eram, conforme indica o fragmento [069], uma forma racionalizada para o planejamento dos tempos. Contudo, existiam imprevistos que tornavam o planejamento não muito exato, conforme o explícito “*era muito variado*”

[069] A gente gastava vinte dias. [...] É, pra ir pra lá gastava dez dias, oito, dez dias. porque você ia só com a comitiva. Agora, pra voltar, não, pra voltar você tinha dia que andava dezoito quilômetros. Outro dia, você andava vinte, Outro dia você não andava quase nada, porque dava um defeito qualquer, você tinha que acertar aquilo. Então **era muito variado** [E04].

Fatos da memória das viagens insurgem no percurso dessas lembranças. Havia a época de comprar o boi e, após isso, aguardar para engordá-los para vendê-los. Comprovam isso as narrativas de acontecimentos que remetem a uma memória de [E04] do cotidiano, das paisagens e de eventos que reconstroem a vida cotidiana. São fatos do passado, como o da vegetação chamada “capim meloso”, que fazem parte da racionalização do tempo de engordar e de vender o gado. Isso é um cotidiano que faz da profissão parte da vida e da vida parte da profissão, uma observação do cotidiano que constrói as experiências agradáveis, que rememoram as experiências de vida que também eram profissionais. A identificação com a profissão é ou pode ser passada por fatos do cotidiano que geram situações agradáveis e ou desagradáveis.

[070] O boi perdia peso, mas acontece que quando chegava aqui os pastos estavam dessa altura. Você vendia uma boiada em novembro, dezembro. E setembro outubro e novembro era a ordem de você vender as boiadas. E os pastos ficavam à toa janeiro, fevereiro e março. Às vezes, até mais. Naquela época era meloso. O vento

dava no meloso que o **meloso**¹⁷ deitava assim, e era um panorama agradabilíssimo. Meloso maduro, sabe? Vermelhinho, Ventava assim Você impressionava de ver aquelas ondas afora. **Hoje você não vê isso mais.** Acabou. [E04].

Outras formas de planejar que também se mesclam ao ato de organizar surgiam ao longo da viagem, tais como as relativas aos pousos, aos pastos e às práticas de comandar, como contar, utilizar som, organizar vaqueiros e negociar. Os pousos eram situações que demandavam estratégias relativas à acomodação das mercadorias e dos tropeiros durante a noite, que eram importantes para a gestão dos negócios. Muitas eram as dificuldades relatadas para se conseguir pastos e pousos. Nesse sentido, havia práticas, conforme a relatada no fragmento abaixo [071] na qual [E04] explicita que alguns tropeiros, aproveitando-se das relações de confiança, apresentam ao dono do pasto um número de bois diferente da realidade para que o preço (pago por animal) fosse menor. A tal prática [E04] se contrapõe, adjetivando os tropeiros que as exerciam como “*chinfrim*”. Em outra situação, narrada no fragmento [072], um tropeiro fingia-se de doente para conseguir conseguir ficar em um pasto sem pagar.

[071] Aí, você arrumava o pouso e dava o número de boi pro fazendeiro, pro homem que está aqui arrumando o pouso. No dia seguinte, você pagava. É... dez centavos, vinte centavos de réis. Naquele tempo era réis. Dez réis, vinte réis, e **você pagava por boi**. E tinha boiadeiro. que. dava o número errado, contava trezentos, quatrocentos bois, e falava assim: “Estou com trezentos bois”. Nunca fiz isso. Toda vida teve uns **chinfrim** (E04).

[072] Eu sei que uma vez tinha um homem muito esperto. Eu sei que a gente parava. Ele era um verdadeiro artista. E nos parava num pasto bom para fazer um almoço, e vinha um homem de galope lá. Era o dono, que vinha botar pra fora. Mas ali ele estava se contorcendo numa dor enorme. Aí, o coitado do fazendeiro ficava preocupado com aquilo e ia correndo caçar remédio e buscar remédio para ele. E ele tinha que beber o remédio, e tudo era fingido. E ele fingia que tava passando mal, e o fazendeiro ficava com pena dele e voltava em casa para trazer remédio pra ele. E cobria para ele tava são. Quando ele estava, voltava de lá pra cá. Ele já tava deitado de lá, fingindo de ruim. Ali até que ele tomasse aquele remédio, aquela coisa, dava tempo pra nós fazer o almoço pausadamente e a boiada encher a barriga. Ele era um artista. Ele fingia que tava muito ruim mesmo. [E01].

Eram saberes de um planejar do dono da tropa [E04], ou de capatazes, que se estendiam ao praticar a organização e execução das viagens da tropa, como a condução dos bois. Existiam

¹⁷ Capim Gordura (*Melinis minutiflora* P. Beauv).

práticas, como a de contar os bois para saber se havia “*arribada*”, na qual se utilizava o berrante, que gerava expectativas nos boiadeiros, conforme narrada por [E04]. “*Meio tenro*” era um ritual que determinava que os boiadeiros deveria se aproximar do tropeiro que guiava tropa para aguardar instruções sobre quando procurar bois para buscar em arribada (bois perdidos), conforme subtendido ao trecho “*voltando pra trás, pro lado da gente*”, ritual que auxilia a coordenação da tropa. Nesse sentido, pode-se pressupor que havia uma situação já previamente definida, treinada, que auxiliava a condução mais eficiente da tropa.

[073] Era a peça mais importante. Agora, os outros, cada um tinha o seu trecho. Tinha o seu trecho, um lote de boi. Acompanhava um lote de boi, o outro acompanhava outro lote de boi, sempre nas laterais. A tendência do boi é sempre puxando pra baixo. Quando a posição que a gente virava, o vaqueiro também virava pra não deixar o boi abrir. O boi era mais ou menos equilibrado pra ele andar na estrada. Nos primeiros dias era difícil. A boiada não estava acostumada. Mas depois que a boiada trabalhava aí dois, três, quatro dias, era a boiada. E a culatra sempre atrasava que os bois mais cansados ficavam atrás da culatra. O ponteiro parava a boiada num lugar adequado até a culatra chegar. Quando a culatra chegava, ele dava um [...] estava chegando. Às vezes, ele dava um toque no berrante, você já sabia o que que ele queria. É porque ia contar o gado. Passava a porteira, você ia contar, porque estava saindo de um cerrado, de um lugar sujo. Você não sabia se ficou boi ali ou não. [E04].

[074] Quando acabava de contar, eles ficavam tudo na **expectativa** de estar faltando, de não estar faltando. Aí, acabava de contar, tirava o chapéu da cabeça todo mundo alegre, porque não estava faltando nada. [...] Agora, se você mantinha ali **meio tenso** ali, ele já estava... ia juntando, **voltando pra trás, pro lado da gente**, pra saber o que que tinha acontecido, quantos bois estavam faltando. Às vezes faltava um, dois, três, quatro bois. Você determinava pra um, dois, três peões pra poder pegar esses bois, e a boiada seguia. [E04].

Os tropeiros apresentavam táticas e estratégias nos cotidianos que, por meio de temas explanados neste capítulo, compõem os discursos que dão forma aos atos de fazer os negócios pelos tropeiros. Nessa pesquisa, foram discutidas por intermédio da análise das táticas e estratégias. Uma das estratégias dos negócios consistia no ato de comprar.

6.1 As estratégias de comprar

Pela característica comercial da atividade tropeira, as compras eram referenciadas sendo parte do composto de estratégias pertinentes às gestões tropeiras analisadas. O ato de comprar era um momento para praticar ações que particularizavam as sobrevivências dos negócios a partir de peculiares práticas e situações vivenciadas pelos indivíduos pesquisados. [E01] ressalta que o esforço para viajar grandes distâncias justificar-se-ia pela possibilidade de comprar mais barato nas “*regiões de produção*”. Ele explicita que em regiões distantes onde se criavam muitos bois e havia um baixo consumo a oferta tornava-se maior que a procura, incorrendo em preços mais baratos ao comprador. Uma vez que a demanda era baixa, pois a comercialização ficava longe das regiões de consumo, comprar bois nesses locais era mais barato. [E04] utilizava a mesma estratégia de adquirir animais em localidades distantes de onde morava.

Para os casos da criação de bois a partir de seu criatório, [E04] utilizava o trem de ferro para levar a carga de bois até as regiões onde os frigoríficos se encontravam no Rio de Janeiro. Os boiadeiros [E01] e [E04] faziam a logística do seu comércio também por meio do trem de ferro. [E04] usava o telégrafo para solicitar a vinda de uma composição para buscar os bois. Compradores regulares, como os frigoríficos, também utilizavam o telégrafo para encomendar suas demandas. Para esses dois tropeiros, com base nos fragmentos [075] [076] discursivo abaixo, o comércio praticado por eles era fundamentado em relações regulares de fidelidade comercial entre os frigoríficos e os boiadeiros. Subentende-se essa fidelidade pelo trecho “*Ele comprava, e a comitiva ia buscar*”. Havia, portanto, a prática da encomenda pressuposta pelo sentido de continuidade nos trechos abaixo.

[075] A gente comprava mais longe, porque o gado era mais barato. Então, quanto mais longe dos meios de transporte de consumo, o preço ia caindo à medida que ia aumentando a distância. Não porque ali era a região de produção. A gente ia ali na região de produção: Dores do Indaiá, Abaeté, Tiros, naquela região mais ou menos, João Pinheiro, que era mais longe, agente trazia a boiada [E01].

[076] Ele ia e comprava. Ele comprava... [...] **ele telegrafava perguntando se tinha pra vender. Ele comprava, e a comitiva ia buscar.** [...] Comprava em Bom Despacho, Luz, Dores do Indaiá, Santo Antônio do Monte, Aparecida. Essa região toda eu conheço a cavalo. [E04].

[077] Ia. Mas a comitiva já ia. A pessoa ia na frente. Mas, quando ele saía, a comitiva já estava saindo também. E até que a comitiva chegasse lá, já tava tudo certo. A comitiva chegava e já pegava a boiada e já vinha de longe [E01].

Uma das estratégias voltadas para a compra de boi, citada por [E01], referia-se à compra da boiada para ficar no pasto. A fala pressupõe que esses bois eram mais baratos, e por isso eram comprados até que a capacidade da fazenda de manter estoques de bois fosse suprida. O implícito “*Um número suficiente que a nossa invernada suportava*” pressupõe que quando não se podiam estocar mais bois. [E01] explica que comprava boi “*gordo*” para vender mais rapidamente “*e já ia embora direto*”. Essa prática diferenciava o ato de comprar a partir da disponibilidade do boiadeiro para armazenar. Assim sendo, analisava bois e bezerros, buscando características como “*caixa do boi, tamanho*”, que permitiria ao boi ganhar peso para ser vendido posteriormente.

[078] A boiada que a gente comprava pra pasto, **Um número suficiente que a nossa invernada suportava** Aquilo a gente botava no nosso pasto [...] A gente continuava com ela comprando as boiada gorda. Chegava **e já ia embora direto**. chegava e já embarcava. [...] Bom, a gente tava comprando boiada para pasto. Então, ele olhava era **caixa do boi, tamanho**. Agora, quando comprava boiada gorda para vender, a gente escolhia era boi gordo [E01].

A estratégia de compra citada no fragmento [079] era praticada por [E07] e [E09]. Nos dois casos, pressupõe-se pelo trecho “*eu recrio*” o exercício dessa atividade para vender os animais posteriormente. Há, nesse sentido, uma identidade com a criação, algo que caracterizava esses comerciantes em suas falas. Foi percebido ao longo desta pesquisa, a partir das práticas de criar muare e outros animais sem finalidades comerciais, uma relação aparente de afeto com a atividade, um gosto pela criação de animais. Tal prática corrobora com a estratégia de

comprar bezerros e burros que eram vendidos por menores preços, pois não estavam no tempo ideal para ser comercializado. [E07] tinha como estratégia comprar de pequenos comerciantes, que, como se pressupõe não eram muito procurados para revender animais. Isso taticamente envolvia a estratégia de comprar por preço mais barato, visto que a demanda era esporádica. Justificava-se, também pela distância dos centros de criação para revenda, fato que não permitiria a um pequeno criador deslocar sua pequena quantidade de boi até um centro de consumo. Assim, ficavam, em alguns casos, à mercê de ofertas, situação que foi silenciado, ou vendiam o garrote ou boi magro, situação não muito interessante ao comércio.

[079] A não ser quando nós tava. comprando um tanto de bezerro aqui, uma bezerrada aqui pra ir pra lá, aqui nós juntava bezerro. Até Sete Lagoas nós fomos buscar bezerro... Sete Lagoas, Pedro Leopoldo, Neves, cortava esse lado de cima aí, .perto de Sabará.[...] dos pequenos fazendeiros. Ia juntando. Comprando, comprando aqui, comprava de outro lá, ia trocando tudo que eu achava eu comprava e trazia. **Trazia para engordar lá na...Pra crescer lá...** Juntava aqui. na fazenda aqui. Quando tava na faixa de duzentos, trezentos bezerros, então levava pra Mata. Chegava lá, esperava uns dias, castrava eles tudo e soltava no pasto, pra engordar [E07].

Por outro lado, quando se tratava do comércio de mercadoria, [E05] considerava “*difícil*” manter estoques. O explícito “*entregar mesmo*” sugere que não interessava guardar mercadoria. O motivo para não se armazenar mercadorias, embora silenciado, pode pressupor falta de espaço e necessidade de faturamento, dentre outras razões. Os tropeiros que transportavam mercadoria, aparentemente, não tinham muito capital disponível. Por isso, tornava-se inviável tal prática de estocagem, pois deveriam pagar seus ajudantes e arcar com os custos de tratamento dos animais, dentre outros. Para esses tropeiros, quanto mais rápido comercializassem suas mercadorias, mais capital de giro haveria para financiar novas viagens e sustentar sua sobrevivência. A estocagem de mercadoria implicaria um comércio fixo, como uma venda, loja, etc. Diferentemente daqueles que não comercializavam animais, a prática de estocar era mais viável como estratégia de compra, pois pela criação poder-se-ia adquirir maiores lucros, ainda que incorressem em mais custos. Para [E05], café e pinga eram

mercadorias já produzidas pela família do tropeiro. Nesse sentido, a estocagem era plausível de acontecer, uma vez que o escoamento da produção poderia não ser tão eficiente em relação à quantidade produzida. Da mesma forma, aqueles que já criavam bois ou burros tinham estoques que também se faziam necessários à atividade.

[080] O estoque que eu já cheguei a ter era mesmo pinga e café. Que nossa família tinha. O resto você já trazia pra entregar mesmo [E05].

Uma característica dos comércios tropeiros era a disponibilidade de criar relações comerciais em qualquer local ou tempo em que houvesse interesse. Essa flexibilidade acarretava uma atividade comercial efetuada sem arranjos físicos, como uma loja, que permitia alternativas de comércio em distintas situações. Nesses casos, quando ocorria o interesse, acontecia a prática de negociar, ofertar. Ocorria, então, a “*barganha*”. Os negócios ocorriam em qualquer lugar e momento. Pelo explícito na fala de [E05] “*não tinha lugar, não*”, subte-se que os tropeiros, como qualquer trabalhador que vivia do comércio, precisavam ter um fluxo de caixa, sem se arraigar às criações ou mercadores. Entretanto, em grande parte das falas, frequentemente, percebem-se relatos da memória sobre animais que acompanhavam a atividade de alguns tropeiros e não eram comercializados. Porém, a motivação para comerciar era forte, conforme o explícito: “*às vezes, você estava com um burro, mas você via outro na tropa do outro, Você gostava, ele gostava do seu, arrematava, fazendo barganha*”. Eram táticas do cotidiano que favoreceriam as atividades dos tropeiros.

[081] Animal, a gente negociava na estrada, negociava em casa. Isso **não tinha lugar, não**. porque naquele tempo se você visse um burro bom, você vivia, vivia mais... era muito **barganha**. Comprava também... naquele tempo... porque, **às vezes, você estava com um burro, mas você via outro na tropa do outro. Você gostava, ele gostava do seu, arrematava, fazendo berganha** [E05].

Pelo fragmento discursivo de [E08] pode-se observar que esses tropeiros negociavam tudo que fosse possível, nos limites do crédito permitido, subentendido pelo termo “*dar sem nenhum tostão*”: artefatos, animais, mercadorias, tudo que permitisse o comércio feito nas condições de tropa ou boiadas, conforme explicitam [E08] e [E11]. Diante da oferta de mercadorias, pressuposto pelo termo “*um faturão danado*”, o aumento na rotatividade das mercadorias era uma estratégia viável. [E11] tinha como estratégia vender o maior número de bois possível. Para isso, comprava o maior número de animais que conseguia, pois, assim como a oferta, existiam demandas como a citada a partir do personagem “*ele*”, um comprador que arrematava todos os bois que eram possíveis. [E12] diversificava suas compras para poder revender conforme as demandas. Como tática, buscavam negociar, conforme a oportunidade, mercadorias que poderiam ser interessantes de serem ofertadas [E08] e faziam contatos com grandes compradores (E11).

[082] Cruzava. E com que eu costumava comprar o gado todo e sem nem um tostão dava. Negociava também: cavalo, sela, tudo, charrete trocava e depois passava pra charrete também com cavalo e tudo. E negociava. [E08].

[083] Ele comprava muito e matava boi. Ele comprava o que os boiadeiros dele, [...] às vezes, eles vinham comprar a boiada deles aqui também no Rubim. Os boiadeiros daqui que levassem gado pra lá, que chegassem lá e combinassem de preço mais ele, ele comprava tudo. Ele matava muito gado [E11]

[084] Aí, é o fumo de rolo, fumo de rolo. Aí, vinha também, vinha também. Aí, já comrei muito fumo também e já vendi também. [...] A gente levava daqui era feijão, carne, requeijão, queijo. A gente levava também pra vender lá. Era tudo bem vendido. É, aqui no Rubim e nessas fazendas pra ali a gente comprava. Nesse tempo **era um faturão danado**. Tinha fazendeiro que vendia cinquenta, sessenta quilos de requeijão pra gente [E12].

Contudo, algumas compras e vendas eram mais estruturadas, na medida em que eram encomendadas. Essas relações comerciais caracterizavam o comércio tropeiro como um comércio em que se agregava ao produto o serviço de transporte, como o fragmento de [E06], um comércio ambulante, como as oportunidades de negociar de [E08]. Assim, surgia também

um comércio alternado, ora estruturado por uma relação de compra e venda mais fixa, ora ambulante, sem vínculos, em que o comprador vendia conforme explicito na fala de [E11]. Quando não havia encomendas, a tática era comercializar as mercadorias compradas quando e onde fosse possível, conforme explicitado no trecho de [E11].

[085] Essa compra que eu fazia eu tinha que fazer a entrega **pra um comprador de Ubá**. É, mas entregava em Divino Neves. Aí, levava essas coisas tudo pra Divino Neves. [E06].

[086] Tinha hora que já trazia as coisas de encomenda. A pessoa já dava a encomenda pra gente trazer. Outra hora a gente já trazia para chegar assim e revender. Mas muitas coisas a gente já levava de encomenda. Já trazia. Era só chegar e entregar. Quando não levava encomenda, a gente comprava e carregava a tropa e saía vendendo nos comércios e nas fazendas [E11].

[E06] explicita uma oportunidade encontrada na dificuldade de escoar a produção. No trecho “*fazia dó*”, pressupõe uma sensibilização em relação ao trabalho dos contrerrôneos e, paralelamente, uma oportunidade de negócio, que era aproveitada pelos tropeiros que comercializavam mercadorias que não tinham fácil escoamento para o comércio. O [E12] cita “*ganhar um dinheirinho*”, sugerindo, o lucro que conseguia ao comercializar esses tipos de produtos. Pode-se observar, a partir do fragmento [088] que o tropeiro [E12] conseguia preços melhores que os comerciantes fixos. O qual não teriam o costume de comprar de pequenos comerciantes. Assim, eles juntavam suas mercadorias com a finalidade de ofertá-las aos comerciantes ambulantes, como os tropeiros. Havia, pois, uma relação comercial favorável aos dois negociantes. De um lado, o pequeno comerciante não conseguia escoar sua pequena produção; de outro, o comprador tropeiro obtinha preços mais baratos, uma vez que era um dos poucos compradores.

[087] Porque quando acabava a parte da direita do rio, a gente saltava Aí, comprava de outro lado. Fazenda de Bananeiras, Boa Esperança, uma banda que produzia muito. É. Produz até hoje, mas naquele tempo era uma coisa **que fazia dó** você ver de feijão perder (E06)

[088] Ia juntando, e nós, como não tínhamos comércio, a gente chegava pra comprar. Eles ficavam muito alegres e vendiam de bom preço, que dava pra gente **ganhar um dinheirinho** [E12].

Uma das estratégias de compra voltada para adquirir preços melhores era baseada na antecipação da oferta de comprar em relação a outros comerciantes. Aproveitava-se a oportunidade: “*pegava um preço melhor, quem chegava primeiro*”, conforme explícito por [E09] ao relatar uma das táticas do “*gerente da tropa*”, tal como adiantar-se em relação a sua tropa para poder comprar antes de outros concorrentes. Essa prática demandava uma rápida movimentação dos animais. O trecho “*tá com uma criação, aí você compra e vai tocando a outra*”, sugere que a venda dos animais deveria ocorrer para que se pudessem aproveitar novas oportunidades de negócios que iriam surgindo. [E10] também explicita o tema da concorrência e apresenta as táticas citadas por [E08] e [E09] para se obter vantagem sobre a concorrência. Acrescenta táticas consideradas por ele como desleais, implícitas ao citado ato de “*piar animais*”, afastá-lo da tropa com a finalidade de atrasar os concorrentes aos novos negócios.

[089] Aí era o encarregado, o gerente, que, normalmente, era o dono dos animais que comprava, que vendia, que articulava os negócios. Quando era época de crise, de muita concorrência, muitas vezes, esse gerente, quando faltava, duas ou três marchas, duas ou três léguas, que naquele tempo era doze, quinze, vinte quilômetros, você montava num animal, que normalmente a gente levava um animal arreado com sela e ia na frente, já pra articular o negócio e tal. Pegar muitos, **às vezes pegaria um preço melhor quem chegava primeiro**. Então tudo isso fazia parte da função do gerente ou dono dos animais da tropa [E09].

[090] você chega lá primeiro, **tá com uma criação, aí você compra e vai tocando a outra troca** [E08].

[091] concorrência sempre houve em todo comércio. E existia pessoas, muitos que atravessavam negócio. Tinha pessoas que saíam três dias antes da gente chegar no ponto final de vender a mercadoria e já tinha um que tinha chegado lá e contratado tudo o que ele estava levando e vendia pra pegar o melhor preço, pra poder passar o outro pra trás. Tinha muita gente que eles falavam até que faziam armações nas viagens: você tinha um animal que era fujão, você chegava no ponto e piava aquele animal [E10].

Outra prática encontrada a partir do tema da concorrência refere-se à tática de comprar mercadorias da concorrência. Em alguns casos, compravam-se os burros dos concorrentes para diminuir a oferta, de modo a poder vender os próprios burros mais caros, conforme explicitado no fragmento [092].

Retirar a oferta de burros baratos do mercado era uma prática presente na memória desse tropeiro. Pressupõe uma tática do negócio na qual o ambiente é analisado, e nesse caso procurou-se interferir nesse ambiente. A “*expressão encravando na roda*” sugere essa percepção do mercado. [E08] e seu companheiro estava à mercê do comércio barato de animais. “Encravados” seriam os narradores e a roda refere-se ao comércio ao qual eles estavam se sujeitando, com uma baixa lucratividade. A ação “*vai lá e compra eles pra nós*” pressupõe a interferência no mercado.

[092] Porque quando você sai assim, você destina a fazer negócio. Então, eu me lembro de uma passagem que eu vou até te contar a história. Cheguei lá em Cemitério do Peixe, e tinha um contrêrrâneo daqui, daqui de perto, que levou uns burros, e chegou um outro meu amigo também que tinha levado uns, e virou, e falou pra mim assim: Olha R, nós estamos **encravados na roda**. “Aquele nosso amigo, o Tobias (que era o nome dele), está vendendo uns burros baratos por ali que só você vendo e vai atrapalhar pra nós”. Eu fui e falei pra ele: “Vai lá e compra eles pra nós”. Porque não deixa ele. Pôr o mercado mais baixo” Aí, ele voltou pra lá pra fazer isso que eu pedi a ele: pra comprar pra nós. Quando ele chegou lá, o sujeito virou pra ele... “ah, eu não sei de nada. A canarinha do homem já está no bolso. Já tinha vendido. Nós estamos na terra de burro barato, e não deixa de atrapalhar, você sabe que tem mais barato. Você vai procurar o mais acessível [E09].

Nesse sentido, a estratégia seria orientada para a compra mais barata, uma prerrogativa dos comerciantes que é evidenciada por táticas tropeiras como: comprar em locais com pouca demanda; beneficiar os produtos, como a recriação de animais; e, a negociação flexível em relação ao tempo e ao espaço. No que se refere às estratégias de diversificação de mercadorias para oferecer ao mercado conforme as oportunidades de negócios surgiam surgiam às táticas de comprar diferentes tipos de produtos. Isso dependia da demanda, da oferta de mercadorias

e do interesse de grandes consumidores. Utilizavam diferentes fornecedores de mercadorias e animais, agenciavam pequenos produtores para efetuar o comércio em momentos pré determinados. Como estratégias de compras em relação à concorrência, surgiam às táticas de adiantar-se em relação a ela, para obter as ofertas mais baratas e revender as mercadorias rapidamente a fim de realizar os melhores negócios e atrapalhar a viagem de outros tropeiros, desviando animais dos outros. Para evitar despesas, não utilizavam estratégia de estocagem, a não ser que produzissem ou criassem os produtos que venderiam.

6.2. Estratégias de vender

O ato de vender, para os tropeiros, era uma situação que incorriam em riscos ao capital investido nas compras. Associadas ao fato de muitas vendas acontecerem a prazo, algumas estratégias de vendas eram adotadas. Nesse sentido, a venda em alguns casos era referenciada por meio de “*conversas com outros*”. Havia o que poderia denominar “relações fidelizadas de venda”. Quando a venda era indicada por contatos dos tropeiros, formavam-se relações comerciais regulares, de forma a diminuir o risco de vender. O explícito “*ele é um bom comprador*” pressupõe a indicação a novos comerciantes. Pagar “*direitinho*” era uma informação importante aos comércios. A referência é apresentada por [E13] ao inserir a fala de um conhecido (J.), que, por sua vez, indicava um possível comprador de café.

[093] É por meio mesmo de. conversa com outros. De Paula Cândido, Aí eles informavam: Fulano, lá em Divino Neves tem o Z. Ele é de Ubá, mas ele é um bom comprador... Mesmo Paula Cândido, tinha comprador bom. Ubá, passava dentro de Paula Cândido. Chegou, entregou. O meu comprador era um tal de Z. Ele era um freguês meu que comprava e pagava direito [E6].

[094] Tinha os D. lá no sertão...R2. Tinha aí mesmo esses frigoríficos de Minas. O meu pai mesmo. Aqui era assim. Quando descia o pequiseiro no Monjolos aí, lá no Monjolos a gente já começava a vender carga de café. Eles compravam as cargas. A partir de uma determinada distância, aí já começava a vender. Mas resolvia mesmo era Curvelo. É que o que resolvia no final era Curvelo, Corinto. É os dois lugares.

Ah, mas ainda no Monjolos não digo da ribanceira não, mas com Monjolos: Lá no... J. falou assim “Ô, A, tem aquele homem ali que tem aquele bar ali, compra muito café. Compra nessa faixa de uma carga de café. Duas, até três cargas ele comprou na minha mão”. Eu falei assim: “Então, vamos lá, uai. Nós descansamos um bocadinho desses burros” [E13].

Para [E09], os contatos influenciavam a estratégia de definição das rotas. Ele se pautava em informações colhidas durante as viagens. “*Olha em tal lugar assim, é bom pra você vender. Vai lá que isso acontecia*” sugere que havia uma relação de confiança nas indicações, algo que caracterizava muitos negócios tropeiros, as condições de ajuda mútua, tais como notícias sobre compradores e rotas. Esse fato era tático para a estratégia de vender a conhecidos, a fim de diminuir os riscos. Uma vez que havia consideráveis esforços no transporte de até 50 burros, voltar sem vendê-los era um risco à continuidade desse tipo de negócio.

[095] Aí, eu vendia um aqui, outro ali, e assim você ia. [...] está acontecendo isso. Eh, talvez em algum lugar noticiava o que eu falei, o que eu falei os burros: “**Olha, em tal lugar assim. É bom pra você vender. Vai lá que isso acontecia.**” Numa região, você está aqui, um fala: “Olha, você vai em tal parte assim e assim que lá é bom pra você vender” [...] Por exemplo, a primeira vez que eu fui a Conselheiro Mata eu vendi bastante lá. Eu vendi mais de vinte burros lá. Cheguei lá e vendi. A gente saía era com uma média. Não passava de cinquenta. Não podia, porque sair carregando burro demais também você tem dificuldade até pra passar, arrumar pasto, né? A média mais, mais divulgada que a gente vendia era quarenta quarenta dois, trinta e oito, nessa faixa. Às vezes voltava algum, mas algumas vezes você voltava sem nada [E09].

Entretanto, [E09] indica que em alguns lugares não existiam muitas referências: “E às vezes você já vai com alguma informação”. A qual a aproximação era facilitada. Havia uma candidatura à oferta, implícito no trecho “*Se candidatava*”. Essa era uma tática para vender sem prévias referências do consumidor. “Candidatar” subentende que se referia à oportunidade de ser um vendedor em que era necessária uma relação de confiança previamente estabelecida por referências, etc. Nesse caso, para [E09], era como uma candidatura, uma forma de oferecer-se ao cargo de vendedor, um cargo de confiança. É silenciada a forma como a candidatura era trabalhada. No entanto, subentende-se pela fala

explicitada que havia certos cuidados no momento da aproximação: “*Olha, estou sabendo que você está precisando de tropa e tal, e eu estou aí com uns burros*”. O verbo “saber” pressupõe uma informação de alguém que conhece o possível comprador dos burros de [E09], trecho da fala que transmitiria uma suposta referência àquele que compra

[096] Geralmente tinha, mas tinha os lugares também que você chegava sem referência. Era muito comum na época a pessoa se interessá e procurá. E, às vezes, você já vai com alguma informação. Você também procura: “*Olha, estou sabendo que você está precisando de tropa e tal, e eu estou aí com uns burros*”. E, às vezes, aparecia até comprador. Você chegava e oferecia para comprar. **Se candidatava** [E9].

[E12] aponta em sua narrativa uma recorrente relação em que a compra em alguns comércios talvez fosse mais comum que a própria venda, implícito pressuposto ao trecho “*a gente precisava interar com o dinheiro que tinha no bolso para aquela mercadoria*”. Em outros comércios, a relação era inversa “*outra hora já recebia de volta. Mercadoria dava menos que o carregio que a gente levou*”. Essa relação frequente com os mesmos comerciantes auxiliava à atividade tropeira, no sentido em que se diminuía a necessidade de deslocamento pelas fazendas à procura de mercadorias para comprar e ou vender. Era uma tática de comércio que implicava menores custos de deslocamento, inerentes às práticas de vender e comprar.

[097] Trocava. A gente entregava aquele carregio, e eles entregavam um outro carregio que a gente precisava dos armazéns. Esse dono de armazém, mesmo, João, ele chamava João, morava em Itapetinga, e ali mesmo chegava e não fazia nem preço lá chegando, derrubava lá, jogava a mercadoria dentro do armazém dele. Aí, agora, ia pesar, tirar a conta. Aí, agora, você dava a lista do que você queria. Era tantos sacos de açúcar, tantos sacos de sal, tantas latas de querosene, ferradura e outras coisas mais. Você dava a lista. Quem fosse mais voltava o dia. Muitas vezes, **a gente precisava interar com o dinheiro que tinha no bolso pra aquela mercadoria**. E eu, outra hora já recebia de volta. Mercadoria dava menos que o carregio que a gente levou [E12].

Ainda que existissem relações comerciais constantes, em algumas situações o tropeiro não conseguia manter sua venda por desacordo no preço ou qualidade da mercadoria. Então, adotava algumas táticas para conseguir escoar suas mercadorias e ou animais. Nesses casos,

deveria criar uma alternativa, providenciar outro comprador [E06], ou dirigir-se a regiões mais distantes para vender a bazares, como explícito por [E10], ou procurar compradores específicos, como o caso de (E11).

[098] [...] teve uma vez que eu trouxe um feijão pra um tal de... E ele não quis... Eu vim com o feijão e ele não quis comprar. Cheguei com a tropa, ele falou assim. “Ah não, seu feijão não está bom. E eu: Uai, “como é que eu vou fazer? Porque você gostava do feijão, e ele está arrumadinho, está mais... feijão sempre dá um... um...” [...] Aí o rapaz ficou pichotando comigo. Eu falei: “Ah, quer saber de uma coisa?” Aí onde é aquela igreja que está aqui, em Viçosa, era um armazém de um tal de Juventino. Aí eu mostrei ele a mercadoria. Ele falou: “Não. Eu fico com o feijão”. Aí entreguei pra ele [E6].

[099] Às vezes, você chegava num ponto determinado lá, não achava quem lhe comprasse todo o carregado que a gente levava, né? Aí, você saía, vendia distante dez quilômetros. O outro vendia, colocava toda a mercadoria que você levava de lá com aqueles. Os fazendeiros lá tinha aqueles depósitos. Uma espécie de bazar e vendiam quase tudo para o trabalhador, que ia trabalhar pra eles lá [E10].

[100] Quando não vendia, descia pra lá. Mas aí, lá nessa fazenda que tinha lá no Rio de Dentro, tinha esse P., que comprava todo tanto de gado que a pessoa levava ele comprava. E tinha um N. também, M. também, que comprava quantidade também. Agora, o P., porque ele tinha charqueada, Sabe, ele matava o gado e fazia a carne de sol pra virar jabar pra exportar. Vendia pra outros lugares [E11].

Para vender por preços que proporcionassem melhores lucros, existiam algumas táticas, como esperar o momento mais adequado para vender, que possibilitasse o lucro ou uma demanda imediata, conforme pressuposto no trecho da conversa de [E10], facilitando a venda. Nesse caso, observa-se a indicação da demanda futura, pelo explícito “*pode ir buscar*”.

[101] Ah, isso a gente não anotava porque a gente sabia o preço que a gente comprava. Chegava num lugar, achava um lucro, vendia, né? Se não achasse o lucro, tinha hora que a gente deixava encostado. Ficava lá no armazém. Às vezes, eu levava um carregado de feijão, igual teve uma vez que eu levei pra Itapetinga. Não vendi. Aí, o dono do armazém falou: “Carrega a tropa, torna voltar, vai buscar mais feijão”. Eu falei: “Uai, mas moço, como é que o feijão já tá ruim aí, não tô vendendo, e eu vou tornar buscar feijão?”. Ele disse: “pode ir buscar”. [E10].

[102] [Aqui na região passava tropas de outros lugares?] Raramente, mas costumava passar. Mas raro. Porque era uma região de tropa da região. Então o muladeiro não vai vender tropa onde tem tropa. Ele vai vender o da escassez de tropa. Aqui sempre teve muita tropa. Não é tropa de primeira, mas é uma tropa. Essa tropa de serviço aqui sempre existiu bastante. Tinha vários criadores [E09].

De acordo com a demanda da região e o tipo de produto ofertado, o preço era a prerrogativa para “*idear*”, racionalizar, os planos de ação para venda de toda a mercadoria que transportavam. Nesse sentido, eram vendas que buscavam analisar a praça, o preço e o produto, para a concretização de uma melhor prática de vender

[103] É a gente planejava o seguinte: a gente fazia o cálculo pra qual região que estava melhor pra vender aquela mercadoria que a gente levava. Aí agora, na estrada, a gente tinha, que idear pra ver qual era a cidade que a gente ia vender aquela mercadoria. Chegava numa cidade e não vendia, chegava em outra e vendia. Aí agora, a gente voltava pra trás. [...] Enquanto tinha alguma coisa a gente ia seguindo pra sempre pra ver o que vendia. [...] E, mercadoria a gente ia caçando aquelas que tinha mais saída, aquelas vendas de roça, de comercinho pequeno. Nessa época a gente chegava e vendia. O que mais saía aqui era o açúcar, o sal, querosene. Comprava também remédio pra vender pros também, que tinha penicilina nessa época. Que lá em Itapetinga era barato e aqui pra roça era mais caro. Dava pra gente ganhar um dinheirinho. [...] Uma injeção que tem chamada por aí de penicilina. Acho que até hoje ainda tem penicilina. [...] Aí, dava um lucrozinho melhor e o volume era pequeno e era muito dinheiro, A gente não tinha, mas ia muito dinheiro, a gente comprava umas coisas mais baratas pra sobrar o dinheiro pra comprar a penicilina e outros remédios que eles encomendavam. [...] Nesse tempo foi remédio e, tirando remédio, cigarro. Cigarro dava dinheiro também. [...] É, tinha uma tal... cigarro de pacote, né, azul, um tal de Liberti, Continental, Hollywood, a gente comprava. [...] Aí, já comprei muito fumo também e já vendi também [E12].

[E11] procurava evitar o problema de ficar muito tempo ofertando uma mesma mercadoria. Preferia ofertar produtos que tinham vendas mais rápidas, como o querosene, o açúcar e o sal, pois “*eram muito usados*”. Conforme implícito tinham demanda certa e não se corria o risco de ficar muito tempo ofertando uma mercadoria. Nesse caso, facilitava-se a venda por meio da prática do fiado, apresentada por outros comerciantes tropeiros também. Assim, não só em relação a produtos e às formas de pagamento, as regiões eram escolhidas também pela demanda, como implícito no termo “*canto*”, que remete aos locais. Essa era estratégia que coadunada com as diversificações das compras contribuía para vender as mercadorias de forma mais rápida. Uma das táticas para essa estratégia para adiantar as vendas era vender “*fiado*”.

[104] O que nós trazíamos era só coisa que nesse tempo era vendagem demais, que era querosene, açúcar, o trigo e o sal que nós trazíamos para revender aqui, [...] É que usava muito, isso aí. Todo canto que nós chegávamos nós vendíamos. Não nós vendíamos ligeiro. Vendia. Vendia a dinheiro e vendia fiado também. [...] Quando estava bom pra um canto, a gente ia pra aquele lugar. Quando não estava, a gente ia pra outro [E11].

As vendas eram à vista para alguns e a prazo para outros. Contudo, os que compravam a prazo, a partir do fragmento “*um ou outro*”, eram compradores já conhecidos. [E11] cita “*nesse tempo*”, sugerindo que é um momento do comércio que não mais existe ou caiu em desuso. O narrador ressalta o compromisso com o fiador pelo explícito “*juntando dinheiro*” ou entregando mercadorias como forma de pagamento.

[105] É. uma hora tinha um outro que pedia um prazozinho, um tal de Jorge Turco. Ele era um Turco, na entrada de Divino Neves [E6].

[106] Nesse tempo era bom. A gente vendia. A pessoa ficava juntando dinheiro. Quando a gente voltava da outra viagem, a gente recebia. Dependendo a gente comprava até na mão deles mesmo. Eles já juntavam o feijão pra gente. A gente chegava e já tinha o feijão. Já dava pra pagar a gente com sobra. A gente tornava a amarrar esses costal e voltava pro mesmo lugar que a gente estava indo [E11].

A forma de vender a prazo era mais comum. Havia outras táticas, como vender por meio de promissórias. Mas, conforme explicitado por [E09], a maioria era “*por palavra mesmo*”. Entretanto, calculava-se um acréscimo sobre o preço a título de custos com a cobrança, conforme implícito ao trecho: *É porque, de qualquer maneira, você tinha a volta, que você tinha que acrescentar a despesa de volta, pra buscar o dinheiro*. [E09] aproveitava a situação de cobrança para vender alguns animais, conforme o explícito *e às vezes voltava sem elas*.

[107] [Tinha alguma outra forma de pagamento?] Muito raro. Lá de vez em quando você costuma pegar **uma promissória. Era raro de fazer isso. Mais era com a palavra mesmo**. Era só palavra. [Os prazos que o senhor vendia era quanto assim?] sessenta dias o máximo. E alterava o preço? Não, as vezes um pouquinho. **É porque, de qualquer maneira, você tinha a volta, que você tinha que acrescentar a despesa de volta, pra buscar o dinheiro**. [Quando o senhor estava indo com as tropas, o senhor chegava a fazer cobrança? Passava em algum lugar e cobrava?] Cobrava também. Alguém que ficou devendo, “eu vim aqui acertar”, cobrava também. Mas o senhor saía também sem tropa pra fazer cobrança? Às vezes, você saía com menos animais. Ia com umas quatro ou cinco mulas, seis mulas, fazia cobrança, vendia **e às vezes voltava sem elas**. [E9].

Corroborando com a necessidade da palavra, para [E05] e [E10], as vendas deveriam ser pautadas na confiança. Para [E05], a condição de “conhecido” permitia, e, era aprovada no meio profissional e social, subentendido pelo explícito “*e não era nada demais*”, a venda a prazo. A referência ao passado formulada por [E10], pressupõe que no tempo contemporâneo a prática da venda a prazo, nas condições em que era feita, por meio de palavra e a partir de longas distâncias entre as partes, seria complicada ao comércio.

[108] A gente comprava à vista e vendia à vista e comprava a prazo também e vendia a prazo. Era conforme fosse a época. Se a pessoa fosse uma pessoa conhecida, não era nada demais vender a prazo pra ela. Ah, documento nenhum, que era naquele tempo que o fio de barba valia [E5].

[109] Naquele tempo, existia pouca inadimplência [E10].

[E04] formou, ao longo do tempo, uma rede de compradores formada por frigoríficos. Os compradores procuravam os revendedores de boi, como era [E04]. Era uma perspectiva de vendas que, com a prática continuada, tornou-se estratégica ao negócio de venda de bois, uma vez que a demanda vinha até o vendedor. Assim, o nome do comerciante e seu reconhecimento na região tornavam o comércio mais facilitado, estendendo, inclusive o reconhecimento a outras regiões, possibilitando expandir a vendas. O reconhecimento como resultado da prática estratégica de negócios contribuía para que o nome do comerciante fosse zelado.

[110] Embarcava lá, embarcava em Barbacena. Teve uma época que Barbacena tinha um frigorífico. Então, eles levavam boi pro frigorífico. Mas o gado de frigorífico de Barbacena mais era mais vaca. Eu chegava aqui num dia, no outro dia estava captando trem, comprando trem, captando. Andava dia e noite. Tinha dia que montava em três burros. [...] Catando, fazia aquele lote de vaca, vendia em Barbacena. Agora, quando era boi, vendia pro Rio de Janeiro. Lá pro frigorífico da Penha, de Nova Iguaçu, que eles compravam... que as firmas lá eram mais ou menos pra aqueles lados daquela região ali. Os frigoríficos procuravam a gente. Eles compravam boi lá do fulano, “daqui a dez, vinte, trinta cinquenta léguas fulano de tal tem boi também”, e ia, e procurava [E04].

O reconhecimento, que também era uma estratégia de reputação em nome da confiança a partir de fatos como o reconhecimento do prestígio da família, tradição de comércio e personificação do vendedor, dava aos negócios subsídios para a propaganda por meio da comunicação do tipo boca a boca. A venda se estendia, inclusive, aos sucessores dos negócios de frigoríficos, e, de forma implícita a personagem filhos.

[111] Não tinha telefone, mas tinha notícia. Tinha notícia, e eles vinham aqui. Depois, passou a ter os fregueses certos. Você vê aí, eu vendi só para o frigorífico de Belo Horizonte quinze anos seguidos.. [...] O Menezes. Francisco Menezes Filho, frigorífico [...] Ele morreu, e eu continuei vendendo pros filhos dele. Os filhos dele continuaram com o frigorífico. Mas antes disso eu já vendia pro Rio, porque o Rio sempre embarcava uma boiada assim. Tocava, por exemplo, para Belo Vale. Era vinte bois em cada vagão, e você levava trezentos, quatrocentos bois. Embarcava no mesmo dia você pegava o trem e ia esperar a boiada no Rio. Sempre atrasava um pouco porque anda mais devagar. E... aí você chegava no frigorífico. “E vem a boiada chegando”. Eles já sabiam também, porque era tudo controlado [E4].

A estratégia de vender, buscando melhorar a lucratividade, tinha suas táticas quando se fazia o comércio de bois que viajavam grandes distâncias. Visando obter maior lucratividade em menos tempo a partir do peso dos bois, [E07] tinha como tática distribuir muito sal aos bois a fim de que eles recuperassem seu peso por meio do consumo de água.

[112] Nós pegava daqui... Tinha um matadouro no bairro São Paulo.. Nós atravessava dentro d'água, tirava daqui, passava por dentro, atravessava o rio, chegava no bairro São Paulo. Pra cá tinha uma lagoa grande. O dono do gado enchia o gado O gado chegava de viagem, ficava três dias no pasto eles enchiam bastante. Quando dava três dias, Você vai passar naquela lagoa do Horto, jogar o gado na água e chegava lá e passava tudo na balança. [Por que esperava três dias?] Pro bicho beber bastante água e pesar mais. Ah, ele comia sal demais [E7].

Em outra situação, [E13] enganava o produtor de cachaça ganhando mais litros do produto nos barris que eram carregados nos burros.

[113] Na alça, eram (dois) barris, dois de cada lado. Assim, a gente pegava Eram 2 de 25 litros, não é A? Cem litros que um burro carregava, não era?. Geralmente, o barril, naquele tempo, Pegava assim uns cinco litros a mais. É que o barril tem a medida certa das taliscas pra juntar aqui pra fazer o barril. E ele punha uma a mais. Quer dizer, crescia um pouquinho e recebia pelo mesmo preço. A gente comprava a cachaça do alambique, né? A gente tirava lá do alambique, e punha uma tala no barril, aumentava uns cinco litros [E13].

Para aumentar a lucratividade, [E09] transportava animais por meio de rotas alternativas às estradas principais ou de fácil acesso, buscando evitar as fiscalizações. Essas eram táticas para que os lucros dos negócios não se esvaíssem em impostos. A memória narrada explicita a situação de uma entrega na qual havia o risco de fiscalização sobre o negócio a ser feito pelo tropeiro.

[114] Porque você tinha que sair legalizado. Se você fosse flagrado, a multa era... Normalmente quando você tem uma estrada de mais fácil acesso de fiscalização, você evita dela. [...]. Você fugia um pouco dessas cidades, assim, mais atormentadas por causa de fiscalização [E09].

Uma estratégia para se ofertar o produto acontecia por ocasião de feiras. [E09] explicita que essas oportunidades constituíam ótimas maneiras de vender os produtos. Isto é subtendido na relação causal do trecho “*Porque quando você sai assim, você destina a fazer negócio*”. Tal oportunidade de negócio que não poderia ser desperdiçada, caracterizando, assim, a relação de causa e efeito. Sair para a feira implicava vender.

[115] Voltava. Sem nada. Por exemplo, esse lugar que eu falei pra você tinha um Jubileu, ainda tem até hoje, só que acabou esse comércio de burro. Eu fui lá muitas vezes de vender tudo e voltar de carro. Vender tudo o que levava. Tudo, tudo, tudo. Você vendia burro que você levava de reserva pra você voltar com ele, madrinheiro, que é uma coisa que você leva só pra madrinhar. Vendia tudo. [...] Vendia até a madrinha. **Porque quando você sai assim, você destina a fazer negócio.** [E9].

A feira era uma maneira interessante de comerciar, uma vez que facilitava encontrar com os diferentes consumidores, que utilizavam burros em distintas atividades. Nesse sentido, facilitava o trabalho dos tropeiros, uma vez que não precisavam ir até à região dos compradores. Conforme explicita [E09], os animais vendidos eram utilizados em carvoarias, garimpos, sendo, neste último caso a principal atividade que necessitava de burros na região de [E09].

[116] Essa região aí, uma das casas mais vendedoras de burro aí. Era o seguinte, que aí era muito garimpo pra essas regiões. Muito, principalmente nos arredores de Diamantina, Gouveia, esses lugares, por aí afora, Santa Bárbara, aí era muito

garimpo. E o garimpo é, às vezes, assim. Dava cascalho. A matéria bruta lá do alto do morro era transportado pras beiras de água tudo no lombo de burro. Trazia aquele cascalho. Então um dos... das atividades do burro naquela época era isso. Você vendia muita tropa pra carga, pra poder transportar. essa mercadoria bruta, essa matéria bruta pra eles fazerem a lavagem, tirar o diamante, que aí é só diamante. Então, é um dos consumos de burro. [Carvoaria também era?] Não. Isso daí muito pouco. Nessa região aí é muito de campina, é muito cerrado. Não é região de... de... carvoaria, não [E09].

Nesta seção, foram identificadas as seguintes estratégias para vender por indicação na qual foi apresentada a tática para indicação. Quando não havia indicação, utilizavam-se táticas de aproximação. A fim de garantir a demanda. Como se pôde considerar, observou-se a estratégia de associação a comerciantes. Para vender, mais rapidamente, foram observadas táticas relativas ao momento da venda. Outras estratégias apresentadas foram voltadas para o ato de vender a prazo, fazer publicidade, aumentar o lucro e ofertar as mercadorias com suas respectivas táticas.

6.3 - Gestão da confiança

Uma das relações de confiança se pautava na própria profissão de tropeiro. Nesse sentido, a confiança apoiava-se nas práticas dos tropeiros, na percepção de como os tropeiros agiam em seus negócios. Conforme [E11] a “*confiança no tropeiro*” pressupõe que o tropeiro era, de forma geral, um trabalhador em que se podia prezar a confiança. Favorecia-se, desse modo, a consignação de mercadorias. Assim sendo, permitia-se uma relação fidelizada de comércio, como uma representação comercial dos produtos vendidos para a “casa mira”, citada por [E11] e [E10]. Havia, também, o abastecimento nesses armazéns a partir do transporte de mercadoria oriundos de outras regiões.

[117] Nesse tempo os donos de armazém tinham muita **confiança nos tropeiros**. A gente chegava, ficava devendo eles lá. Não tinha importância. Carregava a tropa pra

tornar vir e apanhar mais trem e tornava levar. Era assim. Na Pedra Branca também era assim, em Itapebi, que nesse tempo a gente chamava lá era Pedra Branca. Mas o nome lá era Itapebi. Chegava lá nessa “Casa Mira”, o que a gente levava daqui pra lá. As vezes, eu levava um carregio de feijão, tirava lá um carregio de coisa lá, de açúcar, trigo, isso daí e o meu dinheiro não dava pra pagar tudo. Ele franqueava: “Não, Vai embora, Depois você volta e vem pagar”. Aí tornava levar outro carregio, chegava lá pagava o que estava devendo e tornava comprar mais [E11].

[118] Não, a gente vendia lá na Casa Mira. Era uma casa de comércio muito grande. A gente vendia **e tirava a mercadoria toda que a gente queria trazer lá na mesma casa. Na firma.** A gente vendia pra eles. Fazia o preço e vendia. E, de lá, a gente comprava as coisas que eles tinha lá pra trazer pra revender aqui [E10].

A confiança na qual se pautava o comércio tropeiro parece ser um tema de muita relevância para a execução dos negócios. Uma vez que as vendas deveriam ser feitas a prazo, a confiança era um caminho a ser preservado. Caso contrário, a comercialização apresentar-se-ia arriscada aos negócios tropeiros. Nesse sentido, quantidades consideráveis de dinheiro para àqueles negociantes eram pautadas na confiança, no respeito, uma vez que não era comum utilizar documentos como promissórias, contratos. Isso pode ser observado a partir da expressão “*sem assinatura*”. A expressão “*gente boa, gente séria*” endossa a necessidade de agir com “*certa segurança*”. Essa expressão pressupõe que o tropeiro tinha consciência dos riscos. A confiança era uma prerrogativa à execução dos negócios à distância, “*pelo telefone*”, o que facilitava o desencadeamento das vendas. “*Panhou confiança*” foi uma estratégia adotada para que os negócios se concretizassem, o que corrobora com a expressão “*também a gente já tinha confiança*”. [E01] ressalta que trabalhavam com “*firma boa*” expressão subentendida. Como empresas à qual se podia confiar a venda, por onde a confiança foi testada ao longo do tempo, e tornavam-se concorrentes ao empreendimento. Nesse tempo dos tropeiros, a comparação com o tempo atual reforça a diferença observada em relação aos negócios.

[119] A gente tinha que agir com uma certa segurança. [...] Então, confiava. Então, era muito bonito, porque nos comprava quinhentos bois a prazo e não assinava nada. Nos vendia quinhentos ou seiscientos bois a prazo e não tinha assinatura nenhuma. Um negócio de boca que nunca houve prejuízo. Porque a gente mexia com gente boa, gente séria que mexia com agente. Também agente já tinha confiança. Hoje, em cima de documento ainda tem velhacaria [...] No nosso caso já firma boa. É que a gente tinha a freguesada. A gente já comprava o boi sabendo para onde ia. Alguns

vinha aqui. O resto que agente panhou amizade e confiança. A gente nem não vinha. Pelo telefone, fazia os negócios [E01].

Era, conforme o vocábulo utilizado por [E08], algo “*perigoso*”. Ele justifica que o início do negócio o pouco capital disponível ficava à “*sorte*”, que sugeria: entregue àqueles com quem se negociava. [E08] afirma sua preferência em negociar com comerciante que “queria ficar rico”, entendendo-se como compradores e vendedores que sabiam negociar os preços, o que permitia um negócio rentável na relação de compra e venda. Nesse sentido, subte-se que aqueles que solicitavam preços fora da realidade do mercado de animais não eram pessoas para se negociar, e sim vendedores esporádicos. Nesses casos, quando a confiança era arranhada, os negócios se encerravam. Havia a necessidade de se honrar os negócios, pois, caso contrário, os negócios não tinham continuidade, conforme implícito ao trecho “*Fez raiva, faz uma vez só*”

[120] Pois é, mais hoje o povo, quer dizer, tem gente que quer negociar, mas não sabe fazer a negociação, pra quem começou é **perigoso** ficar sem dinheiro também, e ele perder tudo que tem. Isso é que é o problema, e eu tive muita sorte, que eu só negociava com quem **queria ficar rico**, queria, mas do bolso dele, e não roubar de mim. Confiança é verdade. E eu era bom, bobo. Eu acabava de pesar um gado aí, e passava o gado pro outro. Agora, só o boiadeiro, esse boiadeiro que eu não conhecia, teve um problema comigo, porque eu vendi pra ele e ele deu um cheque. Mas o cheque não era do gado todo, E aí, acabou ele fez errado, porque ele podia ter me dado um prejuízo de quatro mil. Mas deu prejuízo, mas também não via ele nunca mais.[...] Cabô o negócio com ele mesmo, **Fez raiva, faz uma vez só** [E08].

Às vezes, o “*nome bom*” era referenciado pela família, pela moradia, e deveria ser preservado para a continuidade dos negócios, como foi o caso de [E08]. A reputação e sua gestão são algo importante para os negócios. Isso fez e faz parte da gestão da confiança, das referências familiares. Na Prática voltada à gestão de organizações privadas não-familiares ou familiares por meios da gestão da reputação, busca-se a pressuposição da confiança, da responsabilidade e das possibilidades de novos negócios, por meio de vantagens competitivas. Nos negócios tropeiros, uma vez que não havia muitos lastros físicos, a tática para o comércio era a observação de lastros simbólicos como a família e o jeito da família de trabalhar. [E08]

quando utiliza seu pai na fala, deseja fazer entender que “quer dizer que era bom de serviço”. Uma vez que tinha propriedades, poderia ser reconhecido como um homem trabalhador e, provavelmente, transferiria essa herança a seu filho. Ele pressupõe que, caso desonrasse algum compromisso, a família o ajudaria, o que dava mais segurança e facilidade a seus empreendimentos. Consequentemente, também teria esse lastro físico em seus negócios. Ele explicita no fragmento abaixo a tática do “nome bom”.

[121] O caso é o seguinte: eu tenho um nome bom por causa do meu pai também. Meu pai era rico, meu pai tinha uma propriedade em Canaã, que ele era de lá. Tinha outra no Canela, tinha uma casa em Viçosa e tinha muito gado, e na Boa Vista. Quer dizer que ele **era bom de serviço**, e ele nunca pagou dívida pra mim, nunca pagou. Problema, mas ele nunca precisou de pagar não, e eu sempre tinha jeito. [E08].

A tática, para [E06], era negociar com pessoas conhecidas tal como pressuposto no trecho *“Toda pessoa que eu negociava com eles eram conhecidos [...] lá uma ou outra era mais distante”*. O comércio com pessoas de regiões mais distantes poderia ser lastreado por relações familiares, como o caso do pai, implícito no trecho *“o meu pai era quase um empregado dele [...] então, eu era muito conhecido deles”*. O conhecimento da família facilitava os negócios com comerciantes de Belo Horizonte, conforme citado. Para [E06], a confiança era pautada nas relações de conhecimento, que permitiam o crédito para revender mercadorias sem nenhum sinal ou, mesmo, pagar parceladamente.

(122) **Toda pessoa que eu negociava com eles eram conhecidos**. Lá uma ou outra era mais distante. Um pessoal de Belo Horizonte, que era dono da fazenda de Bananeiras, até hoje que eu não sei se é, aí eles tinham mais história um pouquinho, mas pra mim não era. **O meu pai era quase um empregado deles**, Então, **eu era muito conhecido deles**. Aí, eles estava [...] enfia a tropa lá na fazenda e ia embora,né? Aí, quando voltava, ia acertar com eles. [...] Eu era vizinho desse povo todo, porque eu era um rapaz novo. Mas eu era vizinho desse povo todo, né? Aí ficava sabendo que eles tinham aquilo lá querendo vender, oferecendo um, oferecendo outro. Dinheiro não tinha. Eu também não tinha, mas eu tinha crédito. Aparecia em algum lugar, eles me vendiam pra mim pagar na volta. Aí, entregava a mercadoria Quando eu fiquei já tendo dinheiro, eu já pagava. É ou não é? Naquele tempo, aqueles que me conheciam, eu pagava na volta aquela mercadoria. 1200, dez vezes, 1200 quilos [E06]

O tropeiro, para se reconhecer como um bom comerciante, conforme [E05], precisava ter conhecimento sobre o produto comercializado. Assim, para ele, ser tropeiro “*não gastava tanto conhecimento*”, pressupondo que era preciso, conforme o explícito “*conhecer dos burros*”, entender dos animais e ter o capital para investir nas compras. A identificação com a profissão de representante era feita a partir da oferta de mercadorias trazidas na tropa, como pressuposto no trecho “*mas é quase que era um representante, porque você chegava, você perguntava os preços, você... você chegava, às vezes você ia na frente e falava: “Eu estou trazendo isso, assim e assim. Você vai me comprar e tal”*”. [E05] reforça essa idéia com a inserção de sua fala a partir de um diálogo com um possível comprador. A identificação como um representante comercial a partir do conhecimento sobre a mercadoria, local de trabalho, forma de trabalhar, maneiras de oferta, eram partes da identidade do tropeiro que se constrói nesse fragmento discursivo aproximando-se a realidade do representante comercial.

[123] Não gastava tanto conhecimento. Se você tivesse a tropa, o capital pra comprar a tropa e também pra comprar a mercadoria, você tem que conhecer mais é **conhecer dos burros**, o burro que você vê bom, se o burro teve um porte forte, É a mesma coisa que você conhecer de boi. Você olha pro boi e fala “O boi pesa tanto”. Então, pra você comprar era mais ou menos isso [...] **é quase que era um representante. porque você chegava. Você perguntava os preços, você chegava. Às vezes, você ia na frente e falava: “Eu estou trazendo isso, assim e assim. Você vai me comprar e tal”**. Você chegava a conversar antes de vender, de entregar. [E05].

O casamento, também, era uma contribuição ao crédito que se tornava “*medonho*”, pressupondo algo além do comum, uma vez que tinha, além dos pais, os tios, todos possuíam posse. E, nesse sentido, o casamento com um mulher originária de uma família rica fez melhorar ainda mais seu crédito. Aproveitava-se do crédito que tinha, e um casamento favorecia esse crédito, pois seu lastro era o casamento com uma moça de maiores posses. Nesse sentido, surgia uma vantagem, sendo que, para [E08], poderia ter mais tempo para pagar, uma vez que tinha referências que o tornam “*conhecido*”: “*Eu não pedia pouco tempo*

pra pagar o dinheiro”. Dessa forma, a gestão do negócio permite táticas a partir de práticas sociais como o casamento e relacionamentos familiares.

[124] Só que eu tinha um crédito **medonho**. É, um crédito que passava da medida. E a **minha vantagem é que eu não pedia pouco tempo pra pagar o dinheiro**. [...] O crédito é o seguinte: o pai e a mãe. **Era conhecido**. Não, não era pai só, não. São Miguel era que conheci, Tio Rafael morava lá em cima, Tio Antônio lá em coisa. Eu fui pimba! Ai foi, Quando eu casei dos Lorenço, que eu sou casado duas vez. Então quando eu casei nos Lorenço, melhorou mais, porque era família rica. É é bem rica. E, então, eu era bem estimado deles todos. [E08].

As relações de confiança podiam ser administradas. No trecho [E08] explicita que as pessoas com as quais ele negociava eram analfabetas. Assim, era permitido a ele negociar e fazer as contas, e ele *“tomou um valor muito grande”* por que *“fazia em cima da pinta”*. Isso pressupõe que não era desonesto com as pessoas que negociavam com ele. Ressaltam-se, mais uma vez, a relação tática de uma prática social do exercício da confiança.

[125] Tudo era analfabeto. Nada, Num tinha nada. Aí, eu tomei um valor muito grande, porque eu não fazia errado. Eu fazia em cima da pinta [E08].

As práticas da gestão da confiança observadas nos fragmentos evidenciam as necessidades de referências, nomes familiares, conhecimento das moradias, a prática da honestidade no ato de calcular. Tudo isso compunha a gestão da confiança.

7- MEMÓRIAS DO FIM

As memórias do fim da profissão constituem partes das memórias vivas que relataram os fatos que conformaram os respectivos fins. O acesso à diversidade memorial do fim não está em museus, uma vez que a partir desse tema são relatados particulares cotidianos que vão além do surgimento do caminhão e de outras tecnologias. Estas últimas memórias, também encontradas nos museus. Nesse sentido, as falas dos depoentes enriqueceram o entendimento sobre os tropeiros e o fim de sua atividade, a partir da diversidade de motivos e adaptações encontradas.

O fim da atividade, em alguns casos, foi decorrente do casamento ou de fatores relacionados a ele. Como o casamento, as atividades começam a se modificar. No caso de [E13], ele muda para a criação de gado, uma atividade que era mais fixa, não demandava tantas viagens como a criação de burro para o transporte de mercadorias que fazia antes de casar. [E06] silencia-se sobre o motivo que o fez parar após o casamento. Mas pressupõe-se em sua fala que ele quis se aproximar de Viçosa, uma cidade maior que Porto Firme, a fim de cuidar melhor da vida da família que começava a constituir. A expressão *“Ah, eu não posso mexer mais”* faz pressupor uma proibição quanto à relação ser tropeiro e ser casado, na concepção de [E06] [E07] que também explica a necessidade de ficar próximo à família sem ficar viajando.

[126] Depois que eu casei, eu já não viajei mais com tropa, não. Tem trinta e tantos anos que eu casei [E11].

[127] Depois que eu casei, com tropa, eu não viajei mais, não Com tropa não.. Mas tinha os burros. Muito burro. [E13]

[128] É. 46 eu casei e eu resolvi a vender. Ah, eu não posso mexer mais. Fiquei com pouquinho pra nós trabalhar lá, porque não tinha jeito de não ter uns quatro porque eu engordava porco, e aí eu tinha que puxar eles. Estes daí já eram meus. Quando eu

casei, eu não fiquei lá nessa zona não, De Porto Firme não. Eu vim aqui pra divisa de Viçosa. [E06].

[129] O senhor casou, o senhor tinha. 25,? Eu estava com 25...25 pra 26 anos. Eu casei, então eu já não... achei que eu não podia viajar mais, né. Porque viajar e ficar aí 3, 4 dias, outra hora 15 dias sem vir em casa... [E07].

Voltando-se à questão da tecnologia, muitas pessoas acreditam que o trem foi o responsável pelo fim da atividade. Entretanto, em alguns casos observados pôde-se verificar que o trem auxiliou a atividade, contribuindo para transportar animais e servindo de transporte para os tropeiros que viajavam por longas distâncias. O trem foi utilizado como forma de facilitar os negócios. Permitia, por exemplo, aos compradores se aproximarem dos produtos, por meio da tática utilizada por [E13]: *“Eles iam na beira da linha, e os compradores, às vezes, vinham”*. Pressupõe-se que não era permitido que a mercadoria fosse vendida. Pelo tema da fiscalização, o trem representava a estação. Nesse sentido, como estratégia para vender, aproximavam-se da linha de trem com a mercadoria, a fim de esperar os compradores que vinham no trem. Conforme narrado por [E13], os compradores utilizavam uma complementação dos modais de transporte: o trem, o carro que o transportava o comprador até o vendedor e o transporte de café por meio de tropas até a linha férrea. Pressupõe-se pelo trecho que o café seria comprado e transportado por meio de caminhões. Observa-se que a atividade tropeira começa a ficar marginal à fiscalização. A linha de trem era algo como uma feira ilegal. A profissão começa a se esconder em meio a outros meios de transporte. Nesse sentido, observa-se que o tropeiro, buscando a sobrevivência, aproveita-se da tecnologia, como a utilização do trem pelos boiadeiros, realizando uma prática que também remete a esta questão.

[130] [O senhor chegou a comprar caminhão? Comprou carro? Como é que é? Comprou carro?] Não. Isso daí pagava aluguel. [Nesse momento que usava tropa também usava trem às vezes?] Levava até uma estação? Nós arranchava beirando a linha. Não usava não. **Eles iam na beira da linha e os compradores, às vezes, vinham**, pra juntar a tropa com café. O trem é meio **fiscalizado**. [E13].

Outra vantagem em relação ao negócio tropeiro eram as condições de transporte. O transporte de trem fazia com que a carga fosse transportada em melhores condições, proporcionando uma fonte de vantagem que não consegue se sustentar diante do apelo do custo.

[131] Por que de trem era muito mais barato. E, além de ser muito mais barato. O gado chegava lá em muito melhores condições. Porque a carreta depende muito do condutor, porque o condutor faz as curvas muito violenta. O boi machuca, vai batendo a traseira. E aí machuca a traseira. E, as, vezes, até cai boi e fica pisando em cima dele. E depende muito do carreteiro que faz a curva violenta. Agora, de trem, não, porque ele vai muito em reto. Era mais seguro o boi não caía. [E01].

Outra forma de pensar, essa mais coerente com o fim da atividade, refere-se ao surgimento da carreta nas regiões onde o comércio tropeiro ocorria. Esse fato contribui de diferentes maneiras para a diminuição e extinção de muitos negócios tropeiros. Carreta, caminhão e caminhãozinho são vocábulos que foram inseridos nas memórias sobre a gestão dos negócios, constituindo-se recorrentemente, em assuntos e temas tratados durante as narrativas. Muitas vezes, o surgimento do caminhão aparece como uma recordação ruim, que acarretou o fim dos negócios dos tropeiros.

No trecho a seguir, observa-se a substituição da atividade por comerciantes que tinham capital suficiente para investir nos caminhões. Mudam-se, inclusive, as formas de produzir. No trecho “*Tudo você tirava da fazenda*” há uma relação de produção que fica no passado revelado pelo verbo “tirar”. Após o caminhão, a venda de determinados subprodutos diminui, uma vez que os caminhões poderiam levar a matéria-prima bruta aonde se poderia melhor aproveitar, como o porco, que, no caso dos caminhões, viajavam vivos, fato inviável no transporte por cargas. Implícito ao trecho “*Eles, pra lá pra eles era muito mais interessante, que eles tinham subproduto*”.

[132] Depois disso, aqui no Rubim mesmo ainda ficou muito, como os irmãos, irmãos Moreira, Depois veio o seu Policarpo Carvalho. Depois veio os irmãos

Magnum. Todos eles. Eles eram comerciantes. E quando os caminhões começaram a entrar aqui, fazia a mesma coisa, trazia de lá açúcar refinado, que aqui não tinha, arroz beneficiado, que era aquele arroz tratado, branquinho que a gente ainda come hoje, porque naquele tempo a gente fazia no pilão aqui, que a região produzia tudo isso. Menos o querosene e o sal, né? **Tudo você tirava da fazenda.** Mas esses caminhões aí já começaram a trazer. E daqui eles compravam na mão desses, desses armazéns, já tudo: milho, feijão, porcos. Aí já começou a sair porco vivo nos caminhões, em vez de sair abatido, né? **Eles, pra lá pra eles era muito mais interessante, que eles tinham subproduto, ne** [E10].

Outro tema sobre o fim dos negócios dos tropeiros que também se relaciona ao advento de tecnologias foram às mudanças nas condições de trabalho, especificamente em relação aos companheiros para as longas viagens. Com a tecnologia, o transporte ficou mais rápido. A dificuldade do trabalho tropeiro passa a ser um aspecto dificultador. O companheirismo passa a não existir. Aqui, esta subentendida a relação de companheirismo entre tropeiros, uma vez que a dificuldade os unia. No momento em que a facilidade do transporte mais rápido surge, não haveria mais a necessidade dessa relação companheira, pois haveria outras opções de trabalho. [E13], ao explicitar suas viagens a Conceição do Mato Dentro, ressalta que não haveria sentido nesse tipo de viagem, visto que o caminhão era muito mais rápido. Ele observa que parou porque não tinha mais condições de continuar viajando. Considera que o desenvolvimento tecnológico atrapalha aqueles que não têm condições de investir. Seria uma concorrência desleal para aqueles que não poderiam utilizá-la, tal como subentendido nos trechos: *“Eu parei porque não tinha mais condições. Porque aí caminhão pegou a entrar igual eu mesmo” e “Nosso país não estava em condições de receber tecnologia”*.

[133] Ali não achava nem companheiro pra viajar com a gente mais. E também com a modernidade, os caminhões ficam mais baratos. O que a gente fazia em dezesseis dias o caminhão fazia num dia. É o caso que eu falo com você: eu sou muito a favor da técnica, tecnologia, mas só que eu acho que ela está na frente lugar. Nosso país não estava em condições de receber tecnologia. E é assim mesmo, né? Porque você está vendo eu falar... **Eu parei porque não tinha mais condições porque aí caminhão pegou a entrar Igual eu mesmo.** A gente comprava, buscava material, as coisas em Conceição pra os negociantes daqui, né? Quantas vezes eu comprava lote de sal em Conceição pra ir, e picava aqui! Eu ia daqui pra lá, dormia uma noite lá no mercado, no outro dia vinha. Olha ele aí, ó [E13].

[E10] constrói a memória do surgimento do transporte motorizado, o que corrobora com a construção de estradas que “*lentamente*” fizeram com que o transporte por burros ou de bois perdesse importância com a possibilidade estendidas por meio de estradas ao deslocamento dos caminhões. [E10] e [E07] explicitam que viajavam quando os primeiros caminhões começaram a aparecer, no entanto, as viagens começaram a ficar mais esporádicas. O caminhão, por sua vez, como o citado da marca Dodge, conseguia utilizar as estradas precárias, antecipando a concorrência. [E07] explicita que o caminhão começou a gerar uma concorrência mais incisiva aconteceu quando “*passou a ter caminhão para comprar estas coisas. Uma hora vai ali, outra hora vai pro Ceasa, pra todo lado*”. Nesse sentido, conforme a explicação de E09, era mais depressa, “*aí foi indo*”, pressupondo-se, uma continuidade que retirou o espaço para a atividade tropeira, numa sequência narrativa que continua a trajetória em favor do caminhão e em detrimento da atividade tropeira. [E13] observa que foi vantajosa a vida do comércio, porém aponta o empecilho à atividade tropeira.

[134] Ele lidava ali e viajava, assim, esporadicamente. E eu fiquei algum tempo. Mas depois também desencantei, por causa desses problemas todos. E, já nessa década, de cinquenta, ali pra 52, 53, já começaram a entrar aqui na região uns caminhõezinhos uns fordinhos, Caminhão Dogi, por exemplo, que era a marca. As estradas, muito rústicas, muito ruins, mas eles já começaram a abrir as estradas da região, né? E aí os tropeiros foram, muito lentamente, mas foram perdendo terreno para os caminhões que vinham [E10].

[135] Naquele tempo quase não tinha carro. Não tinha carro... tinha carro quase nenhum, não... Era difícil [...] caminhão, estas coisas, tinha também, mas era muito pouco. Depois é que resolve ir de carro, porque anda mais depressa. Aí **passou a ter caminhão para comprar estas coisas. Uma hora vai ali, outra hora vai pro Ceasa, pra todo lado.** E caminhão apareceu quando? Carregando coisa pro pessoal? Ah num me lembro, não. Em 64, por exemplo, já tinha caminhão transportando ou era mais tropa?[] Não, Aqui era mais tropa. Depois é que foi aparecendo, caminhão. Vinha carregado com carvão. Ai, depois, é que foi aparecendo, carregando mantimento o outro carregado de carvão. **Aí foi indo** [E07].

[136] O caminhão favoreceu um bocado. Mas tirou um bocado do serviço dos tropeiros [E13].

[E01] antecipa a situação de dificuldade relatada pelos tropeiros a partir da percepção sobre a tecnologia. O negócio simbolizado por “*boca cheia*” tornar-se-ia concorrido.

Entretanto, tal tecnologia demorou o tempo de quinze anos. Tal previsão, imaginação de um cenário, permitiria o repensar da atividade, ou uma conformação que induziria a novas formas de trabalhar.

[137] Foi depois da revolução, a partir deste negócio. É interessante que eu vi numa reportagem, num filme, as carretas pegando boi nas fazendas nos Estados Unidos. Então, eu falei: eu vi aquilo lá. “E falei com meu pai e com meu irmão: “Olha lá. Quando aquilo chegar aqui, nós perdemos o controle do negócio”. Eu falei: Olha lá o progresso vai acabar trazendo aquilo ali. Quando chegar aqui, nos perdemos esta boca cheia. Levou quinze anos pra chegar [E01].

A partir das falas de alguns tropeiros, todavia, observa-se que eles buscaram se adaptar ao surgimento do caminhão, modificando sua forma de agir, a fim de aproveitar a oportunidade de trabalhar, vendendo por meio de caminhão, implícito em “*a qualquer lucrinho que estava dando*”. Tal prática até então não acontecia, mas foi recorrente e surgiu da diminuição do consumo de tropa. Nesse sentido, [E13] procura se adaptar aos tempos do caminhão, repensando sua atividade.

[138] Café, eu nunca vendi. Eu já vendi café, mas em sessenta e oito. Eu comprei uns cafés pra mim vender, mas foi caminhão. Comprava aqui e vendia aqui mesmo. Vendia pro caminhão. Aí, você comprava era alqueire e vendia aí qualquer lucrinho que estava dando. [Por que você sempre mexeu... só vendeu tropa e não vendia café assim?] Porque minha tropa era escoteira, Ela não andava carregada [Mas você nunca pensou em vender café?] Não. Nunca pensei. Era muito sofrido e a gente e meu pai tinha aí uma fazendinha, a gente tinha que fazer as coisas também. Não dava pra isso, não. [E13].

Para alguns, o surgimento da carreta, dependendo do tipo de negócio, foi nefasta aos negócios, como o caso de [E01] conforme citado por ele. A estratégia de juntar boi buscando em várias fazendas torna-se inviável, pois o pequeno produtor também passa a ter o poder de vender suas mercadorias por intermédio dos trens. Nesse sentido, [E01] afirma que perdeu o controle da venda de bois em razão do surgimento dos concorrentes por intermédio do transporte por meio do caminhão.

[139] Agora, hoje passou para carreta, porque o negócio escapou do nosso controle, por que agente perdeu o controle do negócio, porque quando era só de trem a gente que tinha um verdadeiro controle na mão, né. Por que um sujeito que tinha uns cem uns duzentos bois não tinha condição de mandar por que o frete era muito

alto, agora agente que tinha uma quantidade muito alta aí o frete até era muito barato. Agora hoje, na carreta, agora, hoje a gente não tem esse controle mais, por que hoje o sujeito que quer um número exato de boi vai na fazenda dele ou manda buscar e então agente perdeu. [E01].

[E01] explicita que, pelo fato do frete ter barateado, uma vez o caminhão tornava-se acessível ao pequeno produtor, o trem, em contrapartida, era muito caro ao pequeno produtor, corroborou para a diminuição de seus negócios tropeiros.

[140] Aí, quando chegou, acabou nosso negócio, porque o sujeito tinha vinte bois telefonava e vinha direto. Formava uma carreta de vinte boi e fechava. Antes disso, não. A gente comprava e vendia quinhentos, seiscentos, setecentos. Porque aí o frete era barato, porque quem tinha vinte bois. Só se ele foi pedir uma gaiola. O frete só era muito alto muito alto [E01].

A rapidez do caminhão, explica em certo sentido a derrocada das práticas tropeiras, situação que, conforme a narrativa de [E03] permitia o faturamento mais rápido, além de vender quase o dobro.

[141] Porque o serviço ficou mais difícil depois que apareceu o carro. A mesma viagem que você fazia: hoje em dia, você sai daqui cedinho e vai em Itapetinga, carrega um caminhão e numa base de sete horas a oito horas está aqui. Aí, tirou todo mundo do ramo [E12].

[142] [O pessoal foi vendo que era melhor por meio de caminhão. Então, qual era a vantagem que o senhor percebia mais?] Porque enquanto você ia daqui pra levar uma mercadoria lá pra fora de Caeté, por exemplo, se saindo daqui pra ir em Caeté, no máximo, a gente ia gastar o quê? Umas três marcha ou mais pra andar muito. Mais, uma cinco marcha então se pegava e comprava mercadoria aqui. Por exemplo, se você pegasse e comprasse ela, vamos fazer na base de hoje, se você comprasse uns cinquenta quilo de feijão aqui hoje, você comprava ele ali por R\$ 1,50, você trazia ele aqui se ia vender por R\$ 2,00. Mas, às vezes, você podia vender por uns R\$ 3,50 ou mais. Mas só que enquanto você dava uma viagem lá que se vendia ganhando **quase o dobro**, cá se dava umas cinco viagem. Aí se vinha perfurando aqui, perfurando ali, você entendeu? Então, o caminhão se gastava uns três quatro dia pra ir daqui lá, ele levava aquilo rápido você. Aí, já fazia aquele movimento, aí já pego. Você já fazia um trecho grande, fazia um trecho médio, fazia mais número, entendeu [E03].

[143] Por que eu parei?. Justamente igual eu te expliquei, porque a atividade foi acabando, uai. Hoje, né? Não tinha mais serviço mais pra tropa. Porque o serviço da tropa, que fazia com a tropa, passou a fazer de carro. Você, por exemplo, pra ir daqui em Belo Horizonte, se você gastasse cinco dias, vamos pôr, seis dias daqui em

Belo Horizonte, né, você vai com uma hora, duas horas, no máximo. Você ganha muito nisso, né? [E05].

A relação entre o surgimento do caminhão e o fim da atividade tropeira torna-se explicitada no fragmento [144]. *Paramos. Aí, todo mundo foi vendendo*. São resultados da atividade do carro, explicitada em “*Aí pegou aparecendo carro trazendo as coisas aqui para as roças*”. No fragmento [144], [E11] explicita que o negócio de tropa foi *ficando ruim*, uma vez que os caminhões começam a exercer o trabalho tropeiro, trazendo e transportando as mercadorias da roça.

[144] Porque a tropa foi terminando. **Aí, pegou aparecendo carro trazendo as coisas aqui** para as roças, né? Aí, o negócio de tropa **foi ficando ruim**. **Aí, todo mundo foi vendendo** as tropas, e paramos, sabe? Terminou de tropa. Ninguém viajou mais com tropa [E11].

O custo do caminhão foi um dos motivos que levaram à decadência do transporte tropeiro. Uma das alternativas de ação foi voltar-se para comércio de boi e se estabilizar no comércio, uma atividade que, embora não mencionado, oferecia uma perene demanda. Não era sujeita naquele momento ao advento da tecnologia que atrapalhava a venda e o transporte de mercadorias por meio de burros.

[145] Olha, esse negócio foi modificando. Foi ficando difícil de levar tropa. Cê começa a **mexer com comércio de boi** porque o tropeiro que levava tropa para vender com tempo ele também tinha dinheiro para comprar boi também. Aí, começa a mexer com comércio de boi, e o negócio de tropa para São Paulo acabou. Hoje, já não tem mais. daqui quase todo mês ia uma tropa para São Paulo [E02].

Além das questões tecnológicas, pessoais e ou familiares, a falta de empregados foi um dos temas citados para o encerramento da atividade. Nesse sentido, a oferta de outras oportunidades de trabalho em cidades maiores favorecia a rotatividade na profissão, como confirma o explícito “*muita gente que trabalhou comigo*”. Aliado a isso, [E12] explicita a questão de não gostar do serviço, silenciando-se sobre o por quê de tal fato. Assim, a oferta de

mão de obra tornava-se difícil. Pode-se deduzir que esta situação é decorrente do surgimento de novas oportunidades, pelo contato dos trabalhadores com o cotidiano das cidades e pelo fato de o trabalho ser mais pesado, entre outras oportunidades que tornavam a oferta de trabalhadores mais difícil.

[146] Ah, a gente vai trabalhando até cansá, né? Então, a companhia também ficou meio difícil pra gente arranjar pra trabalhar, que o trabalhador hoje, esses rapaz novo que serve pra isso, vai crescendo, vai embora pra Belo Horizonte, São Paulo, outro lugar que tem um ganho melhor, né? [...] Ah, trabalhou muita gente mais eu. Pegava um, ficava seis meses; pegava outros, não ficavam nem trinta dias e vinha embora. Não **gostavam do serviço. Foi muita gente que trabalhou comigo** [E12].

A tecnologia e a velhice são dois temas que constroem a partir do fragmento [147] argumentos para a dificuldade da atividade tropeira. O trecho “*não tem mais aquelas coisas*” revela que o serviço de tropa não mais caberia para carregar minerais para fora das minas. Por meio de bombas, a atividade dos burros era feita. Outro fator que, em certo sentido, se contrapõe ao novo, à tecnologia, trata-se da velhice, que não dá mais o citado suporte ao trabalho.

[147] Primeiro, que esse mercado de garimpo, eu acho que era a fonte consumidora de tropa, ele fracassou. Aí, pro lado de Diamantina, ainda tem, mas foi sofisticando. Hoje é máquina, é bomba, **não tem mais aquelas coisas**. Quer dizer, você faz tudo na máquina. Então, foi dispensando a tropa. E isso é um dos motivos. E outro é que na porta você estava fazendo melhor negócio. Então, ficou distante e também a gente foi ficando mais velho. Você sabe, a gente não é o mesmo. Acho que a pior coisa da **velhice** é você não reconhecer à idade. É reconhecer que você vai deixando de fazer, porque você não tem o mesmo suporte de trabalho que você tinha, né? [E09].

Observa-se pela fala de [E04] que as condições de analisar o ambiente eram as mesmas, no entanto, as condições se modificaram no presente, e a tecnologia impeliu a diferenciação, permitindo ao caminhoneiro fazer mais do que muitos tropeiros. A concorrência, nesse

sentido, torna-se inviável, subentendido pelo desânimo em relação à atividade dos tropeiros expressa no trecho abaixo.

[148] Tudo era difícil. Nada era difícil. Porque você sentia que o que você estava percebendo era a mesma que os outros estavam percebendo. Não tinha ninguém com diferença. Agora, hoje, se eu sair a cavalo, num burro, você sair de carro, eu desanimo, porque num minuto você já chegou onde você tinha que chegar e eu estou aqui ainda. Naquela época, não. Tudo era a cavalo. Ninguém podia fazer mais do que o outro, né? [E04].

Para [E13], o trabalho duro já não faz sentido, como implícito no trecho *“Eu não quero ter essa responsabilidade de você ter que trabalhar forçado. Você não está agüentando. Tem que ir, sabe? Eu quero fazer assim, aquilo que o meu corpo aguenta, aguentou?”*. O trabalho era feito para sustentar a família. *“Trabalhar forçado”* é o reconhecimento de que a atividade em questão - vender burros - é algo que está além de suas capacidades até então. Observa-se que o fragmento *“saí fazendo bobagem”* pressupõe que a demanda de burros não é suficiente para o estoque de burros que ele criou no ano passado. No trecho *“não estou sabendo ganhar dinheiro mais não”*, [E13] demonstra que não está mais disposto a mudar de ramo. Seu trabalho exigirá muito de sua capacidade, e para tal, conforme relatado, ele não está mais disposto, uma vez que já criou as duas filhas e sua missão foi cumprida.

[149] Todo ano. Só lá eu fui dezoito anos, sem parar um ano, duas marchas. Eu saía daqui, ia a Congonhas, de Congonhas lá. Deve dar umas dez léguas daqui lá. Depois ficou muito ruim pra vender. Você voltava com a tropa toda. Eu fui lá e larguei. Não voltei mais não. [Quando o senhor casou com a dona Mainá, o senhor fazia viagem também?] Depois, com tropa, eu não viajei mais não, né Mainá? Comerciêi e muito. Mas tinha os burros. Muito burro. **Eu vou comprar mais burro. Não agüentou. Comprou burro demais. Saí fazendo bobagem forte. Não estou sabendo ganhar dinheiro mais, não.** Eu estou andando só pra trás. Está ruim. Mas a gente fica é tentando acertar. Primeira coisa que eu quero falar pra você: nossa filha precisa de nós como pais, pra ser alguém, não precisa? Então, pra quê, se nossa missão foi cumprida? Pra que você ficar nessa coisa? Claro e lógico. Quando eu falo isso não é dizer que eu quero acomodar, que eu vou ficar quieto, não. **Eu não quero ter essa responsabilidade de você ter que trabalhar forçado. Você não está agüentando, tem que ir, sabe? Eu quero fazer assim, aquilo que o meu corpo aguenta, aguentou?** [E13].

Nesse sentido, o fim da atividade e suas memórias perpassam por questões familiares, formas de aproveitar as novas tecnologias insurgentes, maneiras de trabalhar utilizando o trem, formas de trabalhar com o surgimento caminhão. Foram explicitados também outros motivos para o fim da atividade, tais como a velocidade do caminhão e o barateamento do frete, e, por fim, questões como a dificuldade em encontrar mão de obra e a velhice do tropeiro.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou cumprir seu objetivo de (re)construir a trajetória identitária de tropeiros mineiros no século XX por meio da análise das narrativas sobre as formas de gerir os negócios do tropeirismo. A partir das histórias obtidas, pôde-se reconstituir a identidade dos indivíduos pesquisados, permitindo “enxergar” como eles organizavam sua vida em torno do trabalho, das práticas sociais, profissionais e, nesse sentido, de sobrevivência para ser um tropeiro.

Pelo estudo sobre a profissão do tropeiro, pôde-se observar como a construção da identidade profissional dos sujeitos possibilitou o desenvolvimento de práticas que se conformaram em estratégias e táticas nos cotidianos profissionais e também sociais e, consequentemente, permitiram a sobrevivência dos indivíduos pesquisados. Este é um sentido que corrobora com a idéia de se entender aspectos da vida social e profissional por meio do estudo da identidade. Nessa pesquisa, por meio da análise sobre a identidade, foi possível estudar aspectos de uma administração que não se torna clara, uma vez que é obscurecida por penumbras resultantes de holofotes sobre o saber fazer orientado por novas velhas práticas de gestão. Observaram-se velhas práticas que estão presentes nos cotidianos do passado e que também fazem parte do fazer presente na gestão.

Analisaram-se, inicialmente, aspectos importantes à constituição de uma identidade: as origens na profissão. Outro tema destacado no capítulo em que se analisam as histórias obtidas foi a identificação com o tropeirismo e suas respectivas formas de representá-lo. Explicitou-se como o papel da socialização na constituição da profissão foi importante para o surgimento dos negócios narrados. A socialização apresentada foi composta por aspectos

como o citado aprendizado de papéis, legitimado pelo reconhecimento familiar e do meio social, sendo um relevante subsídio à identificação com a profissão.

Observou-se que a socialização com o trabalho permitia o reconhecimento do saber fazer desde a infância dos indivíduos pesquisados, algo que se legitima no meio rural pelo aprendizado em certas atividades. Tal papel faz parte do arcabouço praticado no meio rural, um papel profissional que já possui o aval dos pais desde os sete, oito anos de idade, quando os filhos começam a acompanhar os serviços de tropa. Essas situações implicam no fazer que se remete a ajudar aos pais. Nessa perspectiva, há o entendimento de que é necessário acostumar-se às atividades cotidianas das tropas. Alguns observaram a inserção no tropeirismo como a única resposta à situação de ausência de outras alternativas mais interessantes no campo. Havia, então, a possibilidade de ser roceiro e ou retireiro. Nesse sentido, como um único e melhor caminho, percebiam o início do trabalho com tropas como uma escravidão comum à relação pais e filhos, conforme um tropeiro se auto rotula como “um escravozinho”. Essa, talvez, seja uma percepção advinda do conhecimento sobre o discurso contemporâneo da livre escolha profissional.

A inserção na profissão tropeira foi também uma oportunidade diante da escassez de trabalhos do meio rural daquela época. O trabalho tropeiro, então, era uma nova oportunidade para aqueles que desejavam ajudar os pais e seus conterrâneos fazendeiros. Essa era uma estratégia de sobrevivência que advém de uma oportunidade, ajudar a escoar a produção. Assim, o percurso que confere sentido ao tema da inserção no trabalho tropeiro foi perpassado por aspectos familiares, escolha individual, obrigatoriedade e responsabilidade social. Tais aspectos, observados nas falas, constituem as primeiras formas de reconhecimento, bem como

sua justificação e afirmação, formando, nesses contextos, partes importantes da identidade social.

Outro tema trabalhado nesta pesquisa refere-se à construção da explicitação da identidade tropeira, analisada a partir das formas de identificação com a profissão. Observou-se que a profissão tropeira foi identificada a partir de cinco possibilidades de trabalho: a) prestador de serviço, que poderia ser um transportador de lenha, jazidas ou outro material que pudesse ser transportado por muares; b) tropeiro comerciante de burro; c) tropeiro comerciante de boi; d) tropeiro transportador; e e) comerciante de produtos alimentícios. Nessa perspectiva de entendimento, os sujeitos de pesquisa apresentaram sua percepção sobre a nomenclatura, o reconhecimento social e o gosto pela profissão. Esse último, ao ser reafirmado, conota um dos sentidos da identificação com o comércio tropeiro. A autoafirmação em situações como doenças e a consequente identificação com a alimentação são estratégias para a identificação. Nessas formas de se identificar, a memória dos sujeitos pesquisados remete à associação a qualidades como força e resistência, inerentes ao trabalhar como tropeiro, que os identifica, diferenciando-os dos profissionais e suas profissões mais contemporâneas. A identificação justificada a partir da emancipação financeira, a identificação com as situações de aventura e o coleguismo são formas que legitimaram, para os próprios narradores, a imagem de si mesmos. O coleguismo foi uma forma interessante de reconhecimento, uma vez que essa identificação com a amistosa maneira de trabalhar faz o tropeiro também se identificar com sua profissão. Portanto, a relação de camaradagem entre os tropeiros foi demonstrada para alguns como um forte apelo identificatório.

Outra forma de identificação foi explicitada nas histórias colhidas, tomando-se por base as características da profissão de comerciante, uma forma de se identificar a partir da

comparação. Nesse sentido, a honestidade e o reconhecimento do produto foram aspectos que fizeram da identidade algo percebido por aqueles que a narraram e introduziram a percepção de como existem a partir da visão dos outros. As práticas em que se pressupunha a honestidade, para alguns, eram importantes para a perpetuação dos negócios, uma vez que facilitavam o contato e a indicação. Ser honesto era uma imagem para o negócio que também era considerada como uma tática de se construir uma referência aos comerciantes tropeiros. Outrossim, ser reconhecido como um comerciante acessível e flexível tornava o negócio estratégico, uma vez que a relação perpetuava os negócios futuros. Sendo assim, o reconhecimento dos tropeiros como um comerciante que prezava uma justa negociação conformava a reputação dos negócios do tropeirismo. Tal reconhecimento era auxiliado por saberes relacionados ao comércio, como ser comunicativo e ser atencioso, dentre outras táticas que facilitariam as estratégias de vender. Toda essa caracterização subjaz à principal instância de reconhecimento do tropeiro: a honestidade.

Outro aspecto identificatório para a profissão se refere à divisão do trabalho que foi desenvolvida conforme o tipo de negócio tropeiro. Geralmente, quando se trabalhava com lenha e ou produtos agropecuários os grupos de trabalhadores eram reduzidos, compostos de três ou mais pessoas. Quando se trabalhava com tropas maiores, que, em muitos casos, tratava-se do comércio de bois, a divisão do trabalho pôde ser melhor definida, uma vez que a polivalência do trabalhador tropeiro se mostrava menor e os grupos de trabalhadores eram maiores. Sobre esse tema, pode-se pressupor a gestão, subtendendo-se o tipo de trabalhador e as respectivas formas de trabalho existentes nas tropas.

Um dos aspectos levantados nas narrativas sobre a divisão do trabalho referem-se à diferenciação entre o tropeiro e o dono da tropa. Ambos eram reconhecidos como tropeiros,

ainda que alguns explicitassem que tropeiro era o dono da tropa. Há relatos de condições diferenciadas de tratamento, especificamente nos pousos. Segundo um dos tropeiros, ser dono de tropa, em algumas situações, implicava certos privilégios que ele procurava não aceitar. Nesse sentido, buscava-se não se diferenciar dos companheiros. Esse fato não deixa de ser um aspecto tático do negócio, implicando as estratégias de gestão dos donos. Nesse sentido, a diferenciação aceita poderia fazer reconhecer o dono da tropa como um indivíduo não tropeiro ou desprovido das características de coleguismo, não sendo reconhecido, portanto, como um colega de trabalho. A diferenciação, ou o privilégio recebido, diferenciá-lo-ia dentro da tropa, dificultando sua gestão.

Sob o aspecto da gestão, outros cargos dentro da tropa foram apresentados e retrataram a forma organizativa da tropa. O cozinheiro, por exemplo, cuidava da logística de suprimentos, planejava o almoço e sua antecipada rota de compras. Esse cargo nas tropas, freqüentemente, era caracterizado como uma tarefa que exigia muito do profissional, ainda que em algumas tropas fosse auxiliado por outros tropeiros em suas tarefas.

O capataz era reconhecido como um gerente da tropa. Tinha por função coordenar o trabalho tropeiro e em alguns casos, negociar, vender e comprar. Para isso deveria ser um indivíduo considerado pelos donos das tropas como competente, confiável e prático. São denominações que remetem às características de honestidade e habilidade, importantes a esse profissional. O dono da tropa, quando não gerenciava a tropa, necessitava delegar a gestão da viagem a um indivíduo que pressupunha ter confiança e os saberes necessários ao trabalho na tropa: geralmente, o capataz.

Outra divisão citada foi o arrieiro, aquele que ia à frente tocando a tropa e orientando a viagem. Poderia ser considerado um gerente que executava a orientação da tropa e seus caminhos.

Os culateiros eram peões que, além de tocarem a tropa, eram designados pelo capataz ou dono da tropa para procurar animais perdidos. A função de ponteiro era parecida com a do arrieiro, que também poderia ser assumida pelo dono da tropa ou pelo capataz. O ponteiro contava os animais, determinava a culatra, tocava o berrante. Tinha também a função simbólica de comando e coordenação dos culateiros. Outra função existente no tropeirismo se tratava do homem que acompanhava o carregamento de bois. E era responsável por “tropear os bois” durante a viagem feita no trem. Essa função remete à utilização de outras tecnologias disponíveis e favorecia o comércio tropeiro.

A divisão do trabalho não era fixa. Antes disso, pode-se dizer, até mesmo, flexível. Constituíam-se como base da organização do processo administrativo. Funções como a de planejamento de provimentos, de rotas, de organização dos recursos, de coordenação do trabalho dos peões e de controle de quantidades são partes das peculiaridades do trabalho que se aproximam dos princípios da gestão. Outros saberes também constituem as memórias da gestão: tempo de marcha, tempo de vender, tempo de comprar, épocas de viagens e aspectos resultantes da análise do ambiente. Todos se sobrepõem às decisões dos tropeiros, utilizados conforme as especificidades do tipo de mercadorias que transportavam.

A gestão tropeira foi explicitada tal como uma construção de processos administrativos que delineiam atividades que se poderiam dizer, assim como é feita na história, desprovidas de saberes racionalizados pela teoria administrativa, que, no entanto, estavam presente nas

práticas diárias e cotidianas. Nesse sentido, essa pesquisa contribui para os estudos sobre gestão, ao tentar “enxergar” um pouco da história do comércio em Minas Gerais, uma atividade comercial que tem suas origens na atividade tropeira e que se caracterizou como tal. Essas práticas tropeiras poderiam ter caracterizado a identidade do “ser comerciante”. Os comércios tropeiros estavam repletos de estratégias que são princípios de relações comerciais, com suas estratégias mais generalistas, tais como comprar, vender, armazenar e transportar, e com suas táticas, como informar-se, relacionar-se, conversar e apresentar-se, além de práticas também de gestão que se mesclam a um todo como a constituição do negócio tropeiro. Nesse sentido, pode-se atentar que o saber administrativo e suas estratégias estão presentes em atividades que poderiam mostrar-se mais simplórias, como se pode pensar o cotidiano das práticas do tropeirismo.

Práticas como cozinhar, pousar e dividir a tropa trazem racionalidades logísticas e organizativas que estão implícitas na verdade dos negócios. O cotidiano é algo importante para as memórias da gestão, posto que também é parte do fazer, que é interligado de alguma forma à gestão. Nessa forma de ver o saber administrativo, a identidade profissional contribui para o questionamento sobre o entendimento de que a gestão esta além da racionalização voltada unicamente para ela. Racionalidades como as relativas à identidade pessoal, social e do trabalho são aparentemente, não interferidoras ao fazer, porém, nos negócios tropeiros refletem estratégias importantes, como a da gestão da confiança.

Pôde-se observar e analisar que aquilo que era estratégico, conforme a conceituação de Certeau (1994) tratava-se do que tinha lugar como próprio. Nesse sentido, o vocábulo “próprio” trata-se daquilo que é próprio à gestão do praticar o comércio, como a estratégia de comprar e de vender. Essas são ações da gestão que são orientadas para objetivações como as

de comprar por melhores preços, vender de forma mais adequada, cuidar da mercadoria, relacionar-se com os recursos materiais e humanos. Por outro lado, as táticas referem-se às peculiaridades que tornam tais estratégias viáveis, aquilo que se tornaria um componente da estratégia, que faz o trabalho tropeiro possível a partir das prerrogativas estratégicas. Este é o sentido de observá-las: notar a gestão composta de estratégias feitas por táticas do cotidiano que caracterizaram a identidade do fazer profissional tropeiro.

Observando-se as diversas estratégias e táticas presentes nos negócios tropeiros, podem-se destacar algumas que se intercalam em partes do processo administrativo das atividades tropeiras. No **planejamento** das viagens, uma tática apresentada refere-se à organização antecipada da comitiva, que consistia em uma rede de peões que se encontravam contingentes e preparados para a execução do trabalho. Na coordenação, rituais para a arribada são táticas das estratégias de **execução** do trabalho. Nesta parte do processo, à distância já se definia o que era necessário fazer, formas táticas de **organizar**, buscando a eficiência da tropa. Outras práticas, como definir regras e procedimentos, **controlar** o lazer e definir a responsabilidade dos cargos configuram-se como, táticas de **controlar** e **organizar**.

Buscando a caracterização dos negócios tropeiros, destacam-se as práticas de comprar e vender. Nas práticas de comprar, sobressaem as táticas de comprar em regiões produtoras distantes dos centros de consumo, de estocar para recriar e de comprar bois conforme padrões preestabelecidos. Para aqueles que compravam mercadorias para revender, a prática de estocar não era seguida, a não ser por tropeiros cuja família produzia aquilo que vendiam. Outras táticas observadas nesses comércios referiam-se à disposição de negociar em diferentes situações e locais durante as viagens. Essas práticas flexíveis coadunavam com as estratégias de vender. Buscando vender, faziam conchavos com compradores, diversificavam

os produtos vendidos a fim de encontrar novas demandas e estabeleciam vínculos de comércio com regiões de pequenos produtores, entre outras táticas.

Quanto às estratégias diante da concorrência, uma tática apresentada foi à compra antecipada, ou seja, adiantar-se em relação a outros tropeiros concorrentes, girar os estoques rapidamente para capitalizar-se, comprar os produtos de concorrentes, buscando estabelecer um novo preço. Para vender, procuravam as indicações de compradores sobre suas localidades e praticavam o ato de oferecer as mercadorias, diversificar a oferta de produtos, facilitar o crédito, zelar pela imagem de vendedor, burlar fornecedores, evitar a fiscalização e vender em Feiras. Nessas situações, os contatos e a imagem do negócio e do comerciante construíam o respaldo necessário ao comércio.

O crédito era algo considerado muito importante para os negócios. Sem ele as transações comerciais não aconteceriam, visto que muitas vendas eram feitas a prazo. Nas estratégias de vender, a gestão da confiança era fundamental às relações comerciais. De um lado, o fornecedor, que deveria confiar no tropeiro; de outro, o comprador de seus produtos, que também precisava comprar a prazo. A tipificação das pessoas como “gente boa” subtendida a honestidade, era uma condição fundamental à estratégia de vender a prazo. Nesse sentido, foram observadas táticas para que a venda fosse efetuada a pessoas honestas, tais como: experimentação nas primeiras vendas, procurar saber sobre as referências familiares e os lastros patrimoniais; utilizar saberes, como o matemático, de forma a favorecer os dois lados da negociação, aquele que o detinha, o comprador tropeiro, ajudando o vendedor, buscando estabelecer a negociação justa. Assim, compunha-se a tipificação da honestidade, importante à gestão da confiança nos negócios tropeiros.

O fim da atividade foi um tema também abordado nesta pesquisa como um componente para o entendimento da identidade tropeira. Observou-se em muitos relatos uma forte relação do tropeiro com as famílias, o que fizeram do trabalho tropeiro uma atividade difícil após o casamento. Quando se casavam, alguns passam a querer ficar próximos das famílias. Nesse sentido, pôde se perceber que tais relações eram muito prezadas a esses profissionais. A velhice também é parte responsável pela desistência, somada às dificuldades em vender, juntas, compuseram trechos de fala como: “Não estou sabendo ganhar mais dinheiro”. Por fim, a concorrência do caminhoneiro trouxe ao comerciante tropeiro o contato com uma realidade que evidencia uma grande desvantagem à atividade

A principal situação que contribuiu para o fim das atividades, observadas a partir da visão dos entrevistados foi o advento da tecnologia, representada pelos meios de transportar, como o surgimento do caminhão nas localidades rurais brasileiras. Alguns aspectos foram explicitados indicando as melhorias em relação ao transporte tropeiro: a rapidez, diminuição nos custos e melhoria na capacidade de transportar. Os caminhões carregavam também matérias-primas para os respectivos beneficiamentos em outros lugares. Nesse sentido, a produção se deslocava da área rural às fábricas, matadouros ou outros lugares, diminuindo a amplitude da condição de ofertar. Outro fator de dificuldade para a continuidade da profissão tropeira se refere à obtenção de mão-de-obra, uma vez que novas possibilidades vinham surgindo. As pessoas, assim, passavam a não se identificar com o trabalho tropeiro, frente às novas oportunidades. O trabalho considerado pesado era deixado de lado. Observa-se que, inicialmente, a falta de oportunidade conduzia os jovens ao trabalho tropeiro. Na derrocada do trabalho tropeiro, inversamente, a mão de obra era conduzida a outras oportunidades distante do tropeirismo.

Uma das opções para a reformulação dos processos de adaptação aos novos tempos consistia em vender próximo da linha de trem ou vender os produtos em regiões aonde os caminhões não chegavam. Entretanto, com o melhoramento das estradas, a capilaridade do transporte por caminhão repercutiu em mais dificuldades para o comércio tropeiro. O comércio de mulas passa a se extinguir. Para o grande boiadeiro, devido à possibilidade dada ao pequeno produtor de vender diretamente ao frigorífico, visto que os pequenos caminhões chegavam às regiões mais distantes, este tipo de comércio torna-se desinteressante. A tecnologia, não somente a dos transportes contribuiu para o fim da atividade. Pode-se verificar que o uso de tropas em Minas Gerais fez com que a utilização de muares caísse em desuso, uma vez que surgiam bombas e esteiras que transportavam os dejetos das escavações para fora das minas.

Diante dos aspectos recontados, as diversas histórias que se fizeram presentes e, necessariamente, perpassam o tema da gestão, pode-se inferir que: as histórias dos tropeiros explicitada a partir das memórias delinearam a identidade de uma profissão que foi constituída para eles e para outros, nas esferas pessoais e sociais. O aspecto social da identidade compôs realidades pessoais, por onde socializações, tipificações e práticas de reconhecimento afirmaram o “ser tropeiro” nas falas. Um fato relevante é o entendimento de que o “ser tropeiro” é parte de um arcabouço de práticas que resultou em táticas para se constituir as estratégias de negócios. Evidentemente que a identidade pessoal foi desenvolvida, tendo sido apreendida e legitimada, desde a infância e adolescência, a partir das socializações. No entanto, não surgem como descoladas da realidade a partir da afirmação do eu. Profissionalmente, esse ajuste do pessoal ao social viabilizou a inserção na profissão. Assim, a honestidade e o coleguismo são partes da identidade pessoal que se adequam à profissão tropeira e travestem as relações de confiança e amizades, ambas necessárias à indicação de vendas, compras e relacionamento com a mão de obra. Entretanto, é possível ver

práticas subterrâneas postas no lugar da estratégia de comprar dos tropeiros, como: enganar o peso, a partir do aumento das capacidades de armazenamento, o piar de animais e desviá-los para atrasar os concorrentes, dentre outras que constituíram a individualidade ou a pessoalidade dentro de uma profissão.

Nesse sentido, o “ser tropeiro” é uma parte importante para o negócio, pois visa o ajustamento à profissão. Nesse cenário, quando não mais favorável, como a dificuldade do comércio, o tropeiro reinventava a sobrevivência por outras táticas de sobrevivência, legitimadas por orientações familiares, como: aposentar-se, fixar-se no comércio. Aproveitava-se de novas oportunidades ou promovia a pessoalidade nas escolhas como a identificação com a criação e o conhecimento sobre animais, tudo, enfim, que favorecesse a possibilidade de comércio. São partes de muitos aspectos que revelam o que é o comércio tropeiro. Nesse sentido, configura-se uma mistura de identidades, que aqui foram constituídas com o intuito de “enxergar” a gestão.

A pesquisa apresenta-se limitada em termos de visões de mundo dos pesquisados. A análise do discurso tentou preencher tal lacuna. Assim, constitui parte da realidade dos indivíduos pesquisados, que trazem suas limitações, as quais associadas a outras visões, constituem caminhos importantes para o desvelar da identidade.

Esta pesquisa buscou responder à análise da identidade do ser tropeiro e suas formas de gerir os negócios. Como sugestão para novos trabalhos, faz-se relevante estender a pesquisa a outras localidades, fazer estudos comparativos relativos as localidades e melhor relacionar o surgimento do comércio lojista com as origens tropeiras, dentre outros aspectos. Ressalta-se que o objetivo desta pesquisa foi explicitar a identidade tropeira a partir de algumas histórias

orais, tentando verificar como eram feitas as estratégias e táticas desse comércio com base no entendimento da identidade tropeira.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, Soares; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, S.; Nicholas C. (Org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ª edição. Petrópolis, Vozes, 2004.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social 2. ed. São Paulo, SP Ateliê Editorial, 2004.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

BORZEIX, A.; LINHART, D. Identidades e práticas lingüísticas na empresa. In: CHANLAT, J.-F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. v.III.

BRAUDEL, F. **Historia e ciências sociais**. 6.ed. Lisboa: Presença, 1990.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista** – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESCIANI, M. S. M.; NAXARA, M. **Memória e (res)** sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004. 554p.

CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Identidade Organizacional. **Revista de Administração de Empresas – RAE**. São Paulo, v.37, n.1, p.6-17. jan./mar. 1997.

CARMO, M. S.; OLIVEIRA, J. A. P; MIGUELES, C. P. Significado do Lixo e Ação conômica – a Semântica do Lixo e o Trabalho dos Catadores do Rio de Janeiro In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. (CD-ROM).

CARRIERI, A. de P. As metáforas de identidade de uma empresa de telecomunicações antes e depois de sua privatização. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 25. 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. (CD-ROM).

CARRIERI, A. de P.; PEREIRA, Denise. C. Movimento de desterritorialização e reterritorialização na transformação cultural: um estudo de doze anos em uma empresa do setor de telecomunicações. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: Escola de Administração - EAUFBA, 2003.

CARRIERI, A. P. **Estratégias delineadas na construção das identidades em organizações familiares**: um estudo dos expositores da “feira hippie” de Belo Horizonte. 2005. 178f. Relatório Final do Projeto de Pesquisa – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

CARRIERI, A. P. As **Representações Sociais e a (re)construção das identidades em organizações familiares**: um estudo nos Mercados Municipais nas capitais da Região Sudeste 2008. 184f. Relatório Final do Projeto de Pesquisa – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

CARTER, Chris; MCKINLAY, A.; ROWLINSON, Michael. Introduction: Foucault, management and history. **Organization**, vol. 9, no. 4, p. 516-518, 2002.

CASTRO, Evando G. De. **Tropeiros em Mariana oitocentista**. Dissertação (Mestrado) apresentada ao departamento de história d do instituto de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte, 2008.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: volume 1 : artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHANDLER, Alfred D. Strategy and Structure. Cambridge MA: **MIT Press**, 1962.

CHIOVITTI, N. M. **Discursos do Progresso**: Sorocaba e o fim das feiras de muares (1850- 1900). Dissertação (Mestrado) apresentada ao departamento de história do

instituto de Filosofia e ciências humanas da universidade estadual de campinas (UNICAMP). Campinas, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, I.(Org.)

Novos enfoques da pesquisa educacional. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTINHO, M. C. Identidade e Dominação nas Organizações. In: ENAMPAD XXIV, 2000, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD.

CZARNIAWSKA, B. A narrative approach to organization studies. VAN MAANEN, J. (Ed.)

Qualitative Research Methods Series, 43. London: Sage. 1998.

CZARNIAWSKA-JOERGES, B. Narratives of Individual and Organizational Identities. In:

HATCH, M. Jo; SCHULTZ, M. **Organizational Identity: a reader**. Oxford University Press Inc. New York, 2004. p.407-435.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades** Belo Horizonte :

Autêntica, 2006

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:**

teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DURAND, G. **La imaginacion** simbolica. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, A. A. M. de. Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia; In: MENDES, E. A. de M.; OLIVEIRA, P. M.; BENN-IBLER, V. (Orgs.) **O novo milênio**: interfaces lingüísticas e literárias. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001(a).

FARIA, A. A. M. de. Interdiscurso, intradiscurso e leitura: o caso de *Germinal*. In: MARI, H. *et al.* **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2001(b).

FARIA, A. A. M. LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Análises de discursos: sedução e persuasão (Caderno de Pesquisa n.º 13, v. 10.)*. Belo Horizonte: NAPq FALE/UFMG, 1993, p.32-38.

FENELON; D. R. O papel da história Oral na historiografia Moderna In: MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo** a historia **oral** no Brasil: in memoriam professora Elza Nadai. São Paulo: USP, 1996

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 1996.

FREUD, Sigmund. **A psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Obras Completas, v. 6).

GODOY, Marcelo Magalhães ; RODARTE, Mario Marcos Sampaio ; PAIVA, Clotilde Andrade . Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Anais** do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, 1975.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 6ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997. 107p.

GOULART, J. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GOULART, J. **O cavalo na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX : 1914- 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro). 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HERÁCLITO. **Fragmentos**: a origem do pensamento. (edição bilíngüe com tradução, introdução e notas de Emmanuel Carneiro leão). Rio de janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1980.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. Ed. il. Rio de Janeiro: 1957.

LE GOFF, J. **A nova história**. Lisboa: Ed. 70, 1989.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEFÉBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Atica, 1991

LEMOES, M. T. T. B.; MORAES, Nilson Alves de,. **Memória e construções de identidade**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001. 101p.

MACHADO, H. V.; KOPITKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas

múltiplas de estudo. In: II ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENEO), 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002.

MACHADO, H. V.; CRUBELLATE, J. M. Identidade e imagem organizacional como fenômenos simultâneos. In: ENAMPAD XXX, 2006, Bahia. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD.

MACHADO-da-SILVA, C L; NOGUEIRA, E. P S. Instituições, cultura e identidade organizacional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Anais...** Curitiba:Cromos Editora, 2000.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.3, n.3, jan./jul. 1991.

MARTINS, J. de S. . **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec.2008.

MATOS, M. I S. **Cotidiano e Cultura** : história, cidade e trabalho, Bauru: EDUSC, 2002.

MENESES, U. T. B. A história, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.34,1992.

MUMBY, D. K; CLAIR R. R. Organizational discourse. In VAN DIJK (Org.). **Discourse as Social Interaction**. London: Sage. 1997.

NEVES, L. A. Memória, história e Sujeito: substratos da identidade in: História Oral **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.3, junho de 2000,

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR., T. Diversity identities in organizational. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds) **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. p.338–356.

NKOMO, S. M., COX JR. T. Diversidade e Identidades nas Organizações In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook of de estudos organizacionais**. SÃO PAULO: ATLAS, 1999.

PETUBA, R. Ser trabalhador ferroviário na cidade de Ponta Grossa:escutando outras falas, desvendando outras memórias (1940-2000) **Revista de História e Estudos Culturais** v.2 Ano 2 n.2 2005.

POLLAK, M.. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 200-212, 1992

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1995.

RODRIGUES, S. B. **Cultura Corporativa e Identidade**: Desinstitucionalização em uma Companhia de Telecomunicação Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 1995. São Paulo.

SOUZA, José Francisco. **A reinvenção do cotidiano**: Memória e história de ex-marginalizados e missionários do centro de São Paulo. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

STRAFORINI, R. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

TRINDADE, J. B. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração, Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

TRIVIÑOS, A. R. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**: Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, I. F. F. G.; VASCONCELOS, F. C. **Identidade e mudança**: o passado como ativo estratégico. In: ENANPAD. *Anais...* Curitiba: Cromos Editora, 2000.

VIEIRA; F. G. D. Memória e Imaginário Feminino na Compra de Perfume In: ENAMPAD XXX, 2006, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD.

VIZEU, F. Em Algum Lugar do Passado: Contribuições da Pesquisa Histórica aos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração, 2007, **Anais...** Rio de Janeiro. XXXI ENANPAD, 2007.

WOOD JR., T.; CALDAS, M. P. Organizational identity in the third millennium: beyond central, distinctive and enduring. In: **Academy of Management Annual Meeting**, 2006, ATLANTA. Proceeding, 2006a.

ZANOTTO, M.S. T. Metáfora e indeterminação: abrindo a caixa de Pandora. In: PAIVA, V. L. M. de O. (Org.). **Metáforas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora do Núcleo de Análise do Discurso (FALE/UFMG), 1998.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2a ed. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1990.

ZIMMERMANN, F. C; ZIMMERMANN NETTO, A; **Biribas**: a contribuição do tropeiro a formação histórico-cultural do Planalto Médio sul-rio-grandense. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.

APÊNDICE

A - Roteiro de Entrevista

- 1- Qual a sua origem familiar?
- 2 - É casado?
- 2- Qual a sua trajetória profissional?
- 3- Quando começou a ser tropeiro?
- 4- Em que cidades atuou?
- 5- Como era a tropa?
- 6- Qual era a sua função na tropa?
- 7- Quais as rotas; quem organizava; e como (critérios) eram traçadas as rotas?
- 8- A rota era seguida conforme planejado? Havia alguma adaptação?
- 9- Quais eram os objetivos da tropa?
- 10- Que mercadorias comercializava?
- 11- Como era realizada a venda? Pedidos? Entregas?
- 12- Como fazia o controle de estoque e de inadimplência?
- 13- Como decidiu ter esse tipo de ocupação?
- 14- Quais os conhecimentos/saberes que eram/são importantes para o exercício da profissão?
- 15- O que era para o senhor ser tropeiro?
- 16- O senhor se considerava um representante comercial?
- 17- Estabeleceu-se em algum lugar? Por quê?
- 18- Como ficou a família?

19- Que imagem as pessoas tinham da sua ocupação na época em que o Sr. trabalhava? E hoje?

20- Do que tem mais saudades?

21- Do que nem quer se lembrar?

22- Como ficou a família ao longo de sua profissão?

23- A região em que o senhor se situa é de tropeiro?